

Caso Pedro Dias no Primeiro Jornal da SIC

Sofia Inês Cordeiro Coelho

Relatório de Estágio de Mestrado em Jornalismo

Julho, 2017

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Jornalismo realizado sob a orientação científica do professor António Granado.

DECLARAÇÕES

Declaro que este Relatório de Estágio é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 24 de julho de 2017

Declaro que este Relatório se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O orientador,

Lisboa, 24 de julho de 2017

“Chamo jornalismo a tudo o que será menos interessante amanhã do que hoje”

André Gide

AGRADECIMENTOS

O jornalismo, mais do que uma profissão onde se cumprem horários e se exercem funções, é uma paixão que tenho desde o dia em que percebi o que significava ser jornalista. Desde o dia em que me sentei pela primeira vez, frente à televisão, fascinada com o trabalho, o esforço e a entrega daqueles profissionais, que me contaram o que se passou no dia 11 de setembro de 2001 nos EUA, que me deram os pontos de vista a favor e contra a legalização do aborto e que recentemente me mostraram que, por mais evoluídos que queiramos parecer, ainda somos capazes de eleger para presidente da maior potência mundial um homem que, para além de xenófobo e racista, não respeita a comunicação social.

Desde esse primeiro dia que sei que é isto que quero e todos aqueles que passaram pela minha vida ao longo destes 23 anos sabem-no. Uns encorajaram, outros tentaram dissuadir. A todos eles agradeço agora. De uma maneira ou de outra fizeram-me querer ser mais e fazer melhor.

Em particular quero agradecer aos meus pais. Por nunca me terem impedido de seguir os meus sonhos. Por me terem encorajado quando disse que queria estudar em Lisboa. Por todo o esforço, monetário e emocional, que aplicaram neste mestrado. Por estarem sempre comigo, mesmo estando longe. Ao meu irmão, por ser sempre capaz de me fazer rir, e aos meus avós, que ao longo da vida me ajudaram a tornar-me naquilo que sou hoje. A toda a minha família, sempre presente.

Faço um agradecimento especial às duas pessoas que mais estiveram presentes ao longo desta jornada. Ao meu namorado, sempre paciente, compreensivo e bem-humorado. Obrigada por acreditares sempre que eu sou capaz, mesmo quando eu própria não acredito, por todo o apoio nas alturas de maior *stress* e por me fazeres esquecer os problemas, como mais ninguém consegue. Agradeço também à minha colega de casa, de turma e amiga, que me acompanhou nos momentos de maior ansiedade, receio, preguiça e nervos. Obrigada pelos chás, pelas pausas para ver séries e por me ouvires sempre que o desespero falou mais alto. Foi difícil, mas conseguimos!

Não posso deixar de agradecer a todos aqueles que me acompanharam durante os seis meses que estive na SIC, em particular aos meus coordenadores, Ana

Luísa Galvão e Luís Marçal, por todo o apoio, orientação e amizade que sempre tiveram para comigo. Obrigada a todos os jornalistas, produtores, repórteres e editores de imagem com quem trabalhei e que me ajudaram na minha formação, tal como aos meus colegas estagiários, em particular aos Pãezinhos de Deus.

Por último, obrigada a todos os professores que, durante a licenciatura e o mestrado, contribuíram para que percebesse que é realmente isto que quero para o meu futuro. Agradeço em particular ao meu orientador, o professor António Granado, pela disponibilidade e apoio ao longo destes meses. Espero não desiludir.

Caso Pedro Dias no Primeiro Jornal da SIC

Sofia Inês Cordeiro Coelho

Resumo

Com o título “*Caso Pedro Dias no Primeiro Jornal da SIC*”, este relatório analisa a cobertura mediática do crime, em particular no jornalismo português. Pretende entender de que forma os órgãos de comunicação abordam a criminalidade e a apresentam ao público. Para tal, recorre a uma revisão da literatura sobre o tema, à análise de conteúdo das peças jornalísticas transmitidas no *Primeiro Jornal da SIC* e a entrevistas a jornalistas, que permitiram concluir que a cobertura do *Caso Pedro Dias* foi intensiva, o que aconteceu por se tratar de uma estória fora do comum e com um nível de violência a que os portugueses não estão habituados.

Palavras-Chave: *Caso Pedro Dias; Primeiro Jornal da SIC; Estágio; Crime; Sensacionalismo; Media; Valores-notícia.*

Abstract

With the title “*Caso Pedro Dias no Primeiro Jornal da SIC*”, this report analyses the media coverage of crime, in particular in Portuguese journalism. Intends to understand how the media deals with crime and they it presents it to the public. For such, it does a literature review about the theme, analyses the content of the journalistic stories broadcasted by "Primeiro Jornal" of SIC and finishes by presenting several interviews with journalists, which concluded that the coverage of "Caso Pedro Dias" was intense because it was an unusual story with a violence level that Portuguese people are not used to.

Keywords: *Pedro Dias Case; SIC Primeiro Jornal newscast; Internship; Crime; Sensationalism; Media; News Values.*

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
1.1. REVISÃO DA LITERATURA	4
1.2. VALORES-NOTÍCIA – QUE CRITÉRIOS DEFINEM O QUE É NOTÍCIA?.....	5
1.3. COBERTURA MEDIÁTICA DO CRIME E A SUA RELAÇÃO AO SENSACIONALISMO..	7
1.4. CRIMINALIDADE NA COMUNICAÇÃO SOCIAL PORTUGUESA	11
1.5. O CRIME NOS TELEJORNAIS.....	15
1.6. QUESTÕES ÉTICAS E DEONTOLÓGICAS ASSOCIADAS ÀS NOTÍCIAS DE CRIME....	19
1.7. INFLUÊNCIA DO JORNALISMO NA PERCEÇÃO SOCIAL DO CRIME.....	21
CAPÍTULO 2 – SIC	24
2.1. CARACTERIAÇÃO DO LOCAL DE ESTÁGIO	24
2.2. EXPERIÊNCIA NA SIC	25
2.2.1. AGENDA.....	26
2.2.2. MADRUGADAS.....	27
2.2.3. EQUIPA DE FIM-DE-SEMANA.....	28
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA.....	31
3.1. CASO PEDRO DIAS.....	31
3.2. PERGUNTA DE PARTIDA E OBJETIVOS	33
3.3. RECOLHA E ANÁLISE DA INFORMAÇÃO.....	34
3.3.1. ANÁLISE DE CONTEÚDO	36
3.3.2. ENTREVISTAS AOS JORNALISTAS	38
4. RESULTADOS: COBERTURA DA SIC AO CASO PEDRO DIAS.....	40
4.1. ATENÇÃO MEDIÁTICA DEDICADA PELA SIC AO CASO PEDRO DIAS.....	40
4.2. FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA O INTERESSE DA SIC	45

4.3. COMO FOI REALIZADA A COBERTURA AO CASO	47
4.4. OPINIÃO JORNALISTAS: COBERTURA DA SIC.....	56
4.5. AUDIÊNCIAS, CONCORRÊNCIA E INFLUÊNCIAS	58
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	61
CONCLUSÕES	65
BIBLIOGRAFIA	68
ANEXO I – CÓDIGO DEONTOLÓGICO DO JORNALISTA	75
ANEXO II – ANÁLISE DE CONTEÚDO	77
ANEXO III - ANÁLISE DE CONTEÚDO AO CASO PEDRO DIAS	89
ANEXO IV – ADJETIVOS POR UNIDADE DE ANÁLISE	105
ANEXO V – RESULTADOS QUANTITATIVOS <i>CASO PEDRO DIAS</i>	111
ANEXO VI – GUIÃO DAS ENTREVISTAS	114
ANEXO VII – ENTREVISTA FREDERICO CORREIA	116
ANEXO VIII – ENTREVISTA BENTO RODRIGUES	120
ANEXO IX – ENTREVISTA ISABEL HORTA	122
ANEXO X – ENTREVISTA ANDRÉ ANTUNES.....	124

INTRODUÇÃO

“Boa tarde e bem-vindos. Começamos pelo terror desta manhã em Aguiar da Beira”. Foi assim que Bento Rodrigues começou o *Primeiro Jornal* de dia 11 de outubro de 2016. Tinha sido uma madrugada sangrenta, duas pessoas morreram e outras duas ficaram feridas, numa zona pacata da região da Guarda, por onde agora estava um assassino à solta.

Não se sabia ao certo o que teria motivado este homem a cometer os crimes, e só mais tarde começam a surgir as primeiras suspeitas sobre quem seria o “homicida de Aguiar da Beira”. Ainda sem grandes informações, os órgãos de comunicação (OCS) nacionais não mediram esforços na tentativa de saber mais e revelá-lo, em primeira mão, ao público. E as pessoas acompanharam, intrigadas. Quem é, afinal, este homem e por onde anda?

O interesse surge, tanto da parte dos *media* como do público, porque falamos de uma estória de interesse humano (Peelo, 2006, p. 168), onde a tragédia e o mistério são os ingredientes. E aqui, que papel exerce o jornalismo? Segundo Park (2008, p. 69), o jornalismo “tem a função de orientar o Homem e a sociedade num Mundo real, de preservar a sanidade do indivíduo e a permanência na sociedade”. O exercício desta profissão é encarado, de acordo com Hanitzsch & Jorgensen (2009, p. 3), como um “fenómeno”, uma vez que as notícias moldam a forma como vemos o mundo, a nós próprios e aos outros; são as estórias dos jornalistas que “constroem e mantêm as nossas realidades compartilhadas”.

As pessoas querem estar informadas sobre o mundo que as rodeia e fazem-no através do jornalismo, que as mantém a par dos últimos acontecimentos (Traquina, 2002, p. 10). Neste caso em específico, foi isso mesmo que aconteceu. O público estava atento e as novidades foram chegando através das notícias.

Este relatório tem então o propósito de analisar a forma como a SIC passou essa informação ao público. De forma geral, pretende-se entender como ocorreu a cobertura mediática ao caso e quais os procedimentos seguidos pelos jornalistas, num caso que aconteceu durante um estágio de seis meses realizado na SIC, entre 25 de setembro de 2016 e 24 de março de 2017.

Para o desenvolvimento deste tema, formulou-se a seguinte pergunta de partida: “Como foi realizada a cobertura jornalística do *Caso Pedro Dias* no *Primeiro Jornal* da SIC?”. Com vista a dar-lhe resposta, foram estipulados objetivos, que no fundo pretendem compreender o porquê da mediatização deste caso, até que ponto a SIC se empenhou na sua cobertura, como os jornalistas encaminharam esta estória, a sua opinião sobre a forma como o processo foi conduzido e até que ponto a influência de outros órgãos de comunicação condicionou o trabalho da SIC.

Para o cumprimento desses objetivos, irá recorrer-se a técnicas de recolha da informação, como é o caso da pesquisa bibliográfica, que permite conhecer o que já foi publicado sobre o tema em análise; análise de conteúdo às peças emitidas sobre este caso com o intuito de compreender a abordagem e forma de tratamento desta estória; e entrevistas a jornalistas, isto para compreender a sua opinião sobre o tema, tendo em conta a sua experiência profissional.

Existe muita informação, em artigos e livros, sobre a cobertura mediática da criminalidade e, na grande maioria, existe uma associação evidente entre os casos de crime e o sensacionalismo, quase criando a ideia de que não possível abordar um crime nos *media* sem que este seja tratado de forma “espetacular”. Um desses exemplos é o trabalho de Brandão & Morais (2012), que refere que o “sensacionalismo domina os noticiários contemporâneos”, apresentando ao público conteúdos “exaustivamente editados e acompanhados de textos dúbios”. A dramatização destes casos é também comum, segundo Machado & Santos (2008), criando uma ponte entre o jornalismo e o entretenimento, ideia também defendida por Surette (1998), quando fala na serialização dos casos criminais.

Estas questões revelam-se particularmente evidentes quando se fala de jornalismo televisivo devido à necessidade de tornar uma estória num produto apelativo em termos visuais (Greer, 2017). No entanto, esta forma de abordagem do crime, que segundo a maioria dos autores estudados é a mais comum atualmente, leva-nos a questionar que valores-notícia são hoje privilegiados pelos *media* e levanta questões a nível ético e deontológico.

Ao longo deste relatório serão apresentadas estas e outras opiniões de autores portugueses e estrangeiros sobre a criminalidade na comunicação social portuguesa,

com particular enfoque para o jornalismo televisivo. Posteriormente, será feito um paralelismo entre estas obras e as conclusões obtidas neste estudo, tendo em conta o trabalho da SIC no *Caso Pedro Dias*.

O trabalho está dividido em capítulos, seguindo uma ordem específica. Em primeiro lugar encontra-se uma exposição das principais obras e as suas conclusões sobre valores-notícia, com destaque nos que dizem respeito a casos de crime; sobre a criminalidade nos *media* e a sua associação ao sensacionalismo; é feita uma exposição dos casos criminais mais mediáticos em Portugal, como foi o *Caso Maddie*; o crime na televisão também é alvo de discussão entre vários autores, dadas as suas características de difusão e transmissão; as questões deontológicas associadas ao crime são também abordadas devido à sua importância para a profissão; e, por último, é discutida a possível influência das notícias na perceção social que o público tem do crime.

É apresentada depois uma descrição do estágio e da empresa de acolhimento, com uma reflexão sobre os trabalhos realizados e a experiência adquirida. O terceiro capítulo contém a nota metodológica, onde é apresentada a pergunta de partida e os objetivos deste estudo, tal como as técnicas de recolha da informação para o seu cumprimento.

Seguidamente são apresentados os resultados das entrevistas e da análise de conteúdo e a discussão dos resultados, onde é possível encontrar uma comparação crítica entre os resultados obtidos e a pesquisa realizada. Numa fase final apresentam-se as principais conclusões.

O *Caso Pedro Dias* tornou-se um tema apetecível de conversa em todo o lado e foi, em parte, a curiosidade das pessoas que sustentou os *media*. Os resultados nas audiências provaram-no. Mas até que ponto se deve dar ao público aquilo que ele quer ver? Até onde se pode chegar na exposição de detalhes sobre um crime, para satisfazer essa curiosidade? E o que o público vê é realmente o que quer ver ou é simplesmente aquilo que lhe é oferecido? São questões que hoje se colocam no exercício da profissão e que este caso reflete. É o eterno dilema que, com este exemplo, tentamos dar resposta.

CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Sobre o objeto de estudo foram selecionadas algumas dissertações, artigos e livros cujos autores refletem não só sobre a abordagem do crime nos órgãos de comunicação portugueses e internacionais, mas também sobre questões básicas e sempre relevantes do jornalismo, como os critérios de noticiabilidade e a ética e deontologia associadas à profissão.

1.1. REVISÃO DA LITERATURA

Relativamente à prática jornalística durante a cobertura mediática de casos de crime, não foi possível encontrar nenhuma dissertação de mestrado ou doutoramento da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Contudo, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa, foi realizada uma dissertação de mestrado, de Guimarães (2012), sobre o crime em três jornais generalistas portugueses (*Correio da Manhã*, *Público* e *Jornal de Notícias*), tendo concluído que existem diferenças acentuadas na cobertura destes jornais e que a maioria das notícias diz respeito a roubo e furto. Já Dias (2015), na sua tese de mestrado da Universidade do Porto, estuda o sensacionalismo na imprensa portuguesa, com base nas mesmas publicações que Guimarães (2012), concluindo que Portugal também aposta nesta linha editorial, com especial enfoque no *Correio da Manhã*.

A nível nacional, verificou-se a existência da obra de Machado & Santos (2008), que refere que a cobertura mediática portuguesa ao *Caso Maddie* foi massiva e mobilizou centenas de jornalistas. O artigo de Brandão & Morais (2012) explora os casos de criminalidade portugueses e a sua relação ao sensacionalismo. Em termos internacionais, Surette (1998) refere os critérios de noticiabilidade mais recorrentes no jornalismo, enquanto Jewkes (2011) apresenta aqueles que considera aplicarem-se aos casos de crime. Carvalho & Weigert (2013) mencionam a dicotomia entre o “bem” e o “mal” presente nas notícias de crime e Greer (2017) fala na exploração do sofrimento das vítimas e dos seus familiares nos *media*. A maior incidência de notícias negativas nos telejornais é exposta por Galtung & Ruge (1999).

1.2. VALORES-NOTÍCIA – QUE CRITÉRIOS DEFINEM O QUE É NOTÍCIA?

Em todo o mundo, acontecem diariamente acontecimentos que são passíveis de ser notícia. No entanto, os órgãos de comunicação têm limitações ao nível do espaço e tempo disponíveis para apresentar esses mesmos factos, portanto “apenas uma fração das notícias do dia pode ser incluída” (Coleman, McCombs, Shaw & Weaver, 2009, p.148) na sua agenda. Para selecionar esses acontecimentos, é necessário passar por um processo de edição, guiado pelos **valores-notícia**, ou também denominados como **critérios de noticiabilidade**, o que resulta na atribuição de maior importância a certos casos, determinando “que acontecimentos são passíveis de terem visibilidade mediática e a sua extensão” (Greer, 2017, p. 33).

Segundo Golding & Elliott (1979, p. 114), os valores-notícia devem ser aqueles que têm em consideração se o evento é ou não importante para a audiência, se prende a sua atenção, se é apreciado, registado ou entendido como relevante. Esse julgamento é feito pelos jornalistas e editores, tendo em conta aquilo que é **interesse do público e interesse público** (Jewkes, 2011, p.42). No primeiro caso, as histórias têm uma forte componente dramática, são sensacionalistas ou envolvem celebridades. No fundo, não é aquilo que as pessoas precisam de saber ou que é importante para as suas vidas, nesse caso trata-se de interesse público, mas sim aquilo lhes desperta curiosidade.

Diversos autores apresentam visões sobre aqueles que são os valores-notícia a que maioria dos OCS recorre. A noticiabilidade de um determinado caso é operacionalizada, segundo Surette (1998, p. 61), mediante dois componentes essenciais: a **periodicidade** e a **consonância**. A periodicidade diz respeito ao ciclo temporal dos eventos, pois se, por exemplo, um determinado assunto se ajustar a um ciclo diário, existe uma maior probabilidade que esse tema seja escolhido. No caso da consonância, esta componente está ligada à forma como um determinado tema se relaciona com outros da atualidade ou até com imagens culturais já existentes. Estas imagens facultam uma base para o enquadramento e possibilitam o relato de novas histórias, que surjam no seguimento do caso original.

Galtung & Ruge (1999, p. 64-73) sugerem também como valores-notícia a **amplitude**, ou seja, o número de elementos que compõe um acontecimento; a **clareza**,

com o intuito de ser facilmente perceptível pelo público; o **significado**, ligado às questões da proximidade geográfica, cultural e emocional, pois o público dá mais atenção ao familiar e ao semelhante culturalmente; a **composição lógica das notícias**, tendo em conta o género e a temática em que se enquadra; e a sua **carga negativa**. Greer (2017, p. 33) fala ainda na **componente dramática**, no **nível de excitação**, na **atualidade**, no envolvimento de **celebridades** e na **ideologia conservadora** associados a um acontecimento, e Canavilhas (2001, p. 56) acrescenta o fator **surpresa**, pois quanto mais inesperado for, maior interesse terá.

Os critérios de noticiabilidade não são rígidos nem universais. Aliás, segundo Harcup & O'Neill (2009, p. 164), dependem do meio e do formato onde as notícias podem ser apresentadas. De acordo com Jewkes (2011, p. 44), até publicações com estilos que parecem ser muito semelhantes podem ter grandes diferenças nos valores-notícia privilegiados, tendo em conta o ângulo que se quer abordar.

Para Jewkes (2011, p. 44), existe um elemento que, visto ser uma fonte quase inesgotável de informação, deveria ser classificado como valor-notícia: o **crime**. Para a autora, o crime, para além de se encaixar nos critérios acima apresentados e que são generalizados à maioria dos acontecimentos, tem outros fatores que o tornam apelativo. O **risco** é um deles, uma vez que a grande maioria dos crimes ocorre dentro de determinados grupos socioeconómicos ou em localizações geográficas específicas e consideradas de risco. No entanto, “os *media* persistem em apresentar uma imagem do crime grave como aleatório, sem significado, imprevisível e que pode acontecer a qualquer momento” (Jewkes, 2011, p. 51), criando a ideia de que todos são potenciais vítimas.

O **sexo** é, segundo Jewkes (2011, p. 52), um dos critérios mais valorizados pelos *media*. Crimes de natureza sexual são apresentados com frequência na comunicação social mas, segundo a autora, distorcem a imagem real do crime e instalam um medo exagerado nas mulheres, apresentando-as como as mais prováveis vítimas destes crimes. As **celebridades ou pessoas de elevado estatuto social** são uma “obsessão” (Jewkes, 2011, p. 53) para a imprensa. Mesmo quando cometem crimes pequenos, que praticados pelo cidadão comum não têm qualquer interesse para os OCS, são

expostos nos jornais. Por vezes, pode acontecer que sejam os próprios criminosos a tornar-se celebridades dada a notoriedade dos seus crimes, refere a autora.

A **violência e o conflito** são elementos de destaque porque “preenchem o desejo de apresentar eventos dramáticos da maneira mais gráfica possível” (Jewkes, 2011, p. 55), sendo isto particularmente importante para a televisão (Greer, 2017, p. 33).

De entre os diversos temas que compõem a agenda dos *media*, a criminalidade e a justiça são tidos, segundo Surette (1998, p. 37-38), como os **mais reveladores da sociedade**, uma vez que englobam as noções de bem e mal, de moralidade, de conquista e estrutura sociais.

No entanto, valores-notícia como aqueles que dizem respeito ao crime estão, segundo a interpretação de Allern (2002, p. 145), virados para a parte **comercial**, distanciando-se daquilo que considera como os critérios noticiosos tradicionais. No entanto, segundo o autor, existe uma necessidade crescente de ter em conta os valores-notícia mais comerciais, isto porque as notícias “estão literalmente à venda”.

1.3. COBERTURA MEDIÁTICA DO CRIME E A SUA RELAÇÃO AO SENSACIONALISMO

Diariamente, é possível ver, ouvir e ler notícias sobre crime nos meios de comunicação social. Isso acontece porque “o crime é uma fonte de produção de notícias inesgotável” (Guimarães, 2012, p. 16), tendo-se tornado na “mais larga e competitiva área do jornalismo” (Pina, 2009, p. 102).

O potencial **dramático e emotivo** de alguns dos casos é a justificação para o interesse nessas histórias pois, segundo Gomes (2011, p. 4), é através desta vertente que se “perscruta o lado mais sombrio da natureza humana, acicatando os olhares mais voyeuristas e exacerbando sentimentos”. Para além disso, o crime acaba por se revelar importante do ponto de vista lucrativo, uma vez que “a dramatização, a exploração da tragédia humana, quase sempre são garantia de audiências e vendas” (Machado & Santos, 2008, p. 29).

Em alguns casos, existe uma tendência para realizar uma cobertura exagerada das notícias sobre crime, uma vez que os órgãos de comunicação optam por relatar as histórias dos alegados criminosos e respectivas vítimas de uma determinada forma, com uma forte **carga sentimental** associada, alimentando estereótipos de pessoas e de mitos urbanos sobre o crime (McCombs, 2002, p. 7). A justificação reside no facto de o crime e a violência se terem tornando “objetos, distribuídos pelos vários *media* para serem prazerosamente consumidos” (Jewkes, 2011, p. 56).

Os casos criminais de alto perfil são frequentemente construídos enquanto estórias de “interesse humano” (Peelo, 2006, p. 168), com potencial para exprimir, explorar e conter emoções públicas ou sociais. Na verdade, dada a proliferação de multiplataformas nos *media*, é cada vez mais evidente a intensificação da **pressão** nos jornais para apresentar estórias dramáticas que demonstrem relevância para a agenda noticiosa, referem Greer & McLaughlin (2012, p. 152).

Os jornais querem captar a atenção das pessoas e acabam por conseguir fazê-lo através da oposição binária entre **criminoso e vítima** e com recurso à **adjetivação**, afirma Ferreira (2009, p. 20). É através dessa apresentação dos factos que, segundo Greer & McLaughlin (2012, p. 157), ocorrem os “**juízos mediáticos**”. Trata-se de uma forma multidimensional, interativa e de justiça popular impulsionada pelo mercado, onde os indivíduos são expostos, julgados e sentenciados no “tribunal da opinião pública”.

Apesar de se esperar que as notícias se limitem a reportar os factos e a dar uma imagem real do crime, nem sempre é isso que acontece. De acordo com Jewkes (2011, p. 41), até o relato da investigação mais recorrente mostra que as notícias de crime seguem padrões diferentes consoante a realidade do crime e a sua representação nas estatísticas oficiais. Segundo a autora, um dos fatores que influencia a forma como as notícias de crime são tratadas diz respeito à **imagem que os jornalistas têm da sua audiência**, escolhendo a partir daí as palavras que para eles melhor descrevem o acontecimento e atribuindo um tom, podendo ser mais sério, neutro, humorístico ou negativo, o que ocorre com maior frequência.

A cobertura intensiva e emocionalizada de casos criminais proporciona uma via para o envolvimento do público enquanto “testemunha mediada”, convidando as

peças a tomar partido, a identificar-se com as vítimas e a “experienciar” o crime para consumo pessoal, explica Peelo (2005, p. 23). Para o autor, “a cobertura sensacionalista tem-se tornado cada vez mais a norma do que a exceção no que se refere à cobertura mediática do crime”, o que contribui para um “esbatimento das fronteiras entre realidade e ficção” (Machado & Santos, 2008, p. 2).

Nos **crimes violentos**, em especial nos crimes de natureza sexual, os detalhes da vida do autor e da vítima “ganham expressões superlativas, muitas vezes obscurecendo o próprio facto noticiado/julgado”, existindo um certo tipo de “interesse mórbido, com características fortemente moralistas” (Carvalho & Weigert, 2013, p. 261). Para além disso, “quanto mais violento for o assassinato, maiores serão os títulos” (Galtung & Ruge, 1999, p. 65).

A capacidade que os *media* têm de fazer a divisão do caso em episódios, a denominada “**serialização**” (Surette, 1998, p. 74), também é uma das características da cobertura a casos de crime. À semelhança do que acontece com conteúdos de entretenimento, há um mistério relativo às cenas dos próximos capítulos, materializando-se através do levantamento de questões, do suspense do resultado das perícias, dos interrogatórios ou de outras diligências.

Tradicionalmente, segundo García (2013, p. 235), é feita uma distinção entre **jornalismo de referência e jornalismo sensacionalista**, apontados como “modelos antagónicos de fazer jornalismo”. Separa-se o jornalismo que se baseia em critérios de rigor e que tem sempre presente a responsabilidade de informar, de um outro tipo de jornalismo que assenta no entretenimento e que tem como objeto os “assuntos mais banais para satisfazer um público menos exigente”.

No entanto, a realidade informativa mais emocional do que reflexiva, que deriva dos produtos sensacionalistas, acaba também por contagiar os meios de comunicação de referência (García, 2013, p. 239). Até os jornais considerados mais credíveis e sérios, podem noticiar um facto “de forma tão chocante que acabam por ter um momento sensacionalista”, refere Dias (2015, p. 54), acrescentando ainda que “a própria **rivalidade** entre os meios gera uma concorrência, desmedida por vezes, que conduz ao sensacionalismo”.

Para Barros (2002, p. 24), as técnicas utilizadas pelo sensacionalismo valem-se da **exploração e manipulação**, intensa e deliberada, das emoções primárias do público, em geral induzindo baixo nível de reflexão crítica ou intelectual a respeito dos fenómenos apresentados. Porém, a ideia de que a indústria cultural “dá ao público o que ele quer”, de acordo com Amaral (2005, p. 107), é falsa. Não se trata de uma variável independente e surge por uma série de condições sociais e históricas, responsáveis pela produção das mercadorias e dos seus consumidores.

A produção de um noticiário sensacionalista, para Amaral (2005, p. 18), **extrapola o real e superdimensiona o facto**, recorrendo à **intensificação, ao exagero e a heterogeneidade gráfica**. As suas consequências verificam-se na “propagação e perpetuação de preconceitos, na intensificação do sofrimento de pessoas direta ou indiretamente atingidas e a possibilidade de induzir novos crimes” (Barros, 2002, p. 24).

A prática jornalística sensacionalista “explora moralmente o excepcional” (Carvalho & Weigert, 2013, p. 269), enfatizando temas criminais ou extraordinários; conta com a presença de marcas da oralidade na construção do texto, implicando uma relação de quotidianidade com o leitor; recorre a marcas sensoriais distribuídas pelo texto, nomeadamente a utilização de verbos e expressões corporais; utiliza estratégias editoriais para evidenciar o apelo sensacional (manchetes, ilustrações, fotos com detalhes do crime ou tragédia); e constrói uma narrativa com uma estrutura simplificadora e maniqueísta (Enne, 2007, p. 71).

Os jornais de cariz mais popular “adotam como prioritárias fontes que não têm o papel de explicar o que ocorre na sociedade, mas assumem uma função testemunhal de autenticar o acontecimento ou gerar sensação” (Amaral, 2005, p. 110). As notícias destas publicações contêm vários **testemunhos de populares** e acabam por menosprezar as **fontes públicas, oficiais ou especializadas**. No caso da criminalidade, é o peso das fontes oficiais no trabalho jornalístico que colabora no sentido de legitimar o poder instituído e apoiar o *status quo* (Traquina, 2002, p. 123).

O sensacionalismo “estimula a violência em virtude da banalização a que os fenómenos da criminalidade são submetidos” (Barros, 2002, p. 24) e, para além disso, eleva certos criminosos ao **estatuto de estrelas**. Tornam-se figuras públicas de grande

projeção e destaque nos *media*. A representação do criminoso, construída pelos meios de comunicação, “será sempre a de um estranho, de um ser abjeto, infame, anormal; alguém totalmente alheio do corpo social que, violando regras consensualmente aceites, invade o espaço público e privado e comete um ato de barbárie” (Carvalho & Weigert, 2013, p. 266).

Em relação às vítimas dos crimes, de acordo com Greer (2017, p. 29), o ideal para os *media* são as **vítimas primárias**, ou seja, aquelas que participam diretamente no crime. No entanto, existem também situações em que as **vítimas secundárias** se destacam, nomeadamente familiares, amigos ou outras pessoas relacionadas com a vítima primária.

Maropo (2012, p. 221) enfatiza a importância da existência de um esforço conjunto entre os jornalistas e as fontes de informação para que se consiga evitar apresentações sensacionalistas em estórias que “promovem uma personalização e dramatização exageradas”, isto porque estimulam o envolvimento emocional da audiência em detrimento da informação.

Portugal, segundo Dias (2015, p. 54), também aposta numa linha editorial sensacionalista, embora de uma forma mais subtil em comparação com alguns países europeus. A autora refere que **alguns jornais portugueses são criticados** quanto ao tipo de jornalismo praticado, apontando como exemplo o *Correio da Manhã*.

1.4. CRIMINALIDADE NA COMUNICAÇÃO SOCIAL PORTUGUESA

Portugal tem registado níveis de criminalidade cada vez mais baixos, tendo diminuído 7,1% em 2016 e a criminalidade violenta e grave também registou valores mais baixos nos últimos sete anos (*Sapo24*, 2017¹), tendo sido considerado o quinto país mais pacífico do mundo (*Observador*, 2016²). No entanto, há casos que nos fazem esquecer estes números e que ainda hoje agitam as autoridades e a comunicação social.

¹ Notícia sem assinatura, pode ser consultada em: <http://24.sapo.pt/atualidade/artigos/seguranca-interna-menos-crimes-violentos-e-graves-nos-ultimos-sete-anos>;

² Notícia sem assinatura, pode ser consultado em: <http://observador.pt/2016/06/08/portugal-e-o-quinto-pais-mais-pacifico-do-mundo/>;

Maropo (2012, p. 213) refere o exemplo de casos de maus-tratos físicos extremos, abandonos, desaparecimentos e disputas parentais que se transformam em notícias de destaque em Portugal. A maioria destes casos envolveu crianças e as suas estórias passaram a ser identificados pelos seus nomes, por exemplo o “**Caso Joana**”³, “**Caso Vanessa**”⁴, “**Caso Esmeralda**”⁵ ou “**Caso Maddie**”⁶. Nestas situações, segundo a autora, a exploração sensacionalista do caso individual ocupou um “espaço desproporcional comparativamente ao debate sobre as problemáticas suscitadas (violência e negligência familiar, adoção, regulação da responsabilidade parental, entre outros)”.

Um dos casos mais mediáticos de sempre em Portugal foi o **Caso Casa Pia**, que envolveu crianças vítimas de abusos sexuais e figuras importantes do panorama nacional, entre eles políticos, humoristas e apresentadores de televisão. O caso foi tornado público em 2002, mas ao longo destes 15 anos tem sido notícia pelos OCS devido às condenações e recursos pedidos pelos arguidos (SIC, 2016⁷).

No entanto, apesar de muito mediático, este caso não pareceu receber, segundo Maropo (2012, p. 214), o esforço necessário de contextualização dos *media*, limitando-se a surgir de forma efémera e mais impulsionado pela notoriedade dos arguidos do que pelo género de criminalidade em questão.

Um estudo de opinião promovido pela Alta Autoridade para a Comunicação Social (1993, p. 89), dividiu a violência veiculada pelos *media* em Portugal em três grupos tipológicos: a **violência factual**, aquela que mais se aproxima da violência real e que diz respeito a uma descrição ou divulgação de factos reais violentos; a **violência de pormenor**, também ela com uma ligação forte à realidade, mas com o intuito de pormenorizar o facto violento, com vista a chocar o espectador; por fim, a **violência gratuita**, que não implica um fundamento verídico e apresenta a violência sem que haja uma base lógica e credível que o justifique.

³Menina de oito anos que desapareceu no Algarve em 2004;

⁴Criança de cinco anos assassinada em 2005. O corpo foi encontrado no rio Douro por um pescador;

⁵Mãe entrega uma criança de três meses à guarda de um casal. Um ano depois, o pai biológico da criança pede a guarda da menor, gerando uma disputa parental muito mediática;

⁶Menina de três anos desaparece na praia da Luz, em Portimão;

⁷Notícia sem assinatura, pode ser consultada em: <http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2016-07-07-Cronologia-do-processo-Casa-Pia>.

Apesar de todos os casos acima referidos terem sido muito mediatizados, houve um acontecimento em particular que “recebeu atenção mediática global sem precedentes” (Greer, 2017, p. 30). Trata-se do **Caso Maddie**, que remonta ao ano de 2007, quando Madeleine McCann, uma menina britânica de três anos, que estava de férias com a família no Algarve, desapareceu sem deixar rasto. Terá ficado a dormir no apartamento com os irmãos, enquanto os pais jantavam com amigos num restaurante a 50 metros de distância.

Os primeiros indícios apontavam para crime de rapto. As autoridades varreram 30 metros de costa, foram feitas escavações e perícias dentro e fora de casa e em automóveis. No terreno estiveram mais de 300 polícias e, mais tarde, as autoridades britânicas acabaram por chegar e ajudar nas investigações. Foi alegadamente avistada em vários pontos do mundo, mas nenhuma das pistas acabou por se revelar credível (Freitas, SIC, 2017⁸).

Machado & Santos (2008, p. 8) referem que “dos milhares de casos que já foram notícia em todo o mundo, é seguro dizer que poucos terão merecido tantas horas de emissões televisivas, em telejornais, documentários, programas especiais, entrevistas e outros formatos televisivos”. Um caso como o de Maddie é aquilo a que se chama um mega-acontecimento, o “protótipo do acontecimento que rebenta nas redações jornalísticas e provoca uma alteração completa na rotina, como uma nova primeira página, boletins de notícia, uma interrupção da programação normal” (Traquina, 2002, p. 205).

A cobertura intensiva que os *media* fizeram a este caso é também explicada, segundo Castro (2007, p. 56), pelo facto de os McCann recorreram a uma **estratégia de comunicação profissionalizada e experiente**, que acabou por dominar o espaço noticioso através da realização de entrevistas, comunicados de imprensa e informações privilegiadas.

Foram feitas representações na imprensa acerca dos atores envolvidos neste caso criminal, ou seja, a família da vítima, os investigadores da polícia e os suspeitos, que contribuíram, segundo Machado & Santos (2010b, p. 57), para a construção

⁸ Peça de Pedro Freitas, pode ser consultada em: <http://sicnoticias.sapo.pt/especiais/caso-maddie---10-anos/2017-05-02-Pais-de-Maddie-continuam-a-acreditar-que-a-filha-esta-viva>.

popular de estereótipos e significados simbólicos sobre o sistema de justiça, das práticas e procedimentos de investigação criminal e da própria polícia em Portugal.

É visível a personificação dos sujeitos envolvidos, em particular dos pais, “dois ingleses olhados como frios e pouco emocionais relativamente ao padrão estereotipado dos povos latinos, contribuindo para uma desfamiliarização que possibilita uma certa objetificação pelo distanciamento” (Machado & Santos, 2008, p. 10). Por outro lado, poderiam também ser vistos como poderosos dado o seu **estatuto social e a ascensão a figuras públicas** que foi acontecendo com o desenrolar dos acontecimentos.

No *Caso Maddie*, por força da concorrência, todos os órgãos de comunicação se sentiram na **obrigação** de o colocar na sua agenda, mesmo que não existissem informações novas, o que deu origem a situações caricatas, onde jornalistas se entrevistavam mutuamente acerca do caso, refere Castro (2007, p. 157).

Segundo Machado & Santos (2010b, p. 58), a cobertura da imprensa portuguesa ao *Caso Maddie* adotou duas abordagens distintas. Por um lado, verificou-se uma postura mais distanciada e reflexiva, que procurou equilibrar o direito à informação com o necessário comportamento ético do jornalismo de referência. Mas, por outro lado, surgiu também uma abordagem “popular” e mais sensacionalista, empenhada na construção de uma narrativa criminal.

O caso de Madeleine McCann “foi construído como um drama público” (Machado & Santos, 2010b, p. 58), sendo que estes dramas podem contribuir ativamente para o enquadramento de visões e perceções do crime e da ordem social. Nesta estória, a atenção por parte dos *media* foi “imediate, massiva e mobilizou centenas de jornalistas e meios técnicos” (Machado & Santos, 2008, p. 9)”, tendo o drama sido construído logo numa fase inicial.

Machado & Santos (2008, p. 8) questionam “como é possível que um caso que, objetivamente, e ao longo de tanto tempo, não registou desenvolvimentos palpáveis no sentido de a criança ser encontrada, conseguiu manter visibilidade mediática ao longo de tantos meses?”. Surette (1998, p. 72) explica que os casos criminais mais mediáticos, à exceção dos que envolveram celebridades, foram as estórias constituídas

por um conjunto de ingredientes que poderiam **aumentar a curiosidade e atenção** na altura da descoberta da situação e nos momentos mais intensos, nomeadamente na altura em que os suspeitos são detidos.

1.5. O CRIME NOS TELEJORNAIS

A televisão, dadas as suas características estruturais de transmissão e de difusão massificada, tem um maior impacto na projeção dos assuntos da atualidade e na “criação de uma impressão genérica e pouco fundamentada” (Penedo, 2003, p. 94). Isso acontece devido a uma **linguagem televisiva** muito própria, com a possibilidade do direto e da interrupção da emissão para lançar uma notícia de última hora, enfatizando um acontecimento.

Segundo Jewkes (2011, p. 57), é dada maior **credibilidade** às notícias em televisão do que nos jornais impressos, isto porque se considera que são menos partidárias e oferecem imagens (em movimento) de maior qualidade, por isso acredita-se frequentemente que demonstram a realidade. De acordo com a autora, estas imagens são cada vez mais fáceis de obter, nomeadamente através da internet, redes sociais e pela facilidade com que hoje as pessoas carregam consigo uma câmara de fotografar ou filmar, nem que seja a do telemóvel.

No entanto, a televisão está, segundo Greer (2017, p. 35), preocupada essencialmente com a **questão visual**, em tornar a estória num **produto apelativo**. Estes elementos visuais acabam por eliminar a necessidade de referir determinados pormenores em palavras, pois podem ser vistos através de imagens.

É nesse sentido que Romes, Jamieson & Aday (2003, p. 89), afirmam que “as notícias em televisão podem moldar a perceção da realidade de forma consequente”, isto porque a cobertura de notícias sobre crime acaba muitas vezes por recair no sensacionalismo, em particular quando se trata de **homicídios e violência**. Na verdade, segundo Ashkins & Sheley (1981, p. 494), a televisão está menos preocupada com a relevância noticiosa dos acontecimentos do que com a apresentação de um produto que seja apelativo.

A televisão tem, de acordo com Cádima (2010, p. 2), uma função sensível quer na interiorização coletiva do **sentimento de insegurança** face à violência, quer nos “mimetismos de comportamentos agressivos”. Nesse sentido, a gestão da informação televisiva necessita de ser enquadrada por práticas editoriais baseadas num “conhecimento técnico-científico específico e interdisciplinar” sobre estas questões.

Crimes “espetaculares” (Jewkes, 2001, p. 59) atraem mais atenção porque são mais atrativos para a televisão. Já crimes que ocorrem na esfera privada ou que não são alvo de escrutínio público, como a violência doméstica, abuso de crianças e idosos, acidentes de trabalho, poluição do ambiente, colarinho branco, corrupção, violência do estado e abuso governamental dos direitos humanos, recebem menos atenção da comunicação social, apesar das graves consequências que trazem para os indivíduos e para a sociedade.

De acordo com Canavilhas (2001, p. 59), recorre-se a quatro elementos para “espetacularização da notícia” em televisão: a seleção de **dramas humanos**, procurando-se explorar os sentimentos das pessoas; a **reportagem e o direto**, com vista a realizar um enquadramento local, se possível na hora do acontecimento, aproveitando a emoção oferecida pelo repórter enquanto testemunha ocular do acontecimento; a **dramatização**, através do uso de gestos, do rosto e da expressão verbal para emocionar ou até sublinhar as imagens que surgem no ecrã; por último, os **efeitos visuais**, conseguidos através da montagem e pós-produção e que permitem manipular o acontecimento através da seleção das imagens.

Hoje predominam nas aberturas dos telejornais as **notícias “choque”** (Brandão, 2010, p. 41), dos acidentes e catástrofes, ou seja, os temas que contribuem para uma vertente de espetáculo que tem vindo a crescer na informação televisiva. A opção das pela “informação-espetáculo” (Canavilhas, 2001, p. 53) resulta da influência do fator económico. Mais investimento exige um aumento das receitas publicitárias, que é consequência do aumento das audiências. Para o conseguir é preciso tornar a informação mais apelativa.

Por outro lado, Canavilhas (2001, p. 60) acredita que “a probabilidade de um noticiário captar audiências depende da sua capacidade de oferecer uma realidade completa, global e o mais natural possível”, daí que o impacto da informação resida na

capacidade que esta tem de oferecer uma imagem do mundo mais completa do que aquela que o telespectador pode obter no próprio local.

Todavia, a informação televisiva deve subtrair-se às tendências atuais que privilegiam quer a dramatização e a “imagem-choque”, quer a forma sobre o conteúdo (Brandão, 2010, p. 36), pois muitas vezes, segundo Brandão & Morais (2012, p. 256), o público é “aludido por peças exaustivamente editadas e acompanhadas de textos dúbios”, que acabam por maximizar a compaixão da audiência e deixam-na com a noção de que nos noticiários só se vê “desgraças”.

Ao consumir televisão, “em particular os telejornais que todos os dias, à hora certa, surgem nas nossas casas com a intenção de nos pôr a par dos últimos acontecimentos, **ficamos com a sensação de que vivemos rodeados pelo perigo**”, referem Brandão & Morais (2012, p. 257). Os autores acreditam que o número de notícias que trata ou que está relacionada com este género de temática é elevado e que não dá a possibilidade ao público de refletir sobre os “conteúdos positivos” que o noticiário também transmite. Esta cobertura contribui para o aumento do **medo em relação ao crime**, através da criação da ideia de que a vitimização está para além do nosso controlo, explicam Romes *et al.* (2003, p. 89).

As razões para que as **notícias negativas** tenham maior incidência nos telejornais são quatro, segundo Galtung & Ruge (1999, p. 69-70): em primeiro lugar porque respondem melhor ao critério de periodicidade ou frequência; depois porque as notícias negativas consentem uma maior unanimidade na interpretação que é feita acerca das mesmas, o que não acontece com as notícias positivas; em terceiro lugar porque estas notícias assumem-se como sendo mais consonantes, estando em congruência com algumas “pré-imagens dominantes do nosso tempo”; por último, os conteúdos noticiosos negativos são considerados mais inesperados, raros e imprevisíveis.

Brandão (2010, p. 42) analisou a **realidade dos canais generalistas portugueses** e refere que “quase metade das notícias da TVI (44,09%) são negativas, enquanto na SIC o valor é de 39,51%, e na RTP1 30% das notícias são negativas. Quanto às notícias positivas são 24,35% na RTP1; 18,73% na SIC»; e 15% na TVI”.

O sensacionalismo “domina os noticiários contemporâneos (...) o próprio pivô torna-se um ator num cenário meticulosamente estudado e atrativo, procurando iludir o espectador indefeso que de certo modo almeja uma evasão do quotidiano” (Brandão & Morais, 2012, p. 256). No caso do **direto**, a “maximização da emoção é transmitida via informação em tempo real” (Canavilhas, 2001, p. 61). No entanto, pode também ter um efeito “anestésico caso seja banalizado”, como aconteceu com as transmissões da Guerra do Golfo.

Brandão & Morais (2012, p. 258) questionam o porquê de uma “repetição excessiva de notícias que parecem dizer mais do mesmo”, explicando de seguida que a justificação está nos critérios de noticiabilidade, uma vez que uma notícia pode permanecer mais tempo no ar se esse número de critérios for elevado.

A polémica relativa à questão da cobertura excessiva e exagerada de determinados acontecimentos em televisão surgiu, para Castro (2007, p. 90), depois de três semanas de cobertura do *Caso Maddie*, com as declarações de Alcides Vieira, na altura diretor de informação da SIC, ao dizer que “o dever do jornalista é às oito da noite informar sobre o que aconteceu nesse dia, mesmo que não se passe nada”. Este comentário foi criticado por diversas figuras da comunicação social portuguesa, como foi o caso de Miguel Sousa Tavares, que disse: “A ideia de que a informação televisiva se pode permitir ao luxo de ter notícias a dizer que não se passou nada e ainda continuar a chamar a isso jornalismo é uma ideia que seria até cómica se não se desse o caso de ela traduzir fielmente a triste realidade em que vive o jornalismo televisivo” (Castro, 2007, p. 91-92).

Miguel Sousa Tavares, no comentário que faz às declarações de Alcides Vieira, fala naquilo a que chama de “massacre dos diretos e das notícias reduzidas aos ‘vivos’, com a cara dos repórteres no local a debitar banalidades” (Castro, 2007, p. 91-92). Acrescenta ainda que “é possível pôr um jornalista à frente da câmara a falar sobre um não-acontecimento, alguma coisa lhe há-de ocorrer sempre para dizer; mas não é possível fazer uma reportagem filmada sobre um não-acontecimento. Daí que os chefes hoje prefiram as caras dos jornalistas às caras das notícias: porque é preciso encher chouriços a falar de qualquer coisa, desde que tenha audiência”.

Alguns autores, segundo Jewkes (2011, p. 43), acreditam que os profissionais dos *media* são **pressionados a tornar extraordinário o que é ordinário**, num conteúdo que é contruído para a televisão e a que os pós-modernistas se referem como “simulação”. No entanto, o papel do jornalista é assumir-se como “mediador entre a realidade e os recetores” (Canavilhas, 2001, p. 54).

Se acompanharmos os alinhamentos dos telejornais e as edições dos jornais centrais, é-nos possível compreender que se contagiam mutuamente, aliás “se sentirem que certo caso pode ser erguido a uma história com potencial de audiência e que atinja a opinião pública, deverão agarrá-la” (Ferreira, 2009, p. 33).

1.6. QUESTÕES ÉTICAS E DEONTOLÓGICAS ASSOCIADAS ÀS NOTÍCIAS DE CRIME

Hoje em dia, os meios de comunicação social assumem um papel importante enquanto **instrumentos modeladores de atitudes e opiniões**, uma vez que atuam ativamente na definição dos temas que farão parte da opinião pública e do sentido que lhes é atribuído. A verdade é que os *media* foram capazes, ao longo dos anos, de autonomizar o seu próprio campo de legitimação, tendo-se transformado num meio privilegiado de medição de outros campos autónomos (Rodrigues, 1984, p. 27).

A ética jornalística é vista por Camponez (2009, p. 526) como um sentido compartilhado de valores que orientam o desempenho dos jornalistas enquanto mediadores de informações e opiniões que são consideradas socialmente relevantes. No entanto, nem sempre é fácil seguir as regras definidas, principalmente quando há pressão para obter lucro e os jornalistas trabalham “pautados por índices de audiência” (Barros, 2002, p. 25).

Isso pode resultar, por exemplo, no sensacionalismo. De acordo com Dias (2015, p. 16), pode ser interpretado como um “modo editorial antiético” de divulgar os factos, olhando para eles como acontecimentos extraordinários que exploram as emoções e fragilidades humanas, usando para isso determinadas expressões ou fotografias de forma considerada excessiva e, em alguns casos, não o fazendo de forma correta. Para além disso, “as narrativas dos *media* sensacionalistas podem minar

os princípios respeitantes ao direito a um **juízo justo e à presunção de inocência**” (Machado & Santos, 2010a, p. 9).

Para Barros (2002, p. 29), “o sensacionalismo dos meios de comunicação é um fenómeno social muito mais amplo do que algo que se possa definir como da exclusiva responsabilidade dos jornalistas”. Nos casos criminais, tal como acontece com outros, é recorrente o uso de **fontes anónimas**. De acordo com Machado & Santos (2008, p. 11), no caso do crime as formulações mais recorrentes são “fonte ligada ao processo”, “fonte próxima da investigação” ou até “fonte da PJ”.

Um dos conceitos associados ao jornalismo é a **objetividade**. No entanto, de acordo com Karam (2004, p. 39), “a objetividade não existe”. Segundo o autor, a **credibilidade jornalística** está associada a objetividade do relato, mas isso é um **mito**, portanto “se a objetividade não existe a subjetividade também não”, isto porque as duas estão intimamente ligadas e uma alimenta a outra.

Em determinadas situações, o direito de informação dos *media* “compromete o direito à privacidade, reputação e bom nome dos cidadãos envolvidos em processos de investigação, o que possibilita o acesso público a informações que sendo ‘autorizadas’ podem produzir efeitos de permanente suspeição sobre um qualquer cidadão considerado suspeito pelas autoridades” (Machado & Santos, 2008, p. 5).

Chibnall (1977) *apud* Greer (2017, p. 40) refere que o elemento-chave na construção de uma estória sobre crime apelativa é a **atribuição de culpa**. No entanto, no Código Deontológico do Jornalista (consultar anexo I, página 75), o artigo número sete refere que para além do jornalista dever salvaguardar a presunção da inocência dos arguidos até a sentença transitar em julgado, o jornalista também “não deve identificar, direta ou indiretamente, as vítimas de crimes sexuais e os delinquentes menores de idade, assim como deve proibir-se de humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor”.

No entanto, uma das grandes questões associadas às notícias de crime é a **exposição do sofrimento** das vítimas e dos seus familiares. Greer (2017, p. 36) refere que hoje existe uma constante expectativa que as vítimas indiretas expressem as suas emoções, a sua dor e o seu sofrimento com a audiência, que olha para este

“espetáculo” tanto horripilada como fascinada. Também o passado, a história de vida e o potencial futuro das vítimas são aspectos que tendem a ser valorizados pelos *media*, em particular se essa história for contada visualmente (Greer, 2017, p. 38).

A presença de **fotografias** de pessoas desaparecidas ou assassinadas é pungente para os órgãos de comunicação porque se entende que se trata de pessoas que podem estar ou já estão mortas e a presença das suas fotografias “personifica a inocência e a perda” (Greer, 2017, p. 37). Por outro lado, as fotografias podem também humanizar e prestar homenagem às vítimas, “criando uma ligação afetiva entre a imagem e o espectador, a vítima e audiência, com o potencial de evocar uma reação mais visceral e emocional do que aquela que se consegue obter através das palavras” (*idem*).

Muitas vezes, as vítimas e até os crimes praticados simbolizam um problema que afeta a sociedade, como a segurança escolar, a violência racial e o abuso sexual de crianças institucionalizadas, como expõe Greer (2017, p. 41). É nesta perspectiva que Jewkes (2001, p. 60) refere que “qualquer crime pode ter visibilidade nos *media* se envolver crianças”, sendo importante valorizar questões como a sua não identificação, no sentido de as proteger, situação também referida no Código Deontológico do Jornalista (ver anexo I, página 75).

1.7. INFLUÊNCIA DO JORNALISMO NA PERCEÇÃO SOCIAL DO CRIME

Muitas vezes questiona-se até que ponto a exposição da criminalidade através dos jornais influencia a forma como a audiência vê e interpreta o crime. Segundo Gomes (2011, p. 1), os estudos realizados sobre os efeitos dos *media* nas **representações da criminalidade** sugerem que os cidadãos são influenciados sobre como pensar o crime, os “criminosos” e o papel das autoridades nesse processo.

Mas, no que diz respeito às imagens tipicamente veiculadas pelos meios de comunicação, Beirne & Messerschmidt (2000, p. 34) acreditam que, tendo em conta o grande volume de notícias que são difundidas e que estão relacionadas com crime, existe uma percepção errónea relativamente ao volume de crime violento existente. Para além disso, e segundo os autores, os *media* criam a noção “enganadora” de que a

taxa do crime tem vindo a aumentar constantemente, sendo apontada aos *media* a distorção da incidência do crime não-violento.

Já Ashkins & Sheley (1981, p. 504) falam numa relação casual que existe entre as notícias publicadas e a opinião pública sobre o crime. A violência estereotipada nos *media* não transmite, segundo Cádima (2010, p. 1), violência à sociedade, pelo menos não da forma como muitas vezes se “pretende fazer crer”. Segundo o autor, acusar os *media* de “principais instigadores da violência” é iludir o problema.

As questões que recebem mais atenção nos meios de comunicação são vistas pelo público como as mais importantes, por isso “os *media* não dizem o que se deve pensar, mas sobre o que se deve pensar” (Gomis, 1991, p. 17). Esta imagem da realidade, oferecida pelos órgãos de comunicação, acelera as ações e gera novos factos de interesse público, o que leva a uma interpretação sucessiva da realidade.

A exacerbação de sentimentos como a **repulsa** face aos atos cometidos, a **raiva** face à injustiça e aos transgressores e a vergonha, o **remorso ou a culpa** dos infratores, que estão diretamente relacionados com as emoções presentes no discurso sobre o crime e a justiça, constituem-se como elementos fundamentais nas notícias. Isto acontece porque a sociedade, o público, é convidado a ligar-se emocionalmente às histórias contadas, sendo que em particular a justiça proporciona uma canalização de sentimentos ao mesmo tempo que os estimula (Karstedt, 2010, p. 32-34).

No entanto, autores como Wonton (1993, p. 109) defendem que o público é inteligente, apresentando o sensacionalismo como uma vantagem pois transmite ao telespectador os limites do aceitável: “a repetição de determinadas imagens, em vez de criar um hábito, alertará para o excesso”.

A mediatização da justiça constitui um dos mais prementes desafios para as sociedades atuais na medida em que é dada ao público a possibilidade de observar os procedimentos, regras e o funcionamento da justiça, explicam Machado & Santos (2010, p. 7). É através das imagens e discursos expostos nos *media* que o público recebe informação que lhe permite elaborar representações acerca do sistema de justiça e da ordem social vigente, que segundo os autores está “plasmada ou mesmo ausente” nos códigos e disposições legais.

Portanto, a **percepção pública da criminalidade encontra-se diretamente relacionada com a difusão mediática de notícias sobre crime**, pois a forma como o público recebe a informação sobre este género de casos não é “acrítica e passiva” (Guibentif, Cheta & Gorjão, 2002, p. 30), sendo que grande parte do conhecimento sobre o sistema legal que possuem é passível de ser veiculado pelos *media*.

CAPÍTULO 2 – SIC

Este relatório tem como base a experiência adquirida durante seis meses na Sociedade Independente de Comunicação (SIC), na área do jornalismo. Neste capítulo, é feita a apresentação da empresa de acolhimento, tal como uma exposição e reflexão sobre o percurso e experiência adquirida ao longo do estágio.

2.1. CARACTERIAÇÃO DO LOCAL DE ESTÁGIO

A Sociedade Independente de Comunicação, mais conhecida pela abreviatura SIC, pertence ao grupo IMPRESA – SGPS, fundado e ainda presidido por Francisco Pinto Balsemão, e que atualmente detém 100% do capital da SIC. A primeira emissão do canal foi para o ar a 6 de outubro de 1992, com a apresentação a concurso público através da Lei da Televisão nº 58/904, do regime de licenciamento ao exercício da televisão.

Tornou-se assim o primeiro canal privado português, cujo objetivo, segundo Francisco Pinto Balsemão, era apresentar "um jornalismo mais independente, mais irreverente, feito com gente mais jovem, mais atrevida e, sobretudo, focando assuntos que normalmente não eram tratados em televisão" (Lopes, 2012).

A SIC alcançou a liderança em maio 1995 e, em junho de 2000, o grupo IMPRESA é admitido na Bolsa de Valores de Lisboa. É a partir desse mesmo ano que surgem os primeiros canais temáticos SIC, sendo que o canal informativo da estação, a SIC Notícias, nasce em 2001. Presentemente conta com mais seis canais temáticos (SIC Caras, SIC K, SIC Radical, SIC Mulher, SIC Internacional e SIC Internacional África).

A redação da SIC rege-se por um estatuto editorial próprio que define a empresa como “concessionária de um canal privado de televisão, de âmbito nacional, cujo principal objeto é a difusão de uma programação de qualidade e rigor informativo, independente do poder político ou económico e de qualquer doutrina ou ideologia”. Está organizada por editorias (Sociedade, Economia, Internacional, Política, Desporto, Cultura e Agenda) e equipas (Primeiro Jornal, Jornal da Noite, Online).

Atualmente, o Conselho de Administração é presidido por Francisco Pedro Balsemão, o diretor de informação do canal é Ricardo Costa e o diretor adjunto é José Gomes Ferreira. Bernardo Ferrão e Pedro Cruz são subdiretores de informação da estação.

2.2. EXPERIÊNCIA NA SIC

Durante os seis meses de estágio, foi possível adquirir experiência a vários níveis. Aprendizagem profissional, mas também humana através do contacto com jornalistas experientes, que me permitiram ver e entender a profissão numa vertente muito pessoal, e com fontes de informação, que partilharam histórias de vida que me tornaram mais sensível em relação ao mundo à minha volta.

Uma vez que este não foi o meu primeiro estágio (anteriormente já tinha estagiado no jornal *A Voz de Loulé* e na *Renascença*), a entrada numa redação não foi uma novidade. Sabia como funcionava, reconhecia a pressão na cara dos jornalistas a pouco minutos de irem para o ar, o *stress* de acabar a peça de abertura e a sensação de dever cumprido quando se terminam os trabalhos mais exigentes.

Mas não deixava de ser novo para mim estar numa redação de uma estação de televisão. Imprensa e rádio são meios de comunicação igualmente exigentes, mas cujo método de trabalho acaba por ser diferente. Aqui não se trabalha sozinho. Há um triângulo do qual faz parte o jornalista, o repórter de imagem e o editor de imagem. Todos os vértices deste triângulo são igualmente importantes e há que aprender a trabalhar em equipa.

Outra das grandes particularidades da televisão é a necessidade de aliar o texto com a imagem. A peça tem de fazer sentido e para isso é preciso que aquilo que se diz e aquilo que se vê estejam em sintonia, o que nem sempre é fácil. Muitas vezes as imagens que temos limitam aquilo que queremos dizer e é preciso ser capaz de contornar essa situação. Daí que o trabalho de equipa no terreno, entre o jornalista e o repórter de imagem, seja tão importante.

2.2.1. AGENDA

A primeira fase do estágio consistiu numa passagem de cerca de dois meses e meio pela Agenda. Ao contrário do que acontece nas restantes editorias e secções da redação, na Agenda o foco não é a atualidade, o presente, mas sim o futuro. Quer-se saber onde vai estar o Presidente da República (PR) amanhã e quantos dias vai durar a viagem do primeiro-ministro (PM) na próxima semana. Tudo tem de ser devidamente confirmado para evitar o envio de equipas para o terreno desnecessariamente.

A equipa da Agenda, na altura em que iniciei o estágio, era composta pela coordenadora, Ana Luísa Galvão, e pelas jornalistas Isabel Santana, Conceição Andrade e Kelly Martins. Por norma, são apenas dois estagiários a integrar este grupo, à exceção da altura em que entram novos estagiários, em que a equipa fica com três até um saia para outra editoria.

São os estagiários que já estão na equipa há mais tempo que ensinam aos recém-chegados a maioria daquilo que precisam de fazer, o que no fundo consiste em agendar eventos e presenças de figuras importantes. São as jornalistas quem seleciona o que deve ser agendado, com base nos *emails* recebidos e nos *takes* da Agência Lusa, e são os estagiários quem faz as fichas para cada acontecimento no ENPS (The Essential News Production System), onde também é possível visualizar os *takes* das agências noticiosas (Lusa, APTN, Reuters e Agence France Press). Os estagiários fazem também confirmações, quando falta alguma informação que não está presente nos *emails* recebidos, por norma, via telefone. As únicas confirmações que os estagiários não estão autorizados a realizar são as que dizem respeito a figuras do governo e ao PR.

Para além do agendamento através dos *emails* recebidos, também informações sobre futuros acontecimentos que sejam divulgados nos jornais podem ser agendados. Por norma, são as jornalistas quem lê e seleciona aquilo que deve ser agendado, informação essa que passa depois para os estagiários que criam a ficha e a colocam na respetiva categoria (Sociedade, Política, Economia, Cultura, Internacional, Porto, Efemérides e Greves e Manifestações).

Outra das funções mais importantes dos estagiários durante o tempo em que estão na Agenda é o atendimento de telefonemas. Estes podem ser das mais variadas

naturezas. Muitas vezes, as pessoas ligam para dar conhecimento de um evento que irá decorrer, para reclamar de alguma peça que não tenham gostado, que não achassem que estivesse bem feita, ou até para informar sobre um incidente que tenha ocorrido. Outras vezes, e mais frequentemente, as pessoas telefonam para expor os seus problemas, com a esperança de que a SIC seja capaz de ajudar. Durante a minha passagem pela Agenda, a grande maioria destas “estórias” dizia respeito a pessoas que tinham sido despejadas, que diziam ter sido despedidas injustamente ou burladas.

Nestes casos, a sensibilidade é muito importante. Cabe a nós, estagiários, fazer uma primeira seleção da informação e, na maior parte dos casos, percebemos imediatamente que não vai haver a possibilidade de fazer nada em termos jornalísticos. De qualquer forma, é importante ouvir as pessoas, respeitando-as e respeitando aquilo que têm para nos dizer. Por muito que, por vezes, essas “estórias” sejam as mais insólitas possível.

2.2.2. MADRUGADAS

Durante o estágio, uma das funções atribuídas aos estagiários é o cumprimento do horário das madrugadas. Um estagiário e um repórter de imagem permanecem na SIC das 00h00 às 06h00 para o caso de ocorrer algum facto suscetível de ser noticiado.

Estar atento às agências noticiosas, ouvir a TSF de hora a hora e ligar para a proteção civil, bombeiros e Guarda Nacional Republicana (GNR) são as grandes tarefas desempenhadas durante este período. O objetivo é perceber se houve alguma ocorrência e, caso se confirme, tentar perceber junto do repórter de imagem se é relevante ou não sair para o local. Caso seja um acontecimento verdadeiramente importante, como a morte de um primeiro-ministro ou um atentado terrorista no nosso país, é necessário avisar a Continuidade, para passar essa informação em rodapé, e ligar para um dos diretores.

Durante as duas semanas que fiz madrugadas, não ocorreu nada de significativo. Saí apenas duas vezes em reportagem, uma delas para um incêndio numa habitação, que depois acabou por não ser alvo de notícia dada a sua pequena

dimensão, e para o Estádio da Luz, numa noite em que os adeptos ficaram a dormir junto às bilheteiras para conseguir ingressos para o jogo Dortmund x Benfica.

Na maioria das noites, o trabalho consistia em escrever OFFs⁹ sobre acontecimentos que estivessem a ocorrer, em particular a nível internacional, para enviar ao coordenador da *Edição da Manhã*, que chega à redação por volta das 04h00. Caso essa informação fosse de interesse, cabia-me a mim preparar os blocos de imagens que iriam acompanhar o OFF. Foi durante as madrugadas que tive o primeiro contacto com o *software* de edição *Xpri*. Na primeira semana de madrugadas, que fiz ainda antes de sair da Agenda, como ainda não tinha experiência com este programa, apenas o utilizava para verificar se as agências de notícias tinham disponibilizado imagens. Na segunda semana, por já ter algum conhecimento nesta matéria, foram editadas imagens para OFFs e cortados THs¹⁰.

2.2.3. EQUIPA DE FIM-DE-SEMANA

A segunda fase do estágio consistiu na integração na Equipa de Fim-de-Semana (FdS) durante cerca de três meses e meio. Por norma, os estagiários passam por três secções/editorias ao longo dos seis meses de estágio mas, no meu caso, tendo em conta as opções disponíveis na altura e a boa experiência que tinha tido durante os meses anteriores, optei por ficar na Equipa de FdS até ao final do estágio.

Aqui, o trabalho é muito diferente daquele que é feito na Agenda, mas também é díspar em relação ao que é feito nas restantes editorias. Quando se prepara trabalho para as edições de fim-de-semana, existe algo que durante a semana é muito difícil de conseguir: tempo. A grande maioria das peças que fiz eram preparadas durante a semana para serem emitidas no *Primeiro Jornal* (PJ) ou *Jornal da Noite* (JN) de sábado e domingo. A pressão sentia-a apenas nos fins-de-semana, quando, por exemplo, chegava de reportagem às 12h00 e tinha que editar uma peça para o PJ desse dia.

⁹ OFF: Notícia mais pequena, lida em direto pelo *pivot*, acompanhada por um bloco de imagens construído previamente;

¹⁰ TH (Talking Head): Declarações feitas para as câmaras de televisão por uma determinada pessoa, que são depois contextualizadas e lançadas pelo *pivot*.

Foi aqui que houve o primeiro contacto com a escrita jornalística para televisão e um aprofundamento da aprendizagem no que diz respeito ao *Xpri* e à edição de imagem. Foi também nesta fase que tive contacto com outros programas, como o *Invenio* (que arquiva todos os programas da SIC generalista e restantes canais temáticos).

Folgava segunda e terça-feira e trabalhava o resto da semana. A minha rotina consistia em, logo na quarta-feira, pesquisar eventos de potencial interesse, recorrendo essencialmente a agendas culturais *online*, e enviar uma lista de propostas ao meu coordenador, Luís Marçal, e à produtora do FdS, Cláudia Araújo. Por norma, recebia resposta no mesmo dia e a partir daí cabia-me a mim tratar de tudo o resto. Efetuar os contactos com a organização, combinar data e hora e ajustar todos os pormenores. Assim que esta fase estivesse concluída, avisava a produtora e ela marcava no *planning* (página no ENPS onde estão presentes todos os serviços marcados para um determinado dia). Por norma, tentava sempre saber, antes de qualquer outra coisa, se a peça seria para sábado ou domingo e se para o PJ ou para o JN, pois a duração da mesma seria condicionada por estas variáveis.

Sair em reportagem foi, para mim, a parte mais empolgante. Estar no local, as entrevistas, perceber a partir daí qual o ângulo que poderia dar ao meu trabalho e sair com a sensação de dever cumprido. Ao chegar à redação, via todas as imagens recolhidas, em particular à procura de uma forma original de começar e terminar a minha peça, e escrevia o texto, que era sempre revisto por um jornalista. Dei sempre voz às minhas peças, num primeiro momento ainda sob a aprovação do meu coordenador, que ouvia a gravação antes de avançar para a edição. Rapidamente acabei por me tornar autónoma nesse aspeto.

A edição era sempre acompanhada por um editor de imagem. Estava presente durante todo o processo, apresentando as minhas preferências em termos de imagem e dando a minha opinião sobre aquilo que devia ser feito em termos de som e imagem.

Para além de sugerir eventos, fui também apresentando propostas de temas. Graças à grande recetividade e compreensão do meu coordenador, tive a possibilidade de realizar quase todas, sendo que as únicas propostas que não avançaram tiveram como causa a falta de tempo ou a indisponibilidade das fontes. Destaco uma peça que

realizei sobre [Baby Led Weaning](#), um método de introdução de alimentos sólidos aos bebés com seis meses, um trabalho que exigiu alguma investigação e que foi a peça mais vista no *online* durante esse fim-de-semana. Outras, como [O Regresso do Vinyl](#) e a [Infoexclusão](#), são também exemplos de trabalhos desta natureza.

As edições de FdS são muito marcadas pelos chamados *fait-divers*, peças cujos assuntos não se encaixam nas tradicionais editoriais do jornal, que são consideradas mais leves e que são, por isso, ideias para as edições de sábado e domingo. Era muito por esta lógica que me guiava: “o que querem as pessoas ver durante o almoço de família no domingo?”. O meu trabalho baseava-se muito neste género de peças, à exceção do fim-de-semana, quando havia notícias de última hora, como atentados terroristas, incêndios ou até a morte de Mário Soares.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

Para a realização deste relatório de estágio, foi escolhido para análise um tema específico, tratado jornalisticamente pela redação da SIC. Para chegar às conclusões pretendidas, o presente trabalho recorre a métodos que, segundo Espírito Santo (2010, p. 11), procuram traduzir uma conceção global de planeamento de uma investigação que engloba um caminho apropriado aos objetivos, meios, resultados esperados e contexto de implementação.

Neste capítulo é então apresentado o tema, explicada a pergunta de partida e os objetivos e, seguidamente, a abordagem metodológica e a escolha e planeamento das técnicas de recolha de dados.

3.1. CASO PEDRO DIAS

Num país pequeno como Portugal, onde, apesar de tudo, os níveis de criminalidade e segurança estão a nosso favor, o *Caso Pedro Dias*, à semelhança do que aconteceu com Manuel “Palito” em 2014¹¹, coloca muitas dúvidas, perguntas e, acima tudo, muita curiosidade. Como é possível um homem estar desaparecido durante quase um mês sem que as autoridades o encontrem? Em particular, como pode ter estado na mesma região durante todos aqueles dias, sem nunca ter sido descoberto? Tratou-se de uma verdadeira novela, que todos dias tinha novos capítulos e que terminou com um final que ninguém estava à espera.

Tudo começou na madrugada de 11 de outubro de 2016. Dois militares da GNR, durante uma ação de fiscalização numa zona industrial de Aguiar da Beira, encontram um indivíduo dentro de um veículo parado. Esse homem seria Pedro João Dias, que acaba por atingir mortalmente um dos militares e obriga o outro a guiar o carro-patrolha com o corpo do colega no porta-bagagens. O veículo só vai parar cinco quilómetros depois, numa zona erma a 50 metros da EN229, onde o militar sobrevivente é atingido por uma bala na cervical, tendo perdido a consciência. Acorda mais tarde e caminha até casa de um colega, onde dá o alerta.

¹¹ Manuel Baltazar, conhecido como “Palito”, matou a tia e a mãe e disparou contra a filha e a ex-companheira, em 2014. Esteve fugido das autoridades durante 34 dias.

Pouco depois, nessa mesma estrada, Pedro Dias terá disparado contra um casal, que seguia para uma consulta de fertilidade, para lhes roubar a viatura. O homem tem morte imediata e a mulher é levada para o hospital em estado grave, acabando por morrer em abril deste ano, na sequência dos ferimentos. Seguiram-se dias de buscas intensas sem qualquer resultado. Pedro Dias desapareceu durante 28 dias, sem deixar rasto.

Este homem de 44 anos nasceu em Angola, mas vivia em Arouca, no distrito de Aveiro. De famílias abastadas, tem um brevet de piloto e a população diz que é de “boas gentes” (Costa, *Sábado*, 2016¹²). Divorciado e com dois filhos, Pedro Dias estava já referenciado pelas autoridades por crimes com animais protegidos e foi condenado a pena suspensa por violência doméstica contra a mulher. Ao longo do seu desaparecimento, a polícia foi identificando este homem como perigoso, frio e calculista. Os especialistas, ouvidos por vários órgãos de comunicação, falavam na possibilidade de se tratar de um indivíduo com distúrbios de personalidade (Ferreira, *Observador*, 2016¹³), enquanto uma pesquisa forense, ordenada pelo Tribunal de Aveiro, defendeu que Pedro Dias sofria de sociopatia, uma psicopatologia que provoca um comportamento impulsivo e hostil (*Jornal de Notícias*, 2016¹⁴).

Durante a fuga, Pedro Dias foi várias vezes avistado pela população, tendo inclusive sido perseguido pela GNR no dia 16 de outubro, depois de se ter escondido numa casa desabitada em Moldes e ter agredido e sequestrado a filha da proprietária, que se deslocou à habitação para fazer limpezas, e um vizinho que foi atraído pelos gritos da mulher. As duas vítimas foram encontradas amarradas e amordaçadas horas mais tarde pelo filho do vizinho, depois de Pedro Dias voltar a desaparecer, desta vez ao volante de uma carrinha Opel Astra branca, roubada ao homem que sequestrou. A carrinha é encontrada abandonada no dia seguinte em Carro Queimado (Vila Real), com um par de calças ensanguentadas no interior.

¹² Notícia de Cátia Andrea Costa, que pode ser consultada em: <http://www.sabado.pt/portugal/detalhe/quem-e-pedro-dias-o-homem-que-continua-a-escapar-a-policia;>

¹³ Notícia de Marta Leite Ferreira, que pode ser consultada em: [http://observador.pt/2016/10/26/pedro-dias-o-homicida-simpatico/;](http://observador.pt/2016/10/26/pedro-dias-o-homicida-simpatico/)

¹⁴ Notícia sem assinatura e que não está disponível *online*.

Os dias de “caça ao homem”, expressão muito utilizada pelos *media* para se referirem a este caso, foram marcados por buscas à casa de familiares do fugitivo e às aldeias onde se suspeitava que pudesse estar escondido. Foi montado o cerco policial nesta região e, a dada altura, suspeita-se que Pedro Dias pudesse ter fugido para Salamanca, deixando as autoridades espanholas em alerta.

Todo este esforço policial e a própria competência das autoridades é colocada em causa quando Pedro Dias, no dia 8 de novembro, se entrega às autoridades em direto para a RTP. A jornalista Sandra Felgueiras é contactada pela advogada do suspeito e dirige-se para a casa, em Arouca, onde Pedro Dias estava escondido. Diz-se inocente e vítima de uma perseguição por parte das autoridades.

Em março deste ano, o Ministério Público deduziu acusação contra Pedro Dias pela prática de dois crimes de homicídio qualificado sob a forma consumada, dois crimes de homicídio qualificado sob a forma tentada e três crimes de sequestro. Foi ainda acusado de crimes de roubo de automóveis, de armas da GNR e de quantias em dinheiro, tal como de detenção, uso e porte de armas proibidas (Malhado, *Sábado*, 2017¹⁵). Recentemente foi também acusado do homicídio da mulher que circulava no carro roubado e que morreu em abril. Pedro Dias encontra-se atualmente em prisão preventiva.

3.2. PERGUNTA DE PARTIDA E OBJETIVOS

Uma vez que este relatório tem como finalidade perceber de que forma a SIC abordou o tema em análise, surgiu a seguinte pergunta de partida: **“Como foi realizada a cobertura jornalística do Caso Pedro Dias no Primeiro Jornal da SIC?”**.

No presente trabalho, o **objeto de estudo** baseia-se num contributo para a compreensão da cobertura mediática da criminalidade por um órgão de comunicação considerado de referência. Ou seja, de que forma um caso desta natureza suscita o interesse dos *media* e como é depois tratado jornalisticamente.

¹⁵ Notícia de Alexandre Malhado, que pode ser consultada em: <http://www.sabado.pt/portugal/detalhe/pedro-dias-perto-de-sair-da-cadeia>

Seguindo a pergunta de partida acima referida, foram definidos cinco **objetivos específicos**:

1. Compreender qual a atenção mediática que a SIC dedicou a este caso

O que se pretende é perceber se foi dada muita ou pouca atenção ao *Caso Pedro Dias* por parte da SIC e de que forma essa atenção foi materializada, analisando por exemplo os géneros jornalísticos privilegiados.

2. Apurar os fatores que contribuíram para o interesse da SIC nesta estória

Trata-se de entender quais os valores-notícia e critérios valorizados pelos jornalistas e que justificaram a sua cobertura.

3. Perceber de que forma os jornalistas realizaram a cobertura ao caso

Entre outras coisas, trata-se de analisar o tipo de discurso utilizado, se houve ou não exploração excessiva deste caso e entender como foi apresentado ao público.

4. Entender qual a opinião dos jornalistas sobre a forma como a SIC cobriu o *Caso Pedro Dias*

Tendo em conta as conclusões obtidas com o objetivo anterior, perceber junto dos entrevistados se o resultado final do trabalho realizado no âmbito deste caso foi o pretendido e qual a sua opinião sobre o mesmo.

5. Perceber se a necessidade de atrair audiências influenciou a forma como a SIC tratou este caso

Sendo a SIC considerada um órgão de comunicação de referência, é relevante tentar compreender se a questão comercial, a necessidade de atingir mais audiência, influenciou de algum modo a forma de tratamento deste caso e se uma estação de televisão com a CMTV, caracterizada pelo sensacionalismo, influenciou de algum modo a cobertura da SIC, dados resultados que obtém.

3.3. RECOLHA E ANÁLISE DA INFORMAÇÃO

Para melhor compreender a forma como a SIC cobriu o *Caso Pedro Dias* e, com isso, cumprir os objetivos anteriormente referidos, o presente estudo recorre ao

método misto. Segundo Espírito Santo (2010, p. 25), este método permite que a investigação possa recolher e refletir aspetos enraizados, menos imediatos, dos hábitos dos sujeitos, grupos ou comunidades em análise e que possa sustentar a inferência e interpretação dos seus hábitos; permite ainda captar a frequência com que se verificam determinados fenómenos.

Nesse sentido, recorreu-se à análise de conteúdo de peças emitidas no *Primeiro Jornal* da SIC e a técnicas de recolha de dados, neste caso a pesquisa bibliográfica e as entrevistas a jornalistas. No caso da **pesquisa bibliográfica**, o objetivo é compreender o que já foi estudado sobre o tema em análise, quer a nível nacional como internacional, e apurar os principais resultados dessas investigações.

Em termos cronológicos, a pesquisa bibliográfica aconteceu entre 16 de fevereiro e 10 de maio, a recolha e análise de conteúdo das peças decorreu entre 27 de março e 02 de junho e as entrevistas foram realizadas nos meses de junho e julho, consoante a disponibilidade dos entrevistados.

Tabela 1 - Calendarização da recolha e tratamento da informação

Recolha e tratamento da informação	Período de recolha	Local de Recolha
Pesquisa bibliográfica	De 16 de fevereiro a 10 de maio de 2017	Bibliotecas, faculdade, casa (<i>plataformas online</i>)
Recolha e análise de conteúdo a peças da SIC	27 de março a 02 de junho de 2017	SIC Lisboa
Entrevistas individuais semiestruturadas a jornalistas	Junho e julho de 2017	Vários

3.3.1. ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise de conteúdo permite um estudo das “tendências, intenções, conteúdos manifestos ou não manifestos, regularidades, singularidades da comunicação, quer aos níveis de estilo ou forma e/ou quer ao nível dos conteúdos comunicacionais” (Espírito Santo, 2010, p.69).

Na verdade, e segundo Cunha (2012, p. 9), a análise dos *media*, enquanto ferramenta que permite um exame minucioso e metodologicamente fundamentado, e à qual cabe a tarefa multidisciplinar e complexa de analisar os meios de comunicação e os seus conteúdos, é considerada fundamental. A análise de conteúdo, em particular aplicada a investigações desta natureza, tem em vista compreender a evolução de um acontecimento e, para isso, é importante definir o *corpus*, ou seja, os elementos sobre os quais incide a análise. Esses elementos podem ser texto, imagem ou outro tipo de documentação, de acordo com o tema estudado.

Só é possível realizar uma recolha de dados considerada válida se aquilo que se pretende saber estiver claramente definido e a intenção da análise deve ser delimitada através da formulação de uma pergunta de partida. Esta técnica de investigação é utilizada com frequência, visto que se aplica a todos os conteúdos que fazem parte dos meios de comunicação e permite demonstrar tendências pela recolha de evidências (Cunha, 2012, p. 9).

As variáveis definidas para cada análise devem, segundo Cunha (2012, p. 85), assumir diferentes categorias, como é o caso da forma, conteúdo e discurso. As variáveis de forma são definidas segundo a formatação do *corpus* – tipo e nome do meio, data de publicação ou espaço ocupado pelo tema em análise – e acabam por sistematizar “os elementos descritivos formais do meio”. Em relação as variáveis de conteúdo, a autora diz estarem “associadas ao tema da cobertura”, relativa aos elementos descritivos sobre o tema visíveis no objeto analisado, como é o caso do local e os intervenientes. As variáveis do discurso “fundamentam-se em princípios de análises textuais” e o objetivo é entender o tom, a narrativa ou até a argumentação aplicados na elaboração textual.

Neste caso específico, foi realizada a análise às peças emitidas no **Primeiro Jornal da SIC**, entre o dia **11 de outubro** e o dia **11 de novembro de 2016**, sobre o **Caso Pedro Dias**, através de uma **abordagem quantitativa e qualitativa**. Pretendeu-se compreender a frequência com que este caso foi apresentado no *Primeiro Jornal* e com que se recorreu aos diversos géneros jornalísticos e, posteriormente, foi realizada uma análise do discurso e interpretativa das peças emitidas, englobando texto, imagem e som. Nesse sentido, foram preenchidos parâmetros distintos, como género jornalístico, proeminência, imagem e conotação da mesma (ver anexo III, página 89). Partindo desse conteúdo analisado foi atribuído um código a cada parâmetro, de modo a efetuar a análise.

O *Caso Pedro Dias* foi o tema escolhido por se tratar de um assunto que recebeu muita atenção mediática. O público queria saber mais, queria acompanhar esta novela que parecia não ter fim, e os órgãos de comunicação queriam sempre dar mais. Perceber até que ponto este caso não foi explorado em excesso por se saber que atraía mais audiência, foi uma das curiosidades que incitou à escolha deste tema, em particular porque falamos da SIC, que no seu estatuto editorial diz reger-se por critérios de “qualidade e rigor informativo”.

O período temporal escolhido para a realização da análise diz respeito à altura em que Pedro Dias esteve desaparecido, tendo-se entregue às autoridades no dia 8 de novembro. O dia 11 de novembro foi o escolhido para terminar a análise com o intuito de estudar um mês completo. As peças em exame são as transmitidas durante o *Primeiro Jornal* por se ter concluído, após uma análise prévia, que este foi o noticiário da SIC generalista que mais acompanhou este caso.

Com vista a efetuar a análise das **94 peças** (unidades de análise) emitidas no *Primeiro Jornal*, identificadas pela referência ao *Caso Pedro Dias*, foi necessária a utilização do SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). Foi formulado um *codebook* ou Livro de Códigos (consultar anexo II, página 73), onde estão presentes as variáveis em estudo e a respetiva codificação. Para esta investigação, o *codebook* foi construído tendo por base a categorização de variáveis apresentada por Clara Almeida Santos (2009, p. 215) e ainda o trabalho de Isabel Ferin Cunha (2012), *Análise dos*

Media, adaptado ao caso em estudo. Nesse sentido, algumas das variáveis e categorias em análise foram construídas especificamente para a investigação ao *Caso Pedro Dias*.

Uma das maiores dificuldades neste processo foi a recolha das peças. A SIC não disponibiliza os noticiários completos na plataforma digital, apenas algumas peças são publicadas, e somente era possível aceder a essa informação através do programa *Invenio*, que só pode ser consultado na redação. Por esse motivo, e porque durante algum tempo o programa não esteve a funcionar, a análise das peças demorou mais tempo do que o previsto. Seria também possível pedir ao Arquivo que me facultasse esse material e poderia ter acesso a ele em casa. No entanto, por se tratar de noticiários completos, com quase duas horas e durante um mês, acabaria por ser um processo mais demoroso.

3.3.2. ENTREVISTAS AOS JORNALISTAS

Outra técnica utilizada foi a **entrevista individual semiestruturada**, isto porque se encontra dentro da abordagem qualitativa e procura, segundo Espírito Santo (2010, p. 34), a análise em profundidade e não a representatividade, analisando indivíduos, sociedades ou grupos. De acordo com a autora, esta técnica permite que os indivíduos possam “falar livremente e oferecer a sua interpretação dos acontecimentos”, o que é fortalecido pela relação de confiança e à vontade que deve ser estabelecida com o entrevistado para que se consigam respostas fidedignas.

O objetivo das entrevistas realizadas foi ouvir na primeira pessoa como decorreu todo o processo de cobertura jornalística do caso. Perceber como e por que razão foram tomadas determinadas decisões, a opinião dos jornalistas sobre a forma como esse mesmo processo foi conduzido e entender as motivações, regras e códigos seguidos quando se faz reportagem de um caso desta natureza.

Para tal, foram realizadas entrevistas a quatro profissionais que estiveram diretamente envolvidos na cobertura mediática deste caso. Verificou-se pertinente entrevistar Frederico Correia, correspondente da SIC na zona de Viseu e o jornalista que mais acompanhou este caso (18 peças e diretos); Bento Rodrigues, pivô que foi enviado para o local nos dias 19 e 20 de outubro e que conduziu a emissão de Aguiar

da Beira e Constantim; Isabel Horta, editora de Sociedade da SIC, área diretamente relacionada com as questões de justiça e criminalidade; e André Antunes, coordenador do *Primeiro Jornal*, noticiário em análise.

O objetivo inicial seria entrevistar pessoalmente os jornalistas acima referidos, à exceção de Frederico Correia, visto que é correspondente e não tem residência em Lisboa, sendo que, no caso deste, a entrevista ocorreu via telefone. Foi enviado um *email* prévio a todos os jornalista a pedir entrevista, ao qual apenas André Antunes respondeu. Quando se deu a deslocação à redação da SIC para a realização da entrevista ao coordenador do *Primeiro Jornal*, foi feita uma abordagem pessoal aos restantes jornalistas que se pretendia entrevistar mas que não tinham respondido ao *email*. Foi possível entrevistar Isabel Horta, mas Bento Rodrigues não demonstrou disponibilidade para responder pessoalmente às perguntas, tendo acabado por fazê-lo através do correio eletrónico.

Algumas entrevistas tiveram de ser encurtadas, não tendo sido possível seguir por completo o guião de perguntas estipulado. Foi o caso de André Antunes e Isabel Horta que, por uma questão de falta de tempo, não conseguiram responder a todas as questões. Nesses casos, foi feita uma seleção das perguntas que mais se direcionavam para a componente editorial (para a editora de Sociedade) e para a organização dos trabalhos durante a cobertura do caso (para o coordenador do *Primeiro Jornal*).

Tabela 2 – Calendarização das entrevistas

Entrevistados	Data das entrevistas	Local
Frederico Correia	30 de junho	Por telefone
Bento Rodrigues	5 de julho	Por <i>email</i>
Isabel Horta	5 de julho	SIC Lisboa
André Antunes	5 de julho	SIC Lisboa

4. RESULTADOS: COBERTURA DA SIC AO CASO PEDRO DIAS

Com vista a entender a forma como a SIC tratou jornalisticamente o caso em análise, foram elaboradas entrevistas e análise de conteúdo, de forma a compreender não só a opinião dos profissionais envolvidos na cobertura do caso como também verificar, na prática, quais os critérios e abordagens seguidas. Nesse sentido, ao longo deste capítulo, serão apresentados os principais contributos dos testemunhos dos jornalistas entrevistados e os resultados da análise às peças sobre o *Caso Pedro Dias*.

4.1. ATENÇÃO MEDIÁTICA DEDICADA PELA SIC AO CASO PEDRO DIAS

Revelou-se importante para esta investigação **compreender qual a atenção mediática que a SIC dedicou a este caso**. Nesse sentido, é possível concluir que, durante o mês em estudo, foram para o ar 94 conteúdos sobre o *Caso Pedro Dias* no *Primeiro Jornal*, sendo que os dias 19 e 20 de outubro foram aqueles que registaram um maior número de notícias, 18 e 10, respetivamente (ver anexo III, página 89). Esta situação verificou-se porque durante estes dias a SIC realizou uma emissão especial, conduzida por Bento Rodrigues, em direto das aldeias de Carro Queimado e Constantim, quando Pedro Dias estava desaparecido há oito dias. O *Primeiro Jornal* foi conduzido em simultâneo pelo *pivot* no local, que fazia a ponte entre os vários repórteres, e o *pivot* nos estúdios da SIC, que conduzia a restante emissão.

Durante os outros dias, há uma média de quatro a seis peças por emissão sobre o caso, variando o seu número consoante a existência ou não de novos desenvolvimentos ou o surgimento de outras notícias que marcassem esses dias. Por exemplo, os dias 15 e 16 de outubro (com apenas duas e uma notícias sobre o caso, respetivamente) foram marcados pela entrega da proposta do Orçamento do Estado para 2017 e 18 de outubro (com três peças sobre o caso) foi dia de Concertação Social. Até mesmo a 9 de novembro, dia da detenção de Pedro Dias, que se poderia esperar que fosse muito mediatizada, a incidência de notícias sobre o caso não foi significativa (apenas quatro), o que poderá ter acontecido dada a eleição de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos da América (EUA) na noite anterior, o que dominou o espaço noticioso. Para além disso, o facto de se ter entregado em direto para a RTP e

de apenas terem sido concedidos às outras estações de televisão poucos minutos de imagens, poderá também ter contribuído nesse sentido.

Ao longo do mês de análise, durante 10 dias não foram apresentadas notícias sobre o caso, o que aconteceu numa fase final, antes da entrega, quando não existiam desenvolvimentos novos que justificassem o seu surgimento.

A atenção mediática atribuída pela SIC ao caso centrou-se no recurso a diretos e peças. Registaram-se 40 diretos e 39 peças, o que corresponde a 43% e 42% do total recolhido. O género jornalístico menos utilizado foi a entrevista (2%), tendo-se destacado a promo (5%) enquanto meio de promoção de outros trabalhos (ver abaixo tabela 3).

Tabela 3 – Género jornalístico dos conteúdos sobre o Caso Pedro Dias

Género Jornalístico	Unidades de análise	Percentagem
Direto	40	42,6%
Peça	39	41,5%
Promo	5	5,3%
Reportagem	4	4,3%
OFF	4	4,3%
Entrevista	2	2,1%
Total	94	100%

Entre os conteúdos produzidos para o *Primeiro Jornal*, 37%, tiveram entre 1'46'' – 2'45'' de duração, enquanto apenas 29% tiveram entre 2'46'' – 4'45'', o maior volume estabelecido no *codebook*. Existe contudo uma relação evidente entre o género jornalístico e a duração dos conteúdos, sendo os diretos, por norma, maiores. Do total de unidades de análise com maior duração (entre 2'46'' – 4'45''), 58% são diretos e apenas 31% são peças. A reportagem, que se poderia esperar que tivesse uma duração superior, representa apenas 8% do total. Em relação aos conteúdos mais pequenos (com menos de 1'45''), 48% são peças, 22% são diretos e 19% são promos (consultar tabela 4, página 42). É importante ainda ter em atenção a categoria

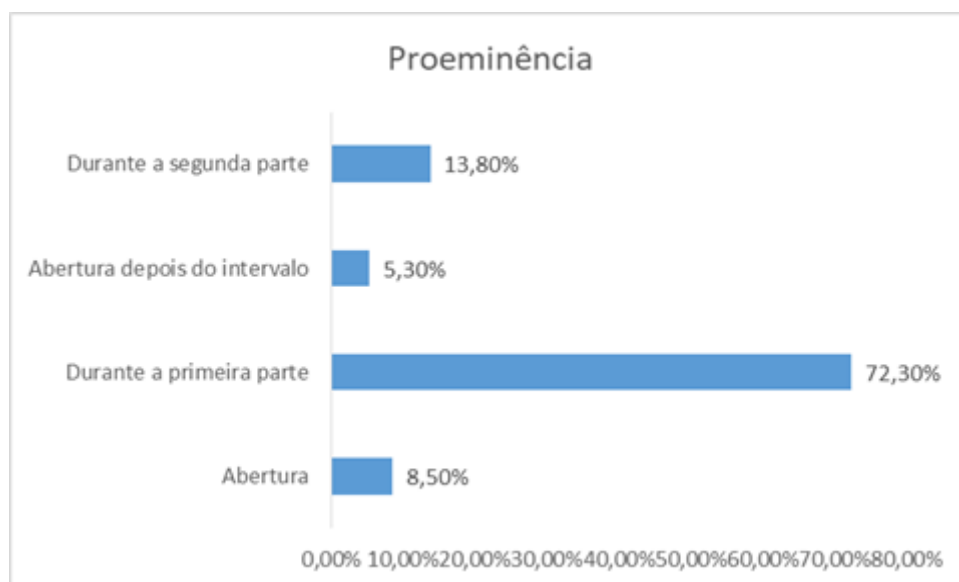
“outros” (6%), que inclui conteúdos com duração inferior e superior à estabelecida nas restantes categorias.

Tabela 4 - Volume dos conteúdos em função do género jornalístico

Género Jornalístico	Volume				Total
	Menos de 1'45"	1'46" – 2'45"	2'46" – 4'45"	Outros	
OFF					
Número de conteúdos	3	0	0	1	4
% em Género Jornalístico	75,0%	0%	0%	25,0%	100,0%
% em volume	11,1%	0%	0%	16,7%	4,3%
Direto					
Número de conteúdos	6	16	15	3	40
% em Género Jornalístico	15,0%	40,0%	37,5%	7,5%	100,0%
% em volume	22,2%	45,7%	57,7%	50,0%	42,6%
Peça					
Número de conteúdos	13	17	8	1	39
% em Género Jornalístico	33,3%	43,6%	20,5%	2,6%	100,0%
% em volume	48,1%	48,6%	30,8%	16,7%	41,5%
Reportagem					
Número de conteúdos	0	2	2	0	4
% em Género Jornalístico	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	100,0%
% em volume	0,0%	5,7%	7,7%	0,0%	4,3%
Entrevista					
Número de conteúdos	0	0	1	1	2
% em Género Jornalístico	0,0%	0,0%	50,0%	50,0%	100,0%
% em volume	0,0%	0,0%	3,8%	16,7%	2,1%
Promo					
Número de conteúdos	5	0	0	0	5
% em Género Jornalístico	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
% em volume	18,5%	0,0%	0,0%	0,0%	5,3%
Total					
Número de conteúdos	27	35	26	6	94
% em Género Jornalístico	28,7%	37,2%	27,7%	6,4%	100,0%
% em volume	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Quanto à proeminência dos conteúdos transmitidos, tendo sido um caso muito mediatizado, é também natural que os mesmos tenham recebido lugares de destaque no alinhamento do telejornal. As notícias de abertura representam 9% do total e a grande maioria foi apresentada durante a primeira parte, perfazendo 72% dos conteúdos emitidos. Estas notícias surgem essencialmente como segunda ou terceira no alinhamento e em determinadas situações, como no dia 12 de outubro, as primeiras quatro notícias são sobre o caso. Em outras situações, eram apresentados conteúdos na primeira parte do *Primeiro Jornal*, voltando depois novamente ao caso, por norma com um direto para fazer o ponto da situação, na segunda parte. As notícias da segunda parte do jornal representam um valor mais baixo, de apenas 14%, e 5% são notícias de abertura depois do intervalo (ver abaixo gráfico 1).

Gráfico 1 - Proeminência dos conteúdos sobre o *Caso Pedro Dias* no Primeiro Jornal

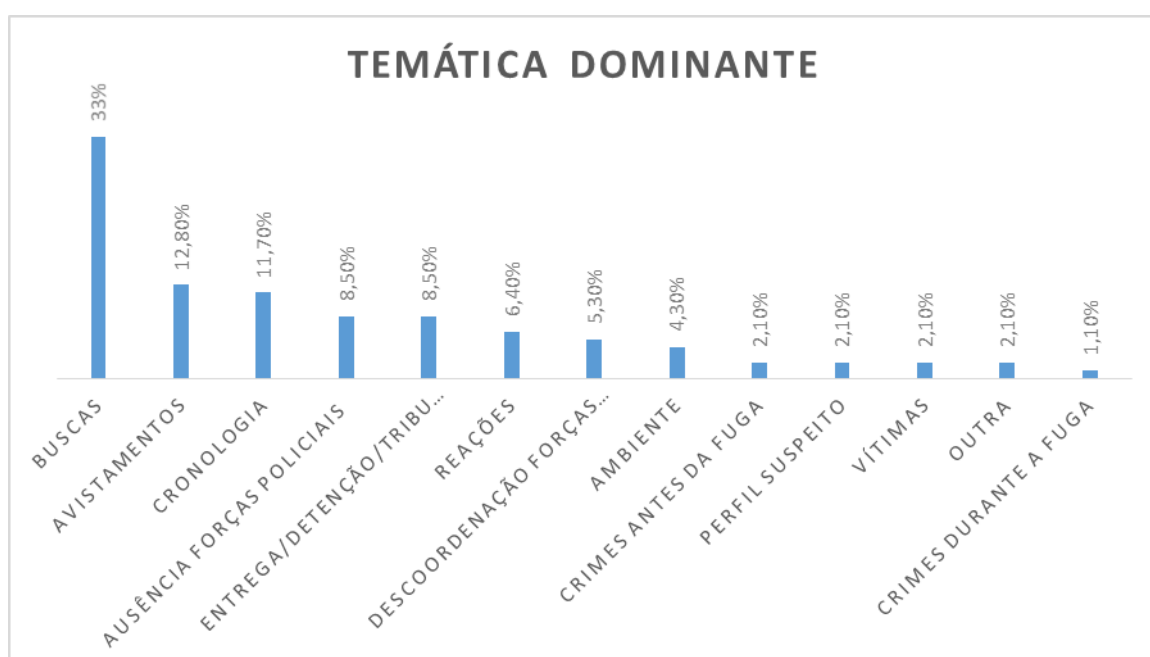


O assunto que dominou, no *Primeiro Jornal*, as notícias sobre o caso foi as “buscas”, o que corresponde a 33% do total. Tendo em conta que Pedro Dias esteve desaparecido durante 28 dias, parece justificável que assim seja, visto que, à exceção que alguns avistamentos que foram ocorrendo (13%) e de uma necessidade que ia existindo de contextualizar as pessoas sobre o que havia acontecido nos dias

anteriores (12%), a grande maioria das peças, diretos e outros conteúdos visavam dar a conhecer as operações de busca para encontrar o principal suspeito dos crimes.

A ausência de forças policiais, muitas vezes referida em diretos onde o repórter demonstrava as aldeias desertas, sem a presença de patrulhas da GNR, foi apresentada em 9% dos casos, valor também registado com as notícias sobre a entrega, detenção e audições no tribunal. Os crimes cometidos antes da fuga, a apresentação do perfil do suspeito e as vítimas (2% cada) e ainda os crimes cometidos enquanto esteve desaparecido (1%), foram as temáticas menos mencionadas pelos jornalistas (ver abaixo gráfico 2).

Gráfico 2 – Temática dominante dos conteúdos sobre o *Caso Pedro Dias*



Tendo em conta as temáticas acima referidas, é possível ainda dividir a cobertura da SIC ao caso de acordo com as localidades onde os crimes e os avistamentos iam ocorrendo. No entanto, a verdade é que foram muitas as localidades que ao longo dos 28 dias se viram envolvidas neste caso, de tal forma que a categoria “outras” é aquela que regista maiores valores, com 22% das notícias. Dentro desta categoria encontram-se aldeias, vilas e cidades como Mangualde (Viseu), Gache (Vila

Real) ou Guarda. Porém, a vila de Aguiar da Beira (Guarda) foi aquela de onde foram feitos mais diretos e que serviu de base a mais peças, representado 21% do total (ver tabela 11, anexo V, página 111). Isto aconteceu porque foi aqui que ocorreram os crimes que motivaram a fuga do suspeito.

Sendo a zona por onde as operações policiais iam ocorrendo bastante vasta, envolvendo os distritos da Guarda, Vila Real, Viseu e Aveiro, a cobertura ao caso foi feita de acordo com a área de cada correspondente. Segundo explica Frederico Correia, “se o Pedro Dias se espalhasse por várias zonas, cada zona dizia respeito a um correspondente”¹⁶, havendo depois uma coordenação entre todos para se definir quem falaria sobre os vários tópicos, nomeadamente a fuga, o medo da população, a estratégia das autoridades ou as últimas provas recolhidas.

Figura 1 – Infografia que apresenta os locais por onde Pedro Dias terá passado



4.2. FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA O INTERESSE DA SIC

Já que foi possível apurar o interesse da SIC neste caso, torna-se relevante perceber o porquê, que **fatores contribuíram para esse interesse**. Segundo André Antunes, o motivo que justifica que, numa primeira fase, haja interesse neste caso tem

¹⁶ Entrevista Frederico Correia – anexo VII, página 116.

a ver com o facto de não se perceber exatamente o que aconteceu. “Quando há um certo mistério em torno de uma história, quando não se percebe imediatamente o que aconteceu, isto prende as pessoas. Mas, em primeiro lugar, prende-nos a nós porque também somos pessoas e queremos perceber o que aconteceu”, explica o coordenador do *Primeiro Jornal*. Refere também, tal como Isabel Horta, que se trata de um “crime violentíssimo”¹⁷ e que foi de “uma frieza e brutalidade”¹⁸ fora do comum em Portugal. Frederico Correia classifica este como um caso atípico, onde ocorre “uma espécie de cascata de acontecimentos”¹⁹, referindo que é por esse motivo que este caso se revelou tão interessante para os *media*.

Estes temas, fora do comum, são segundo André Antunes “apaixonantes para as pessoas”. Na verdade, foi possível perceber isso através dos vários testemunhos de populares, pessoas da região de Pedro Dias ou daquelas zonas onde se suspeitava que ele pudesse estar, que foram sendo apresentadas nas peças e reportagens emitidas. Havia aqueles que não acreditavam que ele era culpado e os que não tinham dúvidas de que tinha sido ele. Aqueles que diziam haver um exagero da parte das autoridades e os que afirmavam ter medo que ele aparecesse e lhes fizesse mal. As opiniões dividiam-se mas todos tinham alguma coisa a dizer sobre o assunto. Pode dizer-se que, de algum modo, isto reflete aquilo que se passava em todo o país. Todos tinham uma opinião, nem que fosse sobre a atuação das autoridades ou o espanto que era ele não ser apanhado.

É talvez por isso que as reações, quer dos populares como de outras figuras, como psicólogos, foram valorizadas pela SIC, surgindo em 6% dos casos, tal como o reflexo do ambiente que se vivia nestas zonas e onde muitas vezes surgiam imagens de pessoas nas ruas a conversar, dando a entender que o tema era Pedro Dias, e que está presente em 4% das peças (ver gráfico 2, página 44).

¹⁷ Entrevista Isabel Horta – anexo IX, página 122;

¹⁸ Entrevista André Antunes – anexo X, página 124;

¹⁹ Entrevista Frederico Correia – anexo VII, página 116.

Figura 2 - Exemplo de uma das imagens onde surgem populares



4.3. COMO FOI REALIZADA A COBERTURA AO CASO

Uma vez que foi possível perceber o interesse da SIC neste caso, revela-se agora importante entender de que **forma o Caso Pedro Dias foi abordado**. Para tal, é relevante, em primeiro lugar, compreender quem foram os jornalistas que trataram esta estória. No total, 27 jornalistas realizaram conteúdos sobre este caso, sendo que 12 deles são correspondentes e os restantes jornalistas e *pivots* da redação em Lisboa. Em relação ao total de conteúdos produzidos, 54% são da autoria de correspondentes, 31% de jornalistas da redação em Lisboa e 7% foram da responsabilidade do enviado especial. Como é possível ver na tabela 5 (página 46), o género jornalístico inevitavelmente varia consoante a categoria do jornalista, pois no que diz respeito aos diretos, por exemplo, 88% foram feitos por correspondentes e os restantes 13% foram feitos por Bento Rodrigues, enviado especial, que durante os dois dias apenas fez diretos (71%) e entrevistas (29%), tendo sido o total de entrevistas efetuadas da sua responsabilidade. As reportagens também foram maioritariamente feitas por correspondentes (75%) e as peças foram os únicos conteúdos produzidos em maioria pelos jornalistas da redação em Lisboa (72%), consistindo essencialmente em cronologias e desenvolvimentos dos últimos dias, o que é possível fazer não estando no local e com o material recolhido pelos correspondentes.

Tabela 5 – Género jornalístico em função do jornalista

Jornalista	Género Jornalístico						Total
	OFF	Direto	Peça	Reportagem	Entrevista	Promo	
Correspondente							
Número de Conteúdos	2	35	11	3	0	0	51
% em Jornalista	3,9%	68,6%	21,6%	5,9%	0,0%	0,0%	100,0%
% Género Jornalístico	50,0%	87,5%	28,2%	75,0%	0,0%	0,0%	54,3%
Jornalista redação Lisboa							
Número de Conteúdos	0	0	28	1	0	0	29
% em Jornalista	0,0%	0,0%	96,6%	3,4%	0,0%	0,0%	100,0%
% Género Jornalístico	0,0%	0,0%	71,8%	25,0%	0,0%	0,0%	30,9%
Enviado Especial							
Número de Conteúdos	0	5	0	0	2	0	7
% em Jornalista	0,0%	71,4%	0,0%	0,0%	28,6%	0,0%	100,0%
% Género Jornalístico	0,0%	12,5%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	7,4%
Pivot							
Número de Conteúdos	2	0	0	0	0	0	2
% em Jornalista	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
% Género Jornalístico	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,1%
Sem Assinatura							
Número de Conteúdos	0	0	0	0	0	5	5
% em Jornalista	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
% Género Jornalístico	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	5,3%
Total							
Número de Conteúdos	4	40	39	4	2	5	94
% em Jornalista	4,3%	42,6%	41,5%	4,3%	2,1%	5,3%	100,0%
% Género Jornalístico	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em televisão, tanto a componente da imagem como do texto são importantes. Neste caso em específico, no que respeita à imagem, foram vários os cenários a que se recorreu para apresentar esta estória, o que é possível consultar na tabela 12, anexo V, página 112. Em 29% das situações, apenas surge no ecrã o jornalista no local, o que acontece porque o género jornalístico mais comum é o direto e em alguns dos casos não são apresentadas outras imagens para além do jornalista. Encontra-se sempre num ponto estratégico, seja ele em frente às autoridades, em muitos casos armadas,

para mostrar que estão “em alerta”, ou o oposto, em aldeias desertas, para demonstrar a ausência de forças policiais.

Figura 3 – Direto Mangualde



Figura 4 - Direto Aguiar da Beira

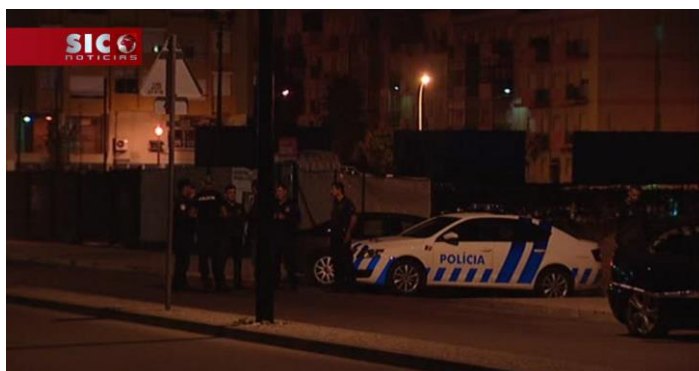


Um dos cenários mais comuns aquando da apresentação deste caso é precisamente as imagens das aldeias e da população (19%). Pessoas a conversar sobre o suspeito ou a recolher-se nas suas casas surgem com frequência, tal como as forças de segurança (14%). O surgimento destes cenários está diretamente relacionado com a noção de medo imposta nas populações através deste caso. De acordo com a análise efetuada, foi possível compreender que em 46% dos casos as imagens expostas intensificam o medo das populações, 39% enfraquece e 15% contraria, sendo que as notícias onde esse medo é intensificado são precisamente aquelas que apresentam as forças de segurança (26% das notícias onde o medo é intensificado têm como cenário as forças de segurança), tal como os locais do crime e das aldeias e da população (ambas representando 19% das notícias que intensificam o medo). Já as imagens que mais enfraquecem esse sentimento são aquelas que apresentam apenas o jornalista no local (60%) pois, quando surge apenas a imagem do repórter, acaba por não sugerir um perigo iminente. A entrega e depois a sua chegada ao tribunal são as imagens que mais contrariam o sentimento de medo (50%), uma vez que está preso, o perigo já não existe (consultar tabela 12, anexo V, página 112).

Figura 5 – Forças de segurança durante o dia



Figura 6 - Forças de segurança durante a noite



Apesar de se verificar uma tendência para intensificar o medo, a verdade é que cenários considerados de algum modo mais chocantes, como corpos a serem retirados do mato depois dos crimes, surgem apenas em 3% dos casos, tal como imagens do funeral das vítimas, que são apresentadas apenas em 2% das notícias.

Em relação ao texto, são vários os pontos importantes a referir em relação a este caso. Em primeiro lugar, e tendo ainda em conta a questão do medo, muitas expressões escolhidas pelos jornalistas acabam por, de algum modo, refletir um sentimento de insegurança. É o caso de “horas de muito receio”, “cenário perigoso”, “não se via viva alma na estrada”, “homem que mata a sangue frio, violentamente” ou das palavras “terror” e “medo”, utilizadas com frequência (ver anexo IV, página 105).

De acordo com Frederico Correia, o jornalista não tem que se deixar condicionar pela questão do medo: “O jornalista não tem que ter meias palavras, tem de dizer aquilo que é factual (...) não podemos simplesmente não dar informação ou dá-la com barreiras, porque se o fazemos estamos a cometer um outro delito que é não avisar as pessoas que determinada situação está a ocorrer”²⁰. Bento Rodrigues concorda, dizendo que o papel do jornalista é informar, “seja qual for o caso”²¹.

Mas André Antunes, apesar de concordar que é necessário apresentar as circunstâncias, refere também que o jornalista deve ter a preocupação de assumir um papel pedagógico e tranquilizador. Neste caso em específico, o coordenador *do*

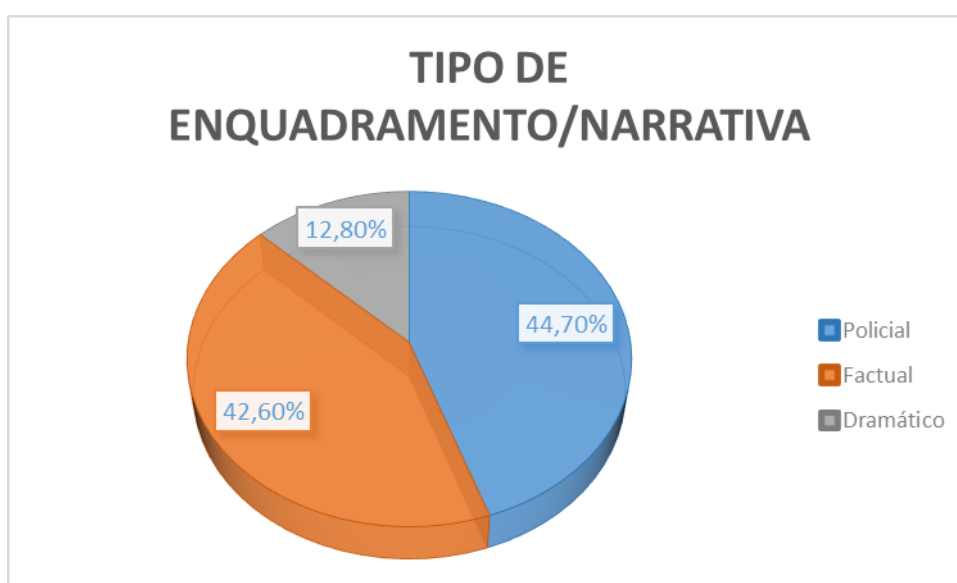
²⁰ Entrevista Frederico Correia – anexo VII, página 116;

²¹ Entrevista Bento Rodrigues – anexo VIII, página 120.

Primeiro Jornal acredita que foi possível um equilíbrio destes dois pontos, referindo-se, por exemplo, que o suspeito estava por determinada zona, mas dizendo também que estavam a ser feitas patrulhas para apanhá-lo e proteger as pessoas, tentando não contribuir, segundo diz, para o alarme social. Isabel Horta também refere que não é apologista de assustar as populações, mas diz que neste caso isso aconteceu, sendo que a responsabilidade não foi dos jornalistas mas das autoridades.

A narrativa utilizada pelos jornalistas varia de acordo com os conteúdos produzidos. Apesar das várias categorias existentes, aqui apenas se divide em “policial”, que representa 45% das notícias, “factual”, presente em 43%, e “dramática”, em 13% dos casos (ver abaixo gráfico 3). Estes resultados não podem ser encarados como surpreendentes, uma vez que, sendo este um caso criminal, é natural que a narrativa seja maioritariamente policial mas, sendo a SIC considerada um OCS de referência, regendo-se pela isenção e rigor dos relatos, é compreensível que parte substancial dos conteúdos seja descrita de forma factual. Contudo, por se tratar de um caso caricato e trágico, seria também de esperar algum dramatismo, em particular quando se fala das vítimas ou quando se apresenta o relato dos populares, alguns deles que dizem ter medo.

Gráfico 3 – Tipo de enquadramento/narrativa dos conteúdos sobre o *Caso Pedro Dias*



Em relação ao tom do discurso presente nos conteúdos produzidos, em 40% dos casos é neutro, não sendo atribuída qualquer conotação às palavras utilizadas, o que por norma é o esperado de um órgão de comunicação. No entanto, em 39% das notícias, o tom é essencialmente negativo, o que acontece tanto quando se fala da atuação das forças de segurança e dos resultados obtidos como do próprio crime. Os conteúdos com um tom positivo representam apenas 20% do total e dizem respeito às notícias onde se destaca de forma positiva a atuação das forças de segurança, ou até quando Pedro Dias é apresentado não tanto como um criminoso, mas como alguém que teve motivos para cometer aqueles crimes. É por isso que a temática “buscas” é a mais equilibrada neste sentido: 36% são notícias negativas, 32% são positivas, mesmo valor atribuído às notícias neutras (ver abaixo tabela 6). Portanto, pode-se dizer que a SIC mostrou tanto o lado positivo como negativo da atuação das forças de segurança durante as buscas.

Tabela 6 – Temática dominante em função do tom

Tom	Temática dominante													Total
	Crimes antes da fuga	Crimes depois da fuga	Buscas	Avistamentos	Perfil suspeito	Vítimas	Reações	Ambiente	Cronologia	Desordenação	Ausência polícia	Entrega/Tribunal	Outra	
Positivo														
Conteúdos	0	0	10	3	0	0	3	1	1	0	0	1	0	19
% em Tom	0,0%	0,0%	52,6%	15,8%	0,0%	0,0%	15,8%	5,3%	5,3%	0,0%	0,0%	5,3%	0,0%	100,0%
% Temática	0,0%	0,0%	32,3%	25,0%	0,0%	0,0%	50,0%	25,0%	9,1%	0,0%	0,0%	12,5%	0,0%	20,2%
Negativo														
Conteúdos	0	0	11	3	1	2	2	1	5	4	4	2	2	37
% em Tom	0,0%	0,0%	29,7%	8,1%	2,7%	5,4%	5,4%	2,7%	13,5%	10,8%	10,8%	5,4%	5,4%	100,0%
% Temática	0,0%	0,0%	35,5%	25,0%	50,0%	100%	33,3%	25,0%	45,5%	80,0%	50,0%	25,0%	100%	39,4%
Neutro														
Conteúdos	2	1	10	6	1	0	1	2	5	1	4	5	0	38
% em Tom	5,3%	2,6%	26,3%	15,8%	2,6%	0,0%	2,6%	5,3%	13,2%	2,6%	10,5%	13,2%	0,0%	100,0%
% Temática	100%	100%	32,3%	50,0%	50,0%	0,0%	16,7%	50,0%	45,5%	20,0%	50,0%	62,5%	0,0%	40,4%
Total														
Conteúdos	2	1	31	12	2	2	6	4	11	5	8	8	2	94
% em Tom	2,1%	1,1%	33,0%	12,8%	2,1%	2,1%	6,4%	4,3%	11,7%	5,3%	8,5%	8,5%	2,1%	100%
% Temática	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

É neste contexto que se revela pertinente analisar os adjetivos presentes no discurso e que são utilizados para falar de Pedro Dias quando o seu nome não é referido. O mais comum foi “suspeito”, presente em quase todos os conteúdos, tal como “fugitivo”, que contudo surge com menos frequência. “Presumível homicida” é a muleta a que parte dos jornalistas recorre para não se comprometer, visto que apesar de todas as suspeitas apontarem para Pedro Dias, ele ainda não tinha sido acusado dos crimes. No entanto, há jornalistas que optam diretamente por falar nele como “o criminoso” ou “o homicida”. Há ainda quem se refira a ele como “o homem mais procurado do país”, o tipo de adjetivo que chama a atenção do público. Ainda nesse sentido, uma expressão muito utilizada para se referir a este caso é “caça ao homem” (ver anexo IV, página 105).

O tipo de argumentação mais recorrente nos conteúdos sobre o *Caso Pedro Dias* foi a “judicial”, presente em 62% das notícias (ver tabela 7, página 54). Mais uma vez, por se tratar de um caso de crime, parece lógico que grande parte da argumentação presente no discurso diga respeito a questões judiciais, em particular porque antes de ter praticado estes crimes, o suspeito já tinha sido acusado de outros, como violência doméstica, pormenor que é recorrentemente apresentado. Para além deste, é possível encontrar ainda o argumento “social”, visto que muitos dos conteúdos refletem as reações da população, alguns deles conhecidos e amigos do suspeito, que falam sobre quem era aquela pessoa, como era vista e as suas preocupações, daí que este argumento seja utilizado em 33% dos casos. Menos significativo, mas ainda assim presente, é a argumentação política, que surge em 5% dos conteúdos, e que diz respeito a declarações da ministra da Administração Interna, da ministra da Justiça e outras reações políticas sobre a ação das forças de segurança neste caso.

Tabela 7 – Tipo de argumentação presente nos conteúdos sobre o *Caso Pedro Dias*

Tipo de argumentação	Unidades de análise	Porcentagem
Política	5	5,3%
Judicial	58	61,7%
Social	31	33,0%
Total	94	100%

Em todos os conteúdos sobre o caso, existem sempre atores envolvidos, ou seja, pessoas que direta ou indiretamente participam na peça, e que, independentemente de serem citadas, são sempre mencionadas para contar a estória. O ator principal é Pedro Dias, mencionado em 69 das peças, sendo que as forças de segurança e os populares também são atores de relevo, surgindo em 50 e 34 peças, respectivamente (ver gráfico 4, página 55). Em relação às citações propriamente ditas, na maioria das notícias elas não existem, fazendo-se apenas referência aos envolvidos sem que se cite ou fale com nenhum deles. Os populares são, contudo, citados e entrevistados com alguma frequência (em 23 das unidades de análise), referindo-se, por exemplo, “as pessoas dizem estar muito assustadas” (consultar anexo IV, página 105) ou então perguntando diretamente às pessoas o que pensam sobre o suspeito e se têm medo dele. As forças policiais foram consultadas em 9 das notícias (ver gráfico 5, página 55), algumas vezes através de entrevista direta, mas majoritariamente através da divulgação de comunicados de imprensa.

Gráfico 4 – Atores identificados nos conteúdos sobre o *Caso Pedro Dias*

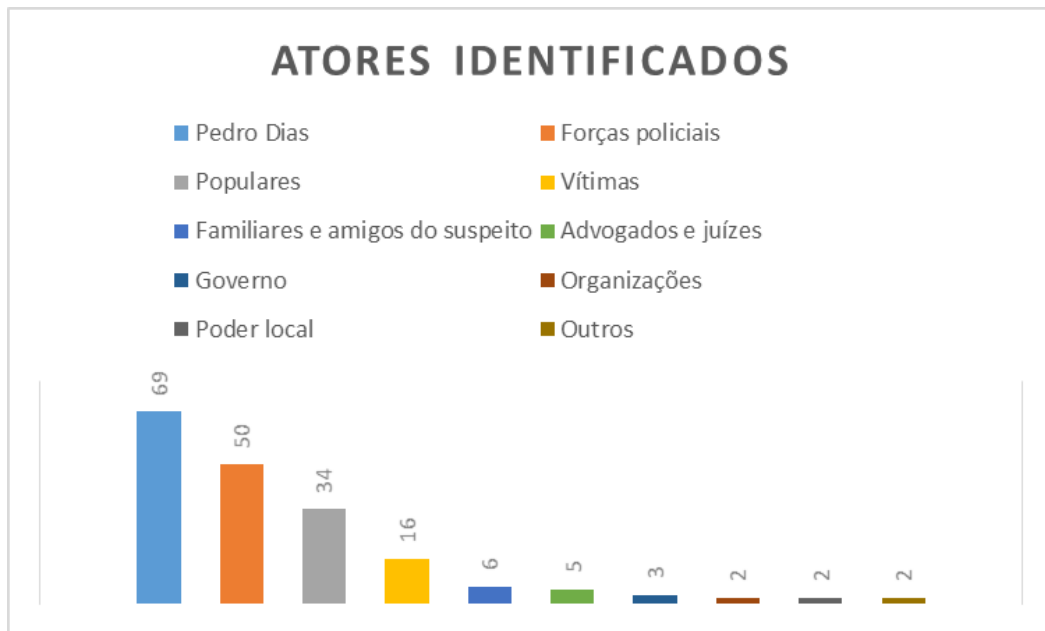


Gráfico 5 – Citações presentes nos conteúdos sobre o *Caso Pedro Dias*



4.4. OPINIÃO JORNALISTAS: COBERTURA DA SIC

Tendo estado diretamente envolvidos na cobertura deste caso, revelou-se particularmente importante **perceber qual a opinião dos jornalistas em relação à forma como este caso foi tratado**. Nesse sentido, a utilização do direto como meio privilegiado para a apresentação deste caso divide os jornalistas. Isabel Horta é da opinião que o número de diretos foi excessivo, referindo que é contra os diretos em demasia pois acredita que não acrescentam nada. Bento Rodrigues diz que se justificou a utilização do direto, embora admita algumas exceções. No entanto, o correspondente Frederico Correia compreende todos os diretos que foram feitos e diz inclusive que se tivessem sido feitos mais também se justificava, isto porque “se o jornalista está na rua há que explicar o que está a ver naquele momento”²².

No entanto, independentemente da opinião dos jornalistas, a decisão coube ao coordenador do *Primeiro Jornal*, que justifica a utilização recorrente do direto pelo facto de existirem várias estórias associadas ao caso. “Estamos a falar de uma fuga no tempo muito prolongada, há um alarme social, há perigo, com um rasto de violência brutal e onde haverá um tipo que é um assassino a sangue frio, que não quer saber se as pessoas são inocentes ou culpadas (...) depois temos a estória das vítimas, que é uma história particularmente trágica. Estamos a falar de um casal que vinha de uma consulta de fertilidade. Por outro lado, a própria estória do Pedro Dias, a família dele, a relação conturbada que teve com os vizinhos, as autoridades, o que deu origem a uma série de outras pequenas estórias”²³, o que, segundo André Antunes, permitiu ir “alimentando” este caso.

O recurso à infografia foi relativamente reduzido, sendo que 90% das unidades de análise não contém mapas ou fotografias (ver tabela 8, página 57). No entanto, uma das questões éticas e deontológicas levantadas neste caso diz respeito à divulgação das fotografias das vítimas. Representa um valor baixo, apenas 1% das notícias apresenta estas fotografias, no entanto não deixa de ser importante analisar esta situação. Bento Rodrigues considera que “não é essencial revelar nomes e sobretudo

²² Entrevista Frederico Correia – anexo VII, página 116;

²³ Entrevista André Antunes – anexo X, página 124.

fotos”²⁴, mas Isabel Horta acredita que, neste caso, não existe nenhum problema na divulgação porque as pessoas estão mortas e por isso não correm perigo, referindo que esta é até “uma forma de homenageá-las”²⁵.

Para além das fotografias das vítimas, a apresentação de fotografias do suspeito (6%) e mapas com a informação referente ao possível percurso de Pedro Dias durante a fuga (2%) também surge nos conteúdos emitidos sobre o caso.

Tabela 8 – Infografias presentes nos conteúdos sobre o *Caso Pedro Dias*

Infografia	Unidades de análise	Percentagem
Fotografias do suspeito	6	6,4%
Fotografias das vítimas	1	1,1%
Mapas	2	2,1%
Não contém infografias	85	90,4%
Total	94	100%

Outras das questões mais controversas em relação à ação dos jornalistas e dos órgãos de comunicação neste caso diz respeito à divulgação das operações policiais. Poderá questionar-se até que ponto as informações apresentadas sobre onde as autoridades se encontravam terá ou não ajudado na fuga do suspeito. Frederico Correia diz: “Nunca andámos à frente do suspeito, andámos sempre atrás, logo não poderíamos condicionar de alguma forma o trabalho das autoridades (...) começámos o *Caso Pedro Dias* sempre um passo atrás das autoridades e do Pedro Dias”²⁶. Isabel Horta acrescenta que foram sempre as autoridades que forneceram a informação divulgada, referindo que a GNR dizia onde ia estar e o que o jornalista fazia era tornar essa informação pública.

²⁴ Entrevista Bento Rodrigues – anexo VIII, página 120;

²⁵ Entrevista Isabel Horta – anexo IX, página 122;

²⁶ Entrevista Frederico Correia – anexo VII, página 116.

Isabel Horta é muito crítica em relação ao papel das autoridades neste caso. Diz que foi a GNR quem divulgou que havia um homem suspeito dos crimes à solta e, posteriormente, revelou a sua identidade. “Antes mesmo de o indivíduo saber que estava a ser procurado, ficou a saber pela comunicação social porque a GNR o divulgou”, refere. Questiona ainda “como é que as autoridades fazem uma coisa destas? Em vez de estarem preocupadas em fazer as suas diligências e deter um suspeito, põem logo cá fora, quem sabe a assustar as populações, a identidade e a imagem de um indivíduo”²⁷. Frederico Correia acrescenta que “deveria ter sido feito, *a posteriori*, um inquérito rigoroso e independente para se perceber como foi possível chegar a este ponto em que a comunicação social quase apanhou Pedro Dias antes das autoridades”²⁸.

De forma geral, os jornalistas que estiverem envolvidos neste caso concordam que o resultado final do trabalho realizado foi o melhor que poderiam ter conseguido. Para Frederico Correia, a comunicação social cumpriu o seu trabalho da melhor forma. O mesmo acredita André Antunes, dizendo que a SIC, tendo em conta as informações que tinha disponíveis, conseguiu ter um papel pedagógico.

4.5. AUDIÊNCIAS, CONCORRÊNCIA E INFLUÊNCIAS

Sendo a SIC um órgão de comunicação de referência, seria expectável que a sua abordagem fosse o mais rigorosa possível, valorizando o conteúdo em detrimento da forma. No entanto, a SIC, como qualquer outra estação de televisão, depende fortemente das audiências. Se o público não assistir, não vai haver quem queira investir em publicidade na estação e se isso acontecer não será possível sobreviver. Nesse sentido, **será que a SIC se deixa influenciar** pelo trabalho, em alguns casos sensacionalista, que é feito noutras estações e que obtém bons resultados em termos de audiência?

De acordo com André Antunes, “influencia sempre”. Há que estar atento aos concorrentes, em particular quando eles dão uma notícia primeiro, mas é importante

²⁷ Entrevista Isabel Horta – anexo IX, página 122;

²⁸ Entrevista Frederico Correia – anexo VII, página 116.

não deixar que isso condicione o trabalho que é feito. No entanto admite que a pressão existe e que é preciso não deixar transparecê-la dentro da redação, aos repórteres. Pegando em específico no caso da CMTV, estação de televisão por cabo com uma linha editorial considerada mais sensacionalista, Frederico Correia diz que o órgão de comunicação não veio trazer nada de novo em relação àquilo que já era feito. Em relação a este caso, acredita que a SIC fez a cobertura seguindo a sua linha editorial, independentemente daquilo que foi feito noutros OCS. No entanto, para Bento Rodrigues não é a popularização ou dramatização dos conteúdos que acaba por atrair público, referindo que neste caso “existe inevitavelmente uma busca pelo rigor e credibilidade, o que costuma atrair audiências”.

Os resultados obtidos pela SIC durante o mês em análise foram considerados pelos jornalistas e pelo próprio coordenador do *Primeiro Jornal* como positivos. No entanto, a SIC venceu neste horário apenas em 14 dos dias, tendo o *Jornal da Uma*, da TVI, vencido nos restantes 17 dias²⁹. É um resultado que se pode considerar equilibrado, apesar da tendência negativa para a SIC, portanto a forma de tratamento e apresentação deste caso acabou por dividir o público, que em certos dias optava pela TVI e noutros pela SIC. Na verdade, nos dias 19 e 20 de outubro, que foram dedicados quase na íntegra ao *Caso Pedro Dias*, a SIC perdeu para a TVI, o que nos pode levar a concluir que a cobertura do caso pela SIC não suscitou tanto interesse como o esperado pelo público.

Apesar de a SIC ter sido, segundo André Antunes, a “primeira a chegar” quando os crimes ocorreram, a verdade é que o grande momento, aquele que fica na memória de todas as pessoas, acontece em direto para outra estação de televisão, a RTP. Pedro Dias entrega-se, na presença da jornalista Sandra Felgueiras, e diz estar inocente. Segundo revelou mais tarde na emissão da RTP, a jornalista terá sido contactada pela advogada do suspeito com vista a acompanhar a sua entrega.

Esta situação levanta algumas questões relacionadas com a forma como a emissão foi conduzida e leva-nos a pensar sobre a responsabilidade que aquela jornalista tinha nas suas mãos ao saber do paradeiro de um alegado homicida e não o revelar às autoridades. No entanto, os jornalistas da SIC entrevistados compreendem a

²⁹ Fonte: GfK/CAEM.

forma como tudo foi encaminhado. André Antunes diz não ter ficado “nada chocado” com o que aconteceu e admite que, se tivesse sido um jornalista da SIC a ser contactado pela advogada, o órgão de comunicação iria imediatamente para o local. Frederico Correia diz que também o faria, embora admita que conduziria as coisas de maneira diferente, à sua maneira, tal como Bento Rodrigues, que apenas diz que não transmitiria a detenção em direto.

Isabel Horta reforça a ideia de que, acima de tudo, esta foi uma decisão inteligente da parte de Pedro Dias. “Ele entrega-se porque está encurralado e sabe que aquela é a forma mais segura de o fazer. Trata-se de um homem que corria o risco de levar um tiro se aparecesse junto da polícia”. Esta situação vem demonstrar o poder que hoje a comunicação social tem, não só de transmissão e alcance, mas também no sentido de se conseguir constituir como um meio capaz de chegar a um criminoso antes mesmo das autoridades.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em resposta ao objetivo “**compreender qual a atenção mediática que a SIC dedicou a este caso**” é possível concluir que este foi um caso muito valorizado pela estação, tendo recorrido maioritariamente ao direto para a sua cobertura, um género que, à semelhança da reportagem, contribui, segundo Canavilhas (2001, p. 59), para a “espetacularização da notícia” porque coloca o repórter como testemunha ocular dos acontecimentos e leva à “maximização da emoção”. De facto, o correspondente Frederico Correia refere que a utilização do direto foi sempre justificável porque, se o jornalista estava no local, deveria contar aquilo que estava a ver, tornando-se assim uma testemunha do sucedido.

Neste aspeto, o caso revelou contornos semelhantes ao que aconteceu no *Caso Maddie*. Ocorreu alguma exploração deste caso, com diretos em que o jornalista acabava por não acrescentar informação nova, tendo sido inclusive feita uma emissão especial durante dois dias, em direto do local. Quando Miguel Sousa Tavares fala disto, referindo-se ao caso da menina desaparecida, e diz que se opta por colocar a cara do jornalista no ecrã porque não há mais nada para mostrar (Castro, 2007, p. 91-92), faz-nos de alguma maneira lembrar aquilo que aconteceu aqui, sendo que o facto de 30% dos cenários escolhidos apresentarem apenas o jornalista durante os diretos acaba por corroborar esta teoria.

Em relação aos **fatores que contribuíram para o interesse da SIC nesta história**, os jornalistas apontam o mistério relativo ao que se tinha passado e o facto de ter sido “uma exceção do início ao fim”³⁰. São temas que, segundo os jornalistas, atraem o público e por isso os órgãos de comunicação vão atrás deles. André Antunes diz mesmo que esta é uma estória “super humana” e que “apaixonou as pessoas”. Isto leva-nos a refletir sobre as noções de interesse público e interesse do público que Jewkes (2011, p.42) apresenta na sua obra. Há aqui uma ligação entre estes dois conceitos pois, segundo os jornalistas, transmitiu-se a informação, até porque o objetivo do jornalista é sempre informar, mas também se teve em atenção aquilo que o público queria ver.

³⁰ Entrevista Frederico Correia – anexo VII, página 116.

Os valores-notícia associados a este caso são a periodicidade ou frequência, de que Surette (1998, p. 61) também fala, isto porque foi um caso que se prolongou no tempo e que foi sempre tendo novos desenvolvimentos, e a consonância, também apresentada pelo autor, uma vez que, segundo André Antunes, foi precisamente a capacidade de gerar novas histórias a partir da história original que levou a uma cobertura tão exaustiva sobre o caso. O coordenador do *Primeiro Jornal* diz também que o *Caso Pedro Dias* “fez lembrar as séries de televisão”³¹, onde todos os dias havia novos episódios, daí que a capacidade de serialização seja outro dos valores-notícia privilegiados. A componente dramática, de que Greer (2017, p.33) fala, é aqui evidente quando se apresenta a história das vítimas e também quando se refere o medo das populações.

Para além disso, temos o facto óbvio de estarmos a falar de um crime, o que, segundo os autores estudados, quase sempre é notícia. Aliás, Bento Rodrigues diz mesmo que este caso foi mediatizado e despertou de imediato o interesse da comunicação social porque isto é notícia.

A **forma como os jornalistas realizaram a cobertura ao caso** baseou-se em diversos fatores. Verificou-se uma tendência, tanto em termos de imagens como do discurso utilizado, para intensificar a ideia de que as populações tinham medo, estavam assustadas. No discurso isso aconteceu, por exemplo, através da utilização de certos adjetivos ou expressões marcantes, o que, segundo Ferreira (2009, p. 20), é recorrente nos casos de crime, contribuindo em particular para estabelecer uma oposição entre criminoso e vítima. Neste caso, essa oposição não é tão evidente até porque as vítimas, apesar de serem referidas, não o são com a frequência com que se fala do suspeito.

Tendo em conta a cobertura que foi feita a este caso, pode dizer-se que aqui ocorreu o fenómeno que Greer & McLaughlin (2012, p. 157) denominam de “juízo mediático”. Partindo de tudo aquilo que ia sendo apresentado pelos órgãos de comunicação e a forma como, por vezes, o suspeito era apresentado como sendo já culpado, utilizando por exemplo palavras como “o homicida” (ver anexo IV, página 105), mesmo que ainda não tivesse sido julgado em tribunal, levou a que as

³¹ Entrevista André Antunes – anexo X, página 124.

pessoas o apontassem como o autor dos crimes. Isto pode, de algum modo, influenciar a questão da presunção da inocência, a que Machado & Santos (2010a, p. 9) se referem, uma vez que o suspeito passa a ser visto como culpado, sem ter acesso a um julgamento considerado justo

No entanto, Pedro Dias acabou também por atingir o tal “estatuto de estrela” que Barros (2002, p. 24) refere, pois devido à mediatização do caso, toda a gente sabia quem ele era e nas ruas comentava-se a capacidade de se esconder durante tanto tempo.

A grande maioria dos autores estudados fala do dramatismo inerente às notícias de crime. De facto, neste caso, ele existiu, mas não se pode dizer que tenha dominado a cobertura desta estória, surgindo essencialmente em conteúdos onde as vítimas e os populares eram as principais figuras. É possivelmente a situações como estas que Dias (2015, p. 54) se refere quando diz que até os órgãos de comunicação de referência têm, por vezes, momentos sensacionalistas, que surgem através do estímulo sentimental que está presente nos seus trabalhos.

Já autores como Galtung & Ruge (1999, p. 69-70) falam da incidência de notícias negativas nos telejornais, a que se recorre para chamar a atenção do público. Neste caso, à semelhança do estudo de Barros (2010, p. 42), verificou-se que as notícias negativas assumem um volume elevado, no entanto as notícias essencialmente factuais acabaram por dominar os conteúdos sobre este crime.

No que diz respeito às fontes, esta cobertura acabou por ter algumas limitações. Em primeiro lugar, a grande maioria das peças não contém qualquer citação e ninguém fala, o que acaba de algum modo por empobrecer o trabalho. Quando isso acontece, por norma trata-se do testemunho de pessoas residentes naquelas zonas ou que são familiares do suspeito e nem tanto das autoridades envolvidas na investigação, embora Traquina (2002, p. 123) refira que são as fontes oficiais que legitimam a informação. No entanto, o recurso ao testemunho de populares parece ser recorrente quando se trata da cobertura da criminalidade, sendo que “assumem uma função testemunhal de autenticar o acontecimento ou gerar sensação” (Amaral, 2005, p. 110), servindo como “testemunha mediada” (Peelo, 2005, p. 23).

A **opinião dos jornalistas sobre a forma como a SIC cobriu o Caso Pedro Dias** varia, no entanto existe uma ideia que todos partilham: foi feito o melhor possível na altura. Bento Rodrigues diz contundo que “este caso sublinha a importância da bagagem, da estrutura ética e do bom senso”, elementos essenciais para a cobertura do crime. Em relação, por exemplo, à exposição de fotografias das vítimas Isabel Horta diz que essa é uma forma de as homenagear, ideia que Greer (2017, p. 37) também defende, embora refira que, por norma, o objetivo dos *media* seja personificar a dor e a perda. Embora Isabel Horta acredite que neste caso não exista nenhum problema na divulgação das imagens, a verdade é que tem uma posição muito diferente no que se refere às fotografias de menores, referindo que nesse caso nunca se devem divulgar as imagens, seja em que circunstância for. Embora estas questões estejam presentes, de alguma forma, no Código Deontológico do Jornalista (consultar anexo I, página 75), Isabel Horta admite que estes dilemas éticos e deontológicos geram por vezes discussões acasas dentro das redações pois as pessoas têm opiniões muito diferentes.

Por último, pretendia-se também **perceber se a necessidade de atrair audiências influencia a forma como a SIC tratou este caso** e, nesse sentido, pode-se dizer que sim, embora não de uma forma significativa. Como André Antunes refere, os outros órgãos de comunicação, independentemente da sua linha editorial, influenciam de algum modo aquilo que é feito, em particular porque existe de facto uma pressão para conseguir níveis mais elevados de audiência. No entanto, apesar de a SIC ter optado por abordar o caso, em algumas circunstâncias, de forma mais dramática e com um tom negativo, realçando os pontos mais chocantes da estória, na grande maioria dos conteúdos emitidos existe uma tendência para serem apresentados de forma neutra e factual, o que se enquadra nos critérios de rigor seguidos pela SIC.

Dias (2015, p. 54) diz que “a própria rivalidade entre os meios gera uma concorrência, desmedida por vezes, que conduz ao sensacionalismo”. Terá sido por isso que, em certas peças, tenha ocorrido uma elevação da emoção em detrimento da razão. Ou então estamos simplesmente a falar de uma estória que é na verdade dramática e emocional e, sendo que os jornalistas refletem a realidade, não foi possível contá-la de outra forma.

CONCLUSÕES

A cobertura mediática da criminalidade é um tema discutido por vários autores pois envolve muitas dimensões. São casos dramáticos, que podem envolver mortes, e que afetam direta ou indiretamente as pessoas. Na verdade, até aquelas que não têm qualquer relação com as vítimas, o criminoso ou o crime acabam por ser afetadas pelas histórias contadas nos *media* porque refletem, ainda que não na totalidade, a sociedade onde estão inseridas e podem representar um perigo, se estivermos, por exemplo, a falar de vários atos criminosos que ocorreram na nossa região. Tudo isto leva a que seja particularmente complexo o trabalho do jornalista nestes casos, porque apesar de ter o dever de informar, está inevitavelmente a lidar com a vida de pessoas.

Foi precisamente a necessidade de compreensão do trabalho que é feito que levou à realização deste estudo, através da execução de entrevistas aos jornalistas que trataram aquele que é, talvez, o caso criminal mais mediático do último ano e da análise de conteúdo aos seus trabalhos. Depois de estudada a investigação já empreendida sobre o tema e de analisados os resultados obtidos, é possível responder à pergunta de partida inicialmente estabelecida - **“como foi realizada a cobertura jornalística do Caso Pedro Dias no Primeiro Jornal da SIC?”** – e aos cinco objetivos definidos.

Em relação à atenção mediática que a SIC dedicou ao *Caso Pedro Dias*, pode dizer-se que esta foi bastante elevada e recorreu essencialmente ao direto. Os fatores que contribuíram para esse interesse prendem-se com as componentes desta história, que para além de envolver crime, é misteriosa e até, de algum modo, inesperada, pelo menos tendo em conta o contexto social. É graças a esses fatores que a SIC, de imediato, se empenhou neste caso e acabou por abordá-lo ao longo do mês em análise, mesmo quando não havia muito mais para dizer. Porém, a opinião dos jornalistas sobre a forma como foi feita esta cobertura é variada. Alguns optariam por reduzir os diretos, outros não apresentariam certos elementos que consideram não ser de relevo. Na verdade, essas diferenças de opiniões são normais e expectáveis, pois apesar de se tratar de uma profissão que se rege por um código deontológico, não segue regras rígidas. Cada caso é um caso.

Sendo que os crimes são alvo recorrente de abordagem sensacionalista, revelou-se pertinente perceber se neste caso o mesmo acontecia e, se assim fosse, seria por culpa da pressão das audiências e influenciado por outros produtos jornalísticos. Na verdade, pareceu não refletir essa ideia. Há claro uma certa emoção e até drama associados a esta estória, mas isso não acontece a um nível que se possa considerar o trabalho feito como sensacionalista. Talvez possa ser tentador olhar para a CMTV, ver o que fazem e pensar que, tendo eles boas audiências com o trabalho que desempenharam, a solução possa passar por fazer o mesmo. Mas neste caso parece não ter acontecido, precisamente porque estamos a falar de um órgão de comunicação que não se identifica com essa linha editorial.

A realização deste trabalho revelou-se enriquecedora a vários níveis. É a primeira vez que é feito um estudo em específico sobre o *Caso Pedro Dias*, tendo sido interessante abordá-lo pela primeira vez mas também perceber que, apesar dos anos que os separam, este é um caso que, em termos de cobertura, é muito semelhante a outros, como o *Caso Maddie*, embora não seja tão prolongado no tempo. Por outro lado, foi particularmente interessante abordar este tema pois tenho um grande interesse pela área de Sociedade, em particular Justiça, mas que não pude desenvolver durante o estágio visto não existir, na altura, vagas disponíveis na equipa. Permitiu-me ter contacto com alguns conhecimentos básicos e perceber a forma como são abordados estes temas, em particular através do contacto com os jornalistas.

No entanto, revela-se também importante referir que houve algumas limitações ao desenvolvimento deste estudo, nomeadamente ao nível da recolha da informação, dada a dificuldade no acesso ao material vídeo do *Primeiro Jornal*, e também na própria realização das entrevistas, pois não houve disponibilidade, em alguns casos, para desenvolver mais as perguntas e aprofundar o tema.

Em suma, é possível dizer que este caso invadiu a redação da SIC e tornou-se alvo de debate e discussão entre os vários jornalistas. Não se trata de um caso linear, com contornos básicos, mas sim de uma estória que nos mostra duas coisas: em primeiro lugar, que vivemos num mundo cada vez mais mediatizado, que revelou contornos da investigação que tornaram possível que um criminoso se mantivesse escondido durante 28 dias; e que, na verdade, não vivemos num país tão seguro como

se quer fazer parecer, onde até o vizinho do lado pode tornar-se o “homem mais procurado de Portugal”.

BIBLIOGRAFIA

- AACS. (1993). *Os portugueses e a violência nos meios de comunicação social*. Lisboa: AACS.
- Allern, S. (2002). Journalistic and commercial news values: News organizations as patrons of an institution and market actors. *Nordcom Review*, 23(1–2), pp. 137–152.
- Amaral, M. (2005). Sensacionalismo, um conceito errante. *Intexto*, 2(13), pp. 103-116.
- Ashkins, C. & Sheley, A. (1981). Crime, Crime News, and Crime Views. *Public Opinion Quarterly*, 45(4), pp. 492- 506.
- Barros, L. (2002). O sensacionalismo na imprensa na cobertura de crimes de natureza psicopatológica e as suas consequências. In *Seminário Internacional - Imprensa Investigativa: sensacionalismo e criminalidade, Brasil, 7 e 8 de novembro de 2002* (pp. 23-29). Brasília: Centro de Estudos Judiciários.
- Beirne, P, & Messerschmidt, J. (2000). *Criminology*. Boulder, USA: Westview Press.
- Brandão, N. (2010). *As Notícias nos Telejornais. Que serviço público para o século XXI?*. Lisboa: Guerra e Paz.
- Brandão, N. & Morais, I. (2012). O espectáculo e o drama televisivo – uma abordagem sobre a informação televisiva portuguesa. *Revista Internacional de Gestão e Comunicação*, 25(3), pp. 254-261.
- Cádima, F. (2010). Jornalismo televisivo e crime violento, ou sobre um decisivo “não-dito”. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, 13(3), pp. 1-14.
- Camponez, J. (2009). *Fundamentos de Deontologia do Jornalismo: A Auto-regulação Frustrada dos Jornalistas Portugueses (1974-2007)*. Dissertação de Doutoramento em Letras, Universidade de Coimbra, Portugal.
- Canavilhas, J. (2001). O domínio da informação-espectáculo na televisão. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, 13(2), pp. 53-66.

- Carvalho, S. & Weigert, M. (2013). Sensacionalismo a sangue frio: A ruptura na narrativa do crime em Truman Capote. *Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global*, 2(2), pp. 260-279.
- Castro, L. (2007). *Por que adoptámos Maddie*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Coleman, R., McCombs, M., Shaw, D. & Weaver, D. (2009). Agenda Setting. In Hanitzsch, T. & Jorgensen, K., *The Handbook of Journalism Studies* (pp- 147-160). Nova Iorque: Handbook Series.
- Cunha, I. (2012). *Análise dos Media*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Dias, C. (2015). *O Sensacionalismo na Imprensa em Portugal: Estudo de Caso dos Jornais Correio da Manhã, Jornal de Notícias e Público*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal.
- Enne, A. (2007). O Sensacionalismo como Processo Cultural. *Revista ECO-Pós*, 10(2), pp. 70-84.
- Espírito Santo, P. (2010). *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Ferreira, A. (2009). *O “caso Maddie” na imprensa nacional: a semana seguinte*. Dissertação de Mestrado em Jornalismo, Universidade da Beira Interior, Portugal.
- Galtung, J. & Ruge, M. (1999). A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, 3(3), pp. 61-73.
- García, M. (2013). El sensacionalismo y su penetración en la prensa española de calidad. El “caso McCann” en El País, El Mundo y ABC. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 19(1), pp. 235-253.
- Golding, P. & Elliott, P. (1979). *Making the news*. London: Longman.
- Gomes, S. (2011). O Crime na Imprensa. Representações sobre Imigrantes e Ciganos em Portugal. *Centro de Investigação em Ciências Sociais da UMinho*, pp. 1-24.
- Gomis, L. (1991). *Teoría del periodismo: cómo se forma el presente*. Barcelona: Paidós.

- Greer, C. (2017). News Media, Victims and Crime. *Victims, Crime and Society*, 3(3), pp. 20-49.
- Greer, C. & McLaughlin, E. (2012). Trial by media: riots, looting, gangs and mediatised police chiefs. *Policing, Politics, Culture and Control*, pp. 135-154.
- Guibentif, P., Cheta, R. & Gorjão, V. (2002). *Comunicação social e representações do crime*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- Guimarães, I. (2012). *O crime em três jornais diários generalistas*. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa, Portugal.
- Hanitzsch, T. & Jorgensen, K. (2009). *The Handbook of Journalism Studies*. New York: Handbook Series.
- Harcup, T. & O'Neill, D. (2009). News Values and Selectivity. In Hanitzsch, T. & Jorgensen, K., *The Handbook of Journalism Studies* (pp. 161-174). Nova Iorque: Handbook Series.
- Jewkes, Y. (2011). The construction of crime news. *Media and crime*, pp. 35-62.
- Karam, F. (2004). *A ética jornalística e o interesse público*. São Paulo: Summus Editorial.
- Karstedt, S. (2010) Emoções e direito penal. In Machado, H., & Santos, F., *Justiça, ambientes mediáticos e ordem social*, pp. 17-38, V.N. Famalicão: Edições Húmus.
- Lopes, F. (2012) *Vinte Anos de Televisão Privada em Portugal* (1ª edição). Guerra e Paz, Editores, S.A.
- Machado, H. & Santos, F. (2008). *Crime, drama e entretenimento. O caso Maddie e a meta-justiça popular na imprensa portuguesa*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Machado, H. & Santos, F. (2010). *Justiça, ambientes mediáticos e ordem social*. Lisboa: Húmus.
- Maropo, L. (2012). Anjos ou demónios? Crianças, jovens e crimes nos *media*: Um debate sobre a ética jornalística e os direitos infantis. *Comunicação & Cultura*, 14(2), pp. 207-225.

McCombs, M. (2002). The agenda-setting role of the mass media in the shaping of public opinion. In *Conferência Mass Media Economics*. Londres: London School of Economics.

Park, R. (2008). A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. *Meios de comunicação de massa*, 1(1), pp. 33-183.

Peelo, M. (2005). Crime and the media: Public narratives and private consumption. In Peelo, M. & Soothill, K., *Questioning crime and criminology* (pp. 20-36), Cullompton: Willan.

Peelo, M. (2006). Framing homicide narratives in newspapers: Mediated witness and the construction of virtual victimhood. *Crime, Media, Culture*, 2(2), pp. 159-175.

Penedo, C. (2003). O Crime nos Media. Impacto e valor simbólico das histórias transgressivas. *Media & Jornalismo*, 3(3), pp. 89-102.

Pina, S. (2009). *Media e leis penais*. Coimbra: Edições Almedina.

Romes, D., Jamieson, K., & Aday, S. (2003). Television news and the cultivation of fear of crime. *Journal of communication*, 53(1), pp. 88-104.

Santos, C. A. (2009). *Tornar-se Segunda Geração – O estranho caso do “Arrastão de Carcavelos”*. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal.

Surette, R. (1998). *Media, Crime, and Criminal Justice: Images and Realities*. Califórnia: Thomson/Wadsworth.

Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera Editores.

Wonton, D. (1993). *Éloge du Grand Public: une théorie critique de la télévision*. Paris: Flammarion.

WEBGRAFIA

Website da Gfk: <https://www.gfk.com/pt/>, consultado a 10 de junho de 2017.

Website do Observador: <http://observador.pt/2016/10/26/pedro-dias-o-homicida-simpatico/>, consultado a 14 de junho de 2017;

Website da Sábado: <http://www.sabado.pt/portugal/detalhe/quem-e-pedro-dias-o-homem-que-continua-a-escapar-a-policia>, consultado a 15 de junho de 2017;

Website da Sábado: <http://www.sabado.pt/portugal/detalhe/pedro-dias-perto-de-sair-da-cadeia>, consultado a 15 de junho de 2017;

Website do Sapo24: <http://24.sapo.pt/atualidade/artigos/seguranca-interna-menos-crimes-violentos-e-graves-nos-ultimos-sete-anos>, consultado a 2 de julho de 2017.

Website da SIC: <http://sic.sapo.pt/institucional3/2011/03/24/estatuto-editorial-sic--sociedade-independente-de-comunicacao-sa>, consultado a 3 de maio de 2017.

Website da SIC: <http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2016-07-07-Cronologia-do-processo-Casa-Pia>, consultado a 9 de julho de 2017.

Website da SIC: <http://sicnoticias.sapo.pt/especiais/caso-maddie---10-anos/2017-05-02-Pais-de-Maddie-continuam-a-acreditar-que-a-filha-esta-vivam>, consultado a 9 de julho de 2017.

INDÍCE DE TABELAS

Tabela 1 - Calendarização da recolha e tratamento da informação	35
Tabela 2 – Calendarização das entrevistas.....	39
Tabela 3 – Género jornalístico dos conteúdos sobre o Caso Pedro Dias	41
Tabela 4 - Volume dos conteúdos em função do género jornalístico.....	42
Tabela 5 – Género jornalístico em função do jornalista	48
Tabela 6 – Temática dominante em função do tom	52
Tabela 7 – Tipo de argumentação presente nos conteúdos sobre o <i>Caso Pedro Dias</i> ..	54
Tabela 8 – Infografias presentes nos conteúdos sobre o <i>Caso Pedro Dias</i>	57
Tabela 9 – Análise de Conteúdo Caso Pedro Dias	89
Tabela 10 - Adjetivos por notícia	105
Tabela 11 – Localização dos conteúdos sobre o <i>Caso Pedro Dias</i>	111
Tabela 12 – Conotação das imagens em função do cenário	112

INDÍCE DE FIGURAS

Figura 1 – Infografia que apresenta os locais por onde Pedro Dias terá passado	45
Figura 2 - Exemplo de uma das imagens onde surgem populares.....	47
Figura 3 – Direto Mangualde.....	49
Figura 4 - Direto Aguiar da Beira	49
Figura 5 – Forças de segurança durante o dia.....	50
Figura 6 - Forças de segurança durante a noite	50

INDÍCE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Proeminência dos conteúdos sobre o <i>Caso Pedro Dias</i> no Primeiro Jornal. 43	
Gráfico 2 – Temática dominante dos conteúdos sobre o <i>Caso Pedro Dias</i>	44
Gráfico 3 – Tipo de enquadramento/narrativa dos conteúdos sobre o <i>Caso Pedro Dias</i>	51
Gráfico 4 – Atores identificados nos conteúdos sobre o <i>Caso Pedro Dias</i>	55
Gráfico 5 – Citações presentes nos conteúdos sobre o <i>Caso Pedro Dias</i>	55

ANEXOS

ANEXO I – CÓDIGO DEONTOLÓGICO DO JORNALISTA

O Código Deontológico do Jornalista é um documento aprovado a 4 de maio de 1993 e que tem como objetivo estabelecer as regras e princípios pelos quais o jornalista se deve orientar no exercício da sua função. As normas presentes no código são as seguintes:

1. O jornalista deve relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público.
2. O jornalista deve combater a censura e o sensacionalismo e considerar a acusação sem provas e o plágio como graves faltas profissionais.
3. O jornalista deve lutar contra as restrições no acesso às fontes de informação e as tentativas de limitar a liberdade de expressão e o direito de informar. É obrigação do jornalista divulgar as ofensas a estes direitos.
4. O jornalista deve utilizar meios legais para obter informações, imagens ou documentos e proibir-se de abusar da boa-fé de quem quer que seja. A identificação como jornalista é a regra e outros processos só podem justificar-se por razões de incontestável interesse público.
5. O jornalista deve assumir a responsabilidade por todos os seus trabalhos e atos profissionais, assim como promover a pronta retificação das informações que se revelem inexatas ou falsas. O jornalista deve também recusar atos que violentem a sua consciência.
6. O jornalista deve usar como critério fundamental a identificação das fontes. O jornalista não deve revelar, mesmo em juízo, as suas fontes confidenciais de informação, nem desrespeitar os compromissos assumidos, exceto se o tentarem usar para canalizar informações falsas. As opiniões devem ser sempre atribuídas.
7. O jornalista deve salvaguardar a presunção de inocência dos arguidos até a sentença transitar em julgado. O jornalista não deve identificar, direta ou indiretamente, as

vítimas de crimes sexuais e os delinquentes menores de idade, assim como deve proibir-se de humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor.

8. O jornalista deve rejeitar o tratamento discriminatório das pessoas em função da cor, raça, credos, nacionalidade, ou sexo.

9. O jornalista deve respeitar a privacidade dos cidadãos exceto quando estiver em causa o interesse público ou a conduta do indivíduo contradiga, manifestamente, valores e princípios que publicamente defende. O jornalista obriga-se, antes de recolher declarações e imagens, a atender às condições de serenidade, liberdade e responsabilidade das pessoas envolvidas.

10. O jornalista deve recusar funções, tarefas e benefícios suscetíveis de comprometer o seu estatuto de independência e a sua integridade profissional. O jornalista não deve valer-se da sua condição profissional para noticiar assuntos em que tenha interesse.

ANEXO II – ANÁLISE DE CONTEÚDO

Com vista a compreender de que forma a SIC fez a cobertura do *Caso Pedro Dias*, foram analisados os conteúdos emitidos no *Primeiro Jornal* da SIC relacionados com o caso entre 11 de outubro e 11 de novembro de 2016. O resultado dessa análise está presente na tabela número 9 (página 91) e na tabela 10 (página 106), onde estão expostas as variáveis e subvariáveis em estudo. Os respetivos resultados foram obtidos através da introdução destes indicadores no *Excel* e no programa *SPSS*.

CODEBOOK

Este *codebook* ou Livro de Códigos é composto pela definição dos indicadores ou variáveis e subvariáveis utilizadas no controlo das unidades de análise, que neste caso são todas as peças noticiosas, emitidas no *Primeiro Jornal* da SIC, que estão relacionadas com o *Caso Pedro Dias*, independentemente do género jornalístico.

As variáveis presentes nesta análise estão reunidas em três grupos distintos, relacionados com a **Forma**, **Conteúdo** e **Discurso**. Essas mesmas variáveis podem ser abertas ou fechadas, sendo que as abertas não estão divididas em categorias, enquanto as fechadas estão subdivididas em categorias de resposta. Estas categorias são identificadas através de códigos numéricos e podem ou não excluir-se mutuamente.

CORPUS DE ANÁLISE

O **universo** em estudo é constituído por todas as unidades de análise referentes ao *Caso Pedro Dias*. O corpus é definido pelos **períodos temporais** que decorrem desde o desaparecimento de Pedro Dias, a 11 de outubro, até ao mesmo dia do mês seguinte, 11 de novembro, quando já se tinha entregue às autoridades e já tinha sido presente a juiz. No total, contabilizaram-se 94 peças noticiosas emitidas no **meio** em análise, o *Primeiro Jornal* da SIC, programa informativo da hora de almoço.

Todos os conteúdos transmitidos por este meio foram visionados, tendo como critério de identificação as palavras-chave “Aguiar da Beira” e “Pedro Dias”. As peças

noticiosas que preenchem estes requisitos foram devidamente analisadas, com base no processo de codificação abaixo descrito.

VARIÁVEIS DE FORMA

Esta categoria diz respeito, segundo Santos (2009, p. 195), às variáveis que procuram apresentar as características da unidade de análise que estão ligadas ao significante, no domínio da expressão, sendo também consideradas um ponto de partida para um melhor entendimento dos conteúdos substanciais. Nesse sentido, revelou-se pertinente construir as variáveis abaixo apresentadas.

1. Código Identificador (ID)

Definição conceptual: Esta variável diz respeito ao número de identificação da respetiva unidade de análise, ou seja, da peça noticiosa;

Método de Codificação: São inseridos números aplicados a cada uma das unidades de análise. A atribuição deste número é feita tendo por base a ordem em que as peças estão dispostas no alinhamento dos diferentes dias em estudo, sendo contabilizadas cronologicamente.

2. Data

Definição Concetual: Identifica a data correspondente à emissão da unidade de análise. É importante ter em consideração que o meio em estudo, o *Primeiro Jornal*, é um programa diário;

Método de Codificação: O formato da data a inserir pelo codificador segue a seguinte ordem: dia (dois dígitos) e mês (dois dígitos). O ano não é referido visto que todas as peças analisadas são do ano de 2016. A referência à data não é mutuamente exclusiva, uma vez que diferentes unidades de análise com a mesma data de publicação foram analisadas.

3. Título da peça

Definição Concetual: Esta variável consiste na identificação do título dado à peça noticiosa no alinhamento. É o nome atribuído pelo jornalista ou coordenador para identificar a peça, não sendo necessariamente aquilo que é apresentado no oráculo e que surge no ecrã. O título presente no oráculo não foi considerado por existir, em muitos casos, mais do que um;

Método de Codificação: São inseridos os títulos que são dados pelos jornalistas às peças do *Primeiro Jornal*. Trata-se de uma variável aberta, por isso é ao codificador que cabe a transcrição na íntegra do título da unidade de análise.

4. Volume

Definição concetual: Esta variável identifica a duração da peça no *Primeiro Jornal*;

Método de codificação: A variável é composta pelas categorias apresentadas abaixo. A cada categoria corresponde um número de codificação, sendo as mesmas mutuamente exclusivas.

1 - Menos de 1'45'';

2 - 1'46'' – 2'45'';

3 - 2'46'' – 4'45'';

4 – Outros.

5. Proeminência

Definição Concetual: Esta variável identifica a localização da unidade de análise no alinhamento do *Primeiro Jornal*;

Método de Codificação: A variável é composta pelas categorias apresentadas abaixo. A cada categoria corresponde um número de codificação, sendo as mesmas mutuamente exclusivas.

1 – Abertura;

- 2 – Durante a primeira parte;
- 3 – Abertura depois do intervalo;
- 4 – Durante a segunda parte.

6. Género jornalístico da unidade de análise

Definição Concetual: Variável que identifica o modelo ou registo discursivo utilizado na construção da unidade de análise;

Método de Codificação: A variável é composta pelas categorias apresentadas abaixo. A cada categoria corresponde um número de codificação, sendo as mesmas mutuamente exclusivas.

1 – OFF (unidades de análise em que o texto é lido pelo *pivot*, embora isso não signifique tenha sido escrito por ele. A imagem do *pivot*, que por norma surge em primeiro lugar, é seguida de imagens referentes ao caso e a voz do *pivot* sobrepõe-se às mesmas);

2 – Direto (o jornalista está no local e relata os acontecimentos em tempo real. Normalmente, a imagem do jornalista é acompanhada por outras imagem do acontecimento, podendo haver, ao longo do mesmo direto, diversas passagem do jornalista para o *pivot* e vice-versa);

3 – Peça (conteúdo produzido para dar conhecimento de factos e acontecimentos, acompanhado de imagens. O jornalista não tem necessariamente que ter estado no local e ter testemunhado as situações descritas);

4 – Reportagem (conteúdo baseado no testemunho direto dos factos e acontecimentos. Por norma, a reportagem é de maior dimensão que a peça);

5 – Entrevista (conversa entre o jornalista ou *pivot* e o entrevistado, que pode decorrer nos estúdios da SIC ou no local dos acontecimentos. O entrevistador e o entrevistado têm as respetivas posições definidas, para que fique claro quem responde e quem pergunta);

6 – Promo (unidade de análise que pode surgir antes ou durante o noticiário e que pretende dar a conhecer uma peça, reportagem ou entrevista que vá posteriormente ser apresentada no jornal).

7. Jornalista

Definição Concetual: Esta variável identifica o(a) autor(a) da respetiva unidade de análise, caso a mesma se encontre assinada;

Método de Codificação: A variável é composta pela categoria do jornalista que realizou a peça, sendo que apenas as promos não estão assinadas. A cada categoria corresponde um número de codificação, sendo as mesmas mutuamente exclusivas.

1 – Correspondente (realiza peças e reportagens de uma zona em específico, não estando presente fisicamente na redação da SIC);

2 – Jornalista redação Lisboa (não esteve no local, realiza as peças diretamente da redação, com imagens que chegam dos correspondentes ou enviados para o local);

3 – Enviado Especial (jornalista enviado para o local dos acontecimentos especificamente para cobrir o caso);

4 – Pivot (apresentador do noticiário);

5 – Sem assinatura.

8. Iconografia/ Infografia

Definição Concetual: Esta variável identifica a presença de elementos gráficos na peça noticiosa, podendo tratar-se de fotografias ou mapas;

Método de Codificação: A variável é composta pelas categorias apresentadas abaixo. A cada categoria corresponde um número de codificação, sendo que cada peça poderá ter mais do que um tipo de infografia.

1 – Fotografia do suspeito;

2 – Fotografia das vítimas;

3 – Mapa;

4 – Não contém infografia.

9. Cenário - Descrição das imagens

Definição Concetual: Esta variável apresenta uma breve descrição das imagens utilizadas nas unidades de análise;

Método de Codificação: A variável é composta pelas categorias apresentadas abaixo. A cada categoria corresponde um número de codificação, podendo ser identificados mais do que um cenário.

1 – Local dos crimes (GNR e ambulâncias nos locais);

2 – Corpos e viaturas a ser retirados do mato;

3 – Funeral das vítimas;

4 – Forças de segurança;

5 – Aldeias/população;

6 – Locais onde foi avistado;

7 – Jornalista no local;

8 – Entrega/tribunal;

9 – Outros.

10. Conotação das imagens – o medo das populações

Definição Concetual: Esta variável identifica a função das imagens selecionadas para acompanhar a unidade de análise, tendo em conta o tema tratado.

Método de Codificação: A variável é composta pelas categorias apresentadas abaixo. A cada categoria corresponde um número de codificação, sendo as mesmas mutuamente exclusivas.

1 – Intensifica;

2 – Enfraquece;

3 – Contraria.

VARIÁVEIS DE CONTEÚDO

De acordo com Cunha (2012, p. 85), as variáveis de conteúdo incidem sobre a cobertura do acontecimento, tendo como objetivo final o tratamento específico da informação. Nesse sentido, são utilizadas pelo jornalista uma série de técnicas e estratégias com vista a atingir o resultado final pretendido. É seguindo esta lógica que as seguintes categorias de análise foram construídas.

11. Localização geográfica

Definição Concetual: Local sobre o qual incide o enfoque dominante da peça;

Método de Codificação: O codificador seleciona o código da localidade ou aldeia, de acordo com as categorias apresentadas abaixo. Por existirem cerca de 25 localidades referidas nas peças, aquelas que foram apontadas com menor referência encontram-se na categoria “outras”. A cada categoria corresponde um código, sendo as mesmas mutuamente exclusivas.

1 – Aguiar da Beira;

2 – Arouca;

3 – Candal;

4 – Póvoa das Leiras;

5 – Constantim;

6 – Vila Real;

7 – Carro Queimado;

8 – Assento;

9 – Sabrosa;

- 10 – Paços;
- 11 – Outras localidades;
- 12 – Outros países.

12. Atores identificados

Definição Concetual: Identifica os atores representados/identificados na unidade informativa analisada. O ator mais visível na peça jornalística é o protagonista, merecendo atenção através da sua referência ou de citações do próprio. No fundo, pode-se dizer que é “a pessoa que fala” ou “de quem se fala”.

Método de Codificação: É codificado sempre que seja feita uma referência a um interveniente. A cada variável corresponde um código de acordo com a lista abaixo apresentada, sendo que cada peça poderá ter mais do que um interveniente.

1 – Pedro Dias (suspeito dos crimes de Aguiar da Beira. Pode ser referido pelo nome ou pelo uso de palavras como “suspeito”, “fugitivo”, “alegado homicida”, entre outras);

2 – Forças policiais (GNR, Polícia Judiciária ou autoridades internacionais);

3 – Populares (habitantes de Aguiar da Beira e das aldeias vizinhas por onde o suspeito passou ou onde se colocava a possibilidade de estar escondido);

4 – Governo (ministra da Administração Interna, ministra da Justiça e secretária geral do Sistema de Segurança Interna);

5 – Poder local (presidente da junta de freguesia de Constantim e de Vale de Nogueiras e presidente da junta de freguesia de Candal);

6 – Familiares e amigos do suspeito;

7 – Vítimas;

8 – Organizações (Associação dos Profissionais da Guarda e Associação Socioprofissional Independente da Guarda);

9 – Advogados e juízes;

10 – Outros (psicólogos, atores de outras “estórias” comparadas com as de Pedro Dias).

13. Temática dominante

Definição Concetual: Variável que procura identificar o principal assunto da notícia, partindo do acontecimento que deu origem à construção da mesma.

Método de Codificação: A cada variável corresponde um código que o codificador assinala para cada nível de identificação temática da peça, segundo as categorias apresentadas abaixo.

- 1 – Crimes antes da fuga (praticados na madrugada de 10 de outubro de 2016);
- 2 – Crimes durante a fuga (praticados durante os 28 dias que esteve desaparecido);
- 3 – Buscas;
- 4 – Avistamentos;
- 5 – Perfil suspeito;
- 6 – Vítimas;
- 7 – Reações;
- 8 – Ambiente;
- 9 – Cronologia;
- 10 – Descoordenação forças policiais;
- 11 – Ausência forças policiais;
- 12 – Entrega/detenção/tribunal;
- 13 – Outra.

VARIÁVEIS DE DISCURSO

Os princípios da análise textual dizem respeito à análise do discurso, à análise crítica do discurso ou semiótica, entre outras. Estas variáveis do discurso, segundo Cunha (2012, p. 87-100), facilitam a codificação de informações mais ocultas no discurso mediático. Nesta análise, estas variáveis permitem-nos compreender melhor a forma como os jornalistas da SIC abordaram, através do texto, este caso.

14. Tipo de Enquadramento/Narrativa

Definição concetual: Esta variável avalia o tipo dominante de enquadramento presente na peça noticiosa. Tem em consideração o estilo discursivo característico de diferentes tipos de narrativas utilizadas pelo jornalista;

Método de codificação: A cada variável corresponde um código, presente na lista abaixo, sendo as categorias mutuamente exclusivas.

1 – Alegórico;

2 – Dramático;

3 – Épico;

4 – Irónico;

5 – Moral;

6 – Policial;

7 – Factual;

8 – Outra.

15. Tom

Definição Concetual: Esta variável identifica o tom, avaliando o tipo dominante de representação do *Caso Pedro Dias* na unidade de análise;

Método de Codificação: O codificador assinala o tom dominante da peça. Visa compreender se o somatório do discurso jornalístico é mais positivo/neutro ou

negativo face à representação do protagonista. A cada variável corresponde um código, sendo as categorias mutuamente exclusivas.

1 – Positivo (quando o protagonista é apresentado como bem sucedido, no caso, por exemplo, das forças policiais, quando há uma vitimização do suspeito, quando as populações não demonstram medo de Pedro Dias, entre outros);

2 – Negativo (quando o protagonista surge ligado a situações de insucesso, nomeadamente quando se fala da descoordenação das forças de segurança, de Pedro Dias como “criminoso” e “perigoso” ou quando se instala a ideia de medo das populações, etc.);

3 – Neutro (quando o protagonista está associado a valorações positivas e negativas em simultâneo ou a situações em que as mesmas não existem).

16. Formas de tratamento – Adjetivos atribuídos a Pedro Dias

Definição concetual: Esta variável identifica a forma como Pedro Dias é tratado ao longo das peças noticiosas pelo jornalista, através do recurso a adjetivos e excluindo as situações em que é apresentado pelo próprio nome;

Método de codificação: São inseridos os adjetivos que acompanham as unidades de análise. Esta variável é aberta, cabendo ao codificador a transcrição dos adjetivos presentes na peça.

Nota: Esta é a única variável que não está presente na tabela 9. Os adjetivos por notícia estão presentes na tabela 10 (página 106).

17. Tipo de argumentação

Definição concetual: Variável que avalia o tipo dominante de argumentação presente na peça noticiosa. Considera o ângulo de abordagem do tema utilizado pelo autor da peça para dar conta da história;

Método de codificação: A cada variável corresponde um código, que se encontra apresentado abaixo, sendo as categorias mutuamente exclusivas.

- 1 – Política;
- 2 – Judicial;
- 3 – Económica;
- 4 – Social;
- 5 – Assertiva;
- 6 – Outra.

18. Citações

Definição concetual: Identifica as vozes que literalmente falam na peça, podendo ser identificadas até três vozes;

Método de codificação: O codificador identifica o autor da citação de acordo com a lista de códigos abaixo apresentada, que teve como base a categorização da variável número 12.

- 1 – Pedro Dias;
- 2 – Forças policiais;
- 3 – Populares;
- 4 – Governo;
- 5 – Poder local;
- 6 – Familiares e amigos do suspeito;
- 7 – Vítimas;
- 8 – Organizações;
- 9 – Advogados e juízes;
- 10 – Outros;
- 11 – Não existem citações.

ANEXO III - ANÁLISE DE CONTEÚDO AO CASO PEDRO DIAS

Nesta tabela encontram-se as variáveis e respectivas categorizações apresentadas no *codebook*. À exceção das variáveis abertas, a categorização das restantes surge, em primeiro lugar, com o código numérico que lhes foi atribuído e, abaixo, o significado do mesmo. No caso da variável “Jornalista”, abaixo do código surge o nome do autor e, na variável “Atores”, o primeiro código de cada peça diz respeito ao protagonista. Todas as variáveis que constituem o Livro de Códigos estão presentes nesta tabela, à exceção da variável número 16 (formas de tratamento), presente na tabela 10.

Tabela 9 – Análise de Conteúdo Caso Pedro Dias

ID	Data	Título	Volume	Proeminência	Gênero	Journalista	Iconografia / Infografia	Cenário	Conotação das imagens	Localização	Atores	Assunto	Narrativa	Tom	Tipo de arg.	Citação
1	11/10	Morte GNR Guarda	2 (2:19)	1 (13:01:10)	3 (Peça)	2 (Rita Neves)	4 (Não)	1 (Local dos crimes)	1 (Intensiva)	1 (Aguiar da Beira)	2 (GNR)	1 (Crimes antes da fuga)	7 (Factual)	3 (Neutro)	2 (Judicial)	2 (GNR)
2	11/10	DR Aguiar da beira	4 (5:40)	2 (13:03:29)	2 (Direto)	1 (Patrícia Figueiredo)	4 (Não)	1 (Local dos crimes)	1 (Intensiva)	1 (Aguiar da Beira)	1 (Suspeito+ Vítimas)	3 (Buscas)	7 (Factual)	2 (Negativo)	2 (Judicial)	11 (Não)
3	11/10	DIR Mangua Ide	3 (3:30)	2 (13:09:09)	2 (Direto)	1 (Manuela Carneiro)	4 (Não)	7 (Jornalista no local)	2 (Enfraquece)	11 (Mangualde)	1 (GNR + suspeito)	3 (Buscas)	6 (Policial)	2 (Negativo)	2 (Judicial)	11 (Não)
4	11/10	DIR Aguiar da beira	3 (3:30)	3 (13:48:25)	2 (Direto)	1 (Patrícia Figueiredo)	4 (Não)	2 (Carro a ser retirado)	1 (Intensiva)	1 (Aguiar da Beira)	1 (Suspeito + vítimas)	3 (Buscas)	6 (Policial)	2 (Negativo)	2 (Judicial)	11 (Não)
5	12/10	Caça ao Homem	2 (2:41)	1 (13:00:12)	3 (Peça)	2 (Rita Neves)	4 (Não)	1 (Local dos crimes)	1 (Intensiva)	4 (Póvoa da Leiras)	1 (Suspeito + GNR + Pres. Junta)	3 (Buscas)	6 (Policial)	2 (Negativo)	2 (Judicial)	2 (GNR + Pres. Junta)
6	12/10	Direto Candal	3 (4:00)	2 (13:03:03)	2 (Direto)	1 (Frederico Correia)	4 (Não)	5 (Cerca a Candal e S. Pedro do Sul)	1 (Intensiva)	3 (Candal)	2 (GNR + suspeito)	3 (Buscas)	6 (Policial)	1 (Positivo)	2 (Judicial)	11 (Não)
7	12/10	Quem é o Criminoso	2 (2:45)	2 (13:07:03)	3 (Peça)	2 (Nuno Figueiredo)	1 (Fotografias suspeito)	5 (Imagens de Arouca)	1 (Intensiva)	2 (Arouca)	1 (Pedro Dias + populares)	5 (Perfil suspeito)	7 (Factual)	3 (Neutro)	4 (Social)	3 (Pul)

15	13/10	Day After Aguiar da Beira	1 (1:15)	2 (13:08:21)	3 (Peça)	1 (Patrícia Figueiredo)	4 (Não)	3 (Funeral militar GNR)	1 (Intensifica)	1 (Aguiar da Beira)	7 (3 vítimas + populares)	6 (vítimas)	2 (Dramático)	2 (Negativo)	4 (Social)	3 (Populares)
16	13/10	Caça ao Homem	2 (2:01)	2 (13:09:36)	3 (Peça)	2 (Pedro Miguel Costa)	4 (Não)	2 (Recolher corpo vítima)	1 (Intensifica)	11 (Fornos de Algodres)	1 (2 Pedro Dias + GNR + populares)	4 (Avistamentos)	6 (Policial)	2 (Negativo)	2 (Judicial)	2 (GNR + populares)
17	13/10	História do Palito	2 (2:03)	2 (13:11:37)	3 (Peça)	2 (Rita Neves)	4 (Não)	9 (Caso Palito)	1 (Intensifica)	11 (São João da Pesqueira)	9 (Palito)	13 (Outras)	7 (Factual)	2 (Negativo)	2 (Judicial)	9 (Outras)
18	14/10	Caça ao Homem Espanha	1 (1:37)	2 (13:28:05)	3 (Peça)	1 (João Faíões)	4 (Não)	7 (Jornalista percorre entradas e saídas de Salamanca)	2 (Entraquece)	12 (Salamanca)	2 (2 polícia espanhola)	4 (Avistamentos)	6 (Policial)	3 (Neutro)	2 (Judicial)	11 (Não)
19	14/10	Caça ao Homem Últimas	2 (1:54)	2 (13:29:42)	3 (Peça)	2 (Elsa Gonçalves)	4 (Não)	6 (Casas familiares, aldeias onde foi visto)	3 (Contraria)	2 (Arouca)	6 (2 familiares + GNR + populares)	3 (Buscas)	7 (Factual)	3 (Neutro)	4 (Social)	2 (GNR + populares)
20	14/10	Cerco a Candal	2 (2:29)	2 (13:31:36)	3 (Peça)	1 (Paulo Ravara)	4 (Não)	5 (Aguiar da Beira)	2 (Entraquece)	4 (Póvoa das Leiras)	3 (1 Populares + Pedro Dias)	4 (Avistamentos)	6 (Policial)	3 (Neutro)	4 (Social)	3 (Populares)

21	14/10	Funeral GNR Balaço	2 (1:59)	2 (13:34:05)	3 (Peça)	1 (Patrícia Figueiredo)	4 (Não)	3 (Funeral militar GNR, ministra e familiares emocionados)	1 (Intensifica)	1 (Aguilar da Beira)	7 (8 Vítimas + APG)	6 (Vítimas)	2 (Dramático)	2 (Negativo)	4 (Social)	8 (Orç.)
22	15/10	Promoção Caça ao Homem	1 (0:21)	2 (13:15:09)	6 (Promoção)	5 (Sem assinatura)	4 (Não)	5 (Aguilar da Beira)	2 (Entraquece)	1 (Aguilar da Beira)	1 (Pedro Dias)	9 (Cronologia)	7 (Factual)	2 (Negativo)	4 (Social)	11 (Não)
23	15/10	Caça ao Homem Cronologia	3 (3:58)	2 (13:21:34)	3 (Peça)	1 (Frederico Correia)	2 (3) (Fotografia vítimas + mapa)	1 (Local dos crimes)	1 (Intensifica)	2 (Arouca)	2 (1) (Pedro Dias + vítimas + GNR + populares)	9 (Cronologia)	6 (Policial)	3 (Neutro)	2 (Judicial)	2 (GNR + populares)
24	16/10	Últimas Homicídios a Aguiar da Beira	3 (3:07)	2 (13:06:34)	3 (Peça)	2 (Ana Penada Moreira)	1 (2) (Fotografia suspeito + fotografia vítimas)	2 (Recolha dos corpos)	1 (Intensifica)	1 (Aguilar da Beira)	7 (1) (Pedro Dias + vítimas)	9 (Cronologia)	2 (Dramático)	1 (Positivo)	4 (Social)	11 (Não)
25	17/10	Fugitivo nocturno e manhã	3 (3:23)	1 (13:00:50)	3 (Peça)	2 (Amélia Moura Ramos)	4 (Não)	4 (Operações STOP)	1 (Intensifica)	5 (Constantim)	2 (1) (3) (Pedro Dias + GNR + populares)	4 (Avistamentos)	6 (Policial)	3 (Neutro)	2 (Judicial)	3 (Populares)
26	17/10	Direto Vila Real	3 (4:15)	2 (13:04:13)	2 (Direto)	1 (Frederico Correia)	4 (Não)	4 (Patrulha armada e com colete anti bala)	1 (Intensifica)	6 (Vila Real)	2 (1) (GNR + suspeito)	3 (Buscas)	7 (Factual)	1 (Positivo)	2 (Judicial)	11 (Não)

27	17/10	Fugitivo assalto Arouca	2 (2:43)	2 (13:08:28)	3 (Peça)	2 (Fernanda de Oliveira Ribeiro)	4 (Não)	6 (Casa assaltada)	2 (Enfraquece)	11 (Moldes)	1 7 3 (Pedro Dias + vítimas + populares)	2 (Crimes durante a fuga)	6 (Policial)	3 (Neutro)	2 (Judicial)	3 (Populares)
28	17/10	Direto Arouca	3 (2:50)	2 (13:11:11)	2 (Direto)	1 (Cristina Freitas)	4 (Não)	7 (Jornalista no local)	1 (Intensifica)	2 (Arouca)	3 (Populares)	11 (Ausência autoridad es)	7 (Factual)	3 (Neutro)	4 (Social)	11 (Não o)
29	17/10	Filme do Crime Aguilar	1 (1:08)	2 (13:14:01)	3 (Peça)	2 (Ana Gerales)	4 (Não)	4 (GNR)	2 (Enfraquece)	1 (Aguilar da Beira)	7 1 (Vítimas + suspeito)	9 (Cronologi a)	6 (Policial)	2 (Negativ o)	4 (Social)	11 (Não o)
30	17/10	Direto. Vila Real 2	3 (4:15)	4 (14:09:41)	2 (Direto)	1 (Frederico Correia)	4 (Não)	4 (GNR revista carros)	1 (Intensifica)	6 (Vila Real)	2 1 (GNR + suspeito)	11 (Ausência autoridad es)	7 (Factual)	3 (Neutro)	2 (Judicial)	11 (Não o)
31	18/10	Fugitivo vítimas	1 (1:21)	1 (13:00:45)	1 (OFF)	4 (Fernanda de Oliveira Ribeiro)	4 (Não)	4 (GNR no mato, operação STOP)	1 (Intensifica)	7 (Carro Queimado)	1 2 (Pedro Dias + GNR)	3 (Buscas)	6 (Policial)	2 (Negativ o)	2 (Judicial)	11 (Não o)
32	18/10	DIR Vila Real	4 (7:00)	2 (13:12:06)	2 (Direto)	1 (Frederico Correia)	4 (Não)	6 (Local de mato onde pode estar escondido)	2 (Enfraquece)	7 (Carro Queimado)	2 1 (GNR + Pedro Dias)	3 (Buscas)	6 (Policial)	1 (Positivo)	2 (Judicial)	11 (Não o)
33	18/10	Médico do fugitivo	3 (3:00)	2 (13:09:06)	3 (Peça)	2 (Amélia Moura Ramos)	4 (Não)	9 (Médico do suspeito e ordem dos médicos)	3 (Contraria)	1 (Aguilar da Beira)	6 1 (médico e amigo)	7 (Reações)	2 (Dramátic o)	1 (Positivo)	4 (Social)	6 (médico e ami go)
34	19/10	DIR Bento 1	1 (1:30)	1 (13:00:00)	2 (Direto)	3 (Bento Rodrigues)	4 (Não)	7 (Enviado especial)	2 (Enfraquece)	6 (Vila Real)	1 (Pedro Dias)	9 (Cronologi a)	6 (Policial)	2 (Negativ o)	2 (Judicial)	11

		com Bento							conversa com o entrevistado na rua, abrigados da chuva)					e Vale de Nogueiras)					loca l)
41	19/10	Filme Buscas 3 dias	3 (3:05)	2 (13:20:54)	3 (Peca)	2 (Rita Neves)	4 (Não)	1 (Local dos crimes)	2 (Enfraquece)	7 (Carro Queimado)	1 2 3 (Pedro Dias + GNR + populares)	9 (Cronologia)	7 (Factual)	3 (Neutro)	2 (Judicial)	2 (GNR + popular es)			
42	19/10	DIR 4 Moides - Nelson 1	3 (4:30)	2 (13:23:59)	2 (Direto)	1 (Nelson Mateus)	4 (Não)	6 (Casa onde pode ter estado escondido)	1 (Intensifica)	11 (Moides)	2 1 (GNR + Pedro Dias)	4 (Avisamentos)	7 (Factual)	1 (Positivo)	2 (Judicial)	11 (Não)			
43	19/10	Entrevista Estudo	4 (6:00)	2 (13:28:29)	5 (Entrevista)	3 (Bento Rodrigues)	4 (Não)	9 (Entrevista em estúdio)	2 (Enfraquece)	11 (Estúdios SIC)	9 1 (Psicólogo + Pedro Dias)	5 (Perfil suspeito)	2 (Dramático)	2 (Negativo)	4 (Social)	9 (Outros)			
44	19/10	PROMO 10 Fugitivo	1 (0:14)	2 (13:39:08)	6 (Promo)	5 (Sem assinatura)	4 (Não)	1 (Local dos crimes)	1 (Intensifica)	1 (Aguilar da Beira)	1 2 (Pedro Dias + GNR)	3 (Buscas)	7 (Factual)	3 (Neutro)	2 (Judicial)	11 (Não)			
45	19/10	DIR Constan tim - Madale na 2	2 (2:30)	3 (13:54:06)	2 (Direto)	1 (Madalena Ferreira)	4 (Não)	7 (Jornalista no local)	2 (Enfraquece)	5 (Constantim)	6 7 (Familiares + vítimas)	3 (Buscas)	6 (Policial)	1 (Positivo)	4 (Social)	11 (Não)			
46	19/10	DIR Constan tim - Frederic o 2	2 (2:10)	4 (13:56:36)	2 (Direto)	1 (Frederico Correia)	4 (Não)	7 (Jornalista no local)	2 (Enfraquece)	11 (Gache)	2 (GNR)	3 (Buscas)	7 (Factual)	2 (Negativo)	2 (Judicial)	11 (Não)			

47	19/10	DIR Bento 2	1 (1:00)	4 (13:59:43)	2 (Direto)	3 (Bento Rodrigues)	4 (Não)	5 (Imagens Carro Queimado)	3 (Contrária)	6 (Vila Real)	1 (Suspeito)	3 (Buscas)	6 (Policial)	2 (Negativo)	2 (Judicial)	11 (Não)
48	19/10	DIR Assento – Manuel a 2	3 (3:00)	4 (14:00:43)	2 (Direto)	1 (Manuela Carneiro)	4 (Não)	6 (Imagens drone Assento, casa onde foi visto)	1 (Intensifica)	8 (Assento)	2 (GNR + populares)	3 (Buscas)	6 (Policial)	1 (Positivo)	2 (Judicial)	3 (Populares)
49	19/10	DIR 4 Moldes – Nelson 2	3 (3:45)	4 (14:03:43)	2 (Direto)	1 (Nelson Mateus)	4 (Não)	5 (Imagens drone Moldes)	1 (Intensifica)	11 (Moldes)	1 (Pedro Dias + populares)	4 (Avistamentos)	6 (Policial)	1 (Positivo)	4 (Social)	3 (Populares)
50	19/10	Filme Buscas Tudo	4 (5:50)	4 (14:07:28)	3 (Peca)	2 (Amélia Moura Ramos)	1 (Fotografia suspeito + fotografias vítimas + mapa)	6 (Localis por onde passou, casa da família)	1 (Intensifica)	1 (Aguilar da Beira)	1 (Pedro Dias + GNR + Populares)	9 (Cronologia)	6 (Policial)	3 (Neutro)	2 (Judicial)	2 (GNR + Populares)
51	19/10	Bento Passa FOR	1 (1:00)	4 (14:13:57)	2 (Direto)	3 (Bento Rodrigues)	4 (Não)	7 (Enviado Especial no local)	1 (Intensifica)	6 (Vila Real)	1 (Pedro Dias + vítimas + populares)	9 (Cronologia)	2 (Dramático)	2 (Negativo)	4 (Social)	11 (Não)
52	20/10	Direto Bento	3 (4:00)	1 (13:00:10)	2 (Direto)	3 (Bento Rodrigues)	4 (Não)	7 (Enviado Especial no local)	1 (Intensifica)	5 (Constantim)	2 (GNR + Pedro Dias)	3 (Buscas)	6 (Policial)	1 (Positivo)	2 (Judicial)	11 (Não)

53	20/10	Vila Real ultimas	2 (2:03)	2 (13:04:10)	3 (Peça)	2 (Ana Peneda Moreira)	4 (Não)	5 (Imagens <u>ditone</u> do percurso e de Vila Real durante a manhã)	2 (Enfraquece)	6 (Vila Real)	3 (Pedro Dias + populares)	3 (Buscas)	6 (Policial)	3 (Neutro)	4 (Social)	3 (Populares)
54	20/10	Coordenação no terreno	2 (2:07)	2 (13:06:13)	3 (Peça)	1 (Frederico Correia)	4 (Não)	5 (Adeias por onde passou)	1 (Intensifica)	11 (São Pedro do Sul, Moldes)	2 (1 (GNR e Policia Judiciária + suspeito))	10 (Descoordenação forças policiais)	7 (Factual)	2 (Negativo)	1 (Política)	2 (GNR)
55	20/10	Direto Constan tim	2 (2:15)	2 (13:08:20)	2 (Direto)	1 (Frederico Correia)	4 (Não)	7 (Jornalista no local)	2 (Enfraquece)	5 (Constantim)	2 (GNR)	11 (Ausência autoridades)	7 (Factual)	2 (Negativo)	2 (Judicial)	11 (Não)
56	20/10	Direto Carro Queimado	3 (3:20)	2 (13:10:35)	2 (Direto)	1 (Cristina Freitas)	4 (Não)	7 (Jornalista no local)	2 (Enfraquece)	7 (Carro Queimado)	3 (Populares)	11 (Ausência autoridades)	6 (Policial)	2 (Negativo)	4 (Social)	11 (Não)
57	20/10	Direto Bento 1	1 (1:30)	2 (13:19:18)	2 (Direto)	3 (Bento Rodrigues)	4 (Não)	7 (Enviado especial no local)	1 (Intensifica)	5 (Constantim)	2 (GNR)	10 (Descoordenação forças policiais)	6 (Policial)	2 (Negativo)	2 (Judicial)	11 (Não)
58	20/10	Descoordenação Forças	1 (1:25)	4 (13:21:59)	3 (Peça)	2 (Dulce Salzedas)	4 (Não)	4 (GNR e PJ)	1 (Intensifica)	1 (Aguilar da Beira)	2 (4 (GNR e Policia Judiciária +	10 (Descoordenação forças policiais)	7 (Factual)	2 (Negativo)	1 (Política)	11 (Não)

59	20/10	PROMO 10 Fugitivo	1	2	6	5	4	5	2	5	1	3	7	3	2	11	
			(0:17)	(13:36:02)	(Promo)	(Sem assinatura)	(Não)	(Imagens Constantim)	(Enfraquece)	(Constantim)	min. Adm. Interna)	(Pedro Dias)	(Buscas)	(Factual)	(Neutro)	(Judicial)	(Não)
60	20/10	Direto Anta, Sabrosa	2	3	2	1	4	7	2	9	3	8	6	1	4	11	
			(2:00)	13:52:13	(Direto)	(Frederico Correia)	(Não)	(Jornalista no local)	(Enfraquece)	(Sabrosa)	(Populares + Pedro Dias)	(Ambiente)	(Policial)	(Positivo)	(Social)	(Não)	
61	20/10	Direto Assento	2	4	2	1	4	7	2	8	2	11	6	2	2	11	
			(1:50)	(13:54:13)	(Direto)	(Cristina Freitas)	(Não)	(Jornalista no local)	(Enfraquece)	(Assento)	(GNR)	(Ausência autoridades)	(Policial)	(Negativo)	(Judicial)	(Não)	
62	21/10	Vila Real Ultras	1	2	3	2	4	4	1	6	1	9	6	3	4	3	
			(1:31)	(13:02:21)	(Peça)	(Maria Miguel Cabo)	(Não)	(GNR)	(Intensifica)	(Vila Real)	(Pedro Dias + popular)	(Cronologia)	(Policial)	(Neutro)	(Social)	(Populares)	
63	21/10	DR Gache	1	2	2	1	4	5	3	11	2	11	7	3	2	11	
			(1:20)	(13:02:41)	(Direto)	(Frederico Correia)	(Não)	(Imagens drone Vila Real)	(Contraria)	(Gache)	(GNR + Populares)	(Ausência autoridades)	(Factual)	(Neutro)	(Judicial)	(Não)	
64	21/10	DR Ludares	1	2	2	1	4	7	2	11	3	8	7	3	4	11	
			(1:10)	(13:04:01)	(Direto)	(Miguel Torão)	(Não)	(Jornalista no local)	(Enfraquece)	(Ludares)	(Populares)	(Ambiente)	(Factual)	(Neutro)	(Social)	(Não)	
65	21/10	Caça ao Homem - Descor Denarção	2	2	3	2	4	4	1	11	4	10	7	2	1	4	
			(2:28)	(13:05:11)	(Peça)	(Luís Garrigão)	(Não)	(Forças policiais)	(Intensifica)	(Lisboa)	(Min. Justiça e Sistema de	(Descord enação forças policiais)	(Factual)	(Negativo)	(Política)	(Go +)	

73	24/10	Fugitivo PI OFF	1 (0:26)	1 (13:00:42)	1 (OFF)	4 (Fernanda de Oliveira Ribeiro)	4 (Não)	6 (Imagens Quinta do Portal)	2 (Enfraquece)	11 (Celeiros)	1 (Pedro Dias)	4 (Avistame ntos)	7 (Factual)	2 (Negativ o)	2 (Judicial)	11 (Nã o)
74	24/10	DIRETO Vila Real	3 (3:35)	2 (13:01:08)	2 (Direto)	1 (Catarina Lazaro)	4 (Não)	6 (Quinta do Portal)	1 (Intensifica)	11 (Celeiros)	2 (GNR + Pedro Dias)	4 (Avistame ntos)	6 (Policial)	3 (Neutro)	2 (Judicial)	11 (Nã o)
75	24/10	Buscas Vila Real	1 (1:09)	2 (13:04:43)	3 (Peça)	1 (Frederico Correia)	4 (Não)	4 (GNR)	1 (Intensifica)	10 (Paços)	1 (Pedro Dias + GNR)	3 (Buscas)	7 (Factual)	2 (Negativ o)	2 (Judicial)	11 (Nã o)
76	24/10	Direto Frederic o	2 (1:50)	2 (13:30:27)	2 (Direto)	1 (Frederico Correia)	4 (Não)	7 (Jornalista no local)	2 (Enfraquece)	10 (Paços)	2 (GNR + Pedro Dias)	4 (Avistame ntos)	7 (Factual)	3 (Neutro)	2 (Judicial)	11 (Nã o)
77	25/10	Buscas Fugitivo Últimas	1 (1:16)	2 (13:23:27)	3 (Peça)	1 (Frederico Correia)	1 (Fotografia suspeito)	4 (Auroridade s no local)	1 (Intensifica)	10 (Paços)	2 (GNR + Pedro Dias)	3 (Buscas)	7 (Factual)	1 (Positivo)	2 (Judicial)	11 (Nã o)
78	25/10	Direto Sabrosa	2 (1:55)	2 (13:24:43)	2 (Direto)	1 (Cristina Freitas)	4 (Não)	7 (Jornalista no local)	2 (Enfraquece)	9 (Sabrosa)	2 (GNR + Pedro Dias)	3 (Buscas)	7 (Factual)	1 (Positivo)	2 (Judicial)	11 (Nã o)
79	26/10	Pedro Dias Últimas	2 (2:09)	2 (13:13:52)	3 (Peça)	1 (Manuela Carneiro)	4 (Não)	5 (Aldeia)	1 (Intensifica)	6 (Vila Real)	2 (GNR + populares + Pedro Dias)	3 (Buscas)	6 (Policial)	3 (Neutro)	4 (Social)	3 (Po pul ares)

80	28/10	PROMO 10 Fugitivo	1 (0:14)	2 (13:20:09)	6 (Promo)	5 (Sem assinatura)	4 (Não)	5 (Imagens aldeia)	3 (Contrária)	10 (Paços)	1 (Pedro Dias)	3 (Buscas)	7 (Factual)	3 (Neutro)	2 (Judicial)	11 (Não)
81	28/10	Reportagem Fugitivo	2 (1:48)	2 (13:38:01)	4 (Reportagem)	1 (Madalena Ferreira)	4 (Não)	6 (Imagens aldeia e quinta)	2 (Enfraquece)	10 (Paços)	2 (GNR e polícia espanhola + Pedro Dias)	3 (Buscas)	6 (Policial)	1 (Positivo)	2 (Judicial)	11 (Não)
82	01/11	Pedro Dias MAI peça	1 (1:33)	2 (13:07:27)	3 (Peça)	2 (Sara Antunes de Oliveira)	4 (Não)	4 (GNR, buscas)	2 (Enfraquece)	1 (Aguilar da Beira)	4 (MAI + Pedro Dias)	10 (Descoordenação forças policiais)	7 (Factual)	3 (Neutro)	1 (Política)	4 (Go X.)
83	03/11	Pedro Dias fuga	2 (2:09)	3 (13:26:10)	3 (Peça)	1 (Frederico Correia)	4 (Não)	1 (Local do crime)	1 (Intensifica)	1 (Aguilar da Beira)	1 (Pedro Dias + GNR e Polícia Judiciária)	9 (Cronologia)	6 (Policial)	3 (Neutro)	2 (Judicial)	11 (Não)
84	09/11	PROMO 10 Pedro Dias	1 (0:16)	2 (13:35:17)	6 (Promo)	5 (Sem assinatura)	4 (Não)	8 (Imagens entrega)	3 (Contrária)	2 (Arouca)	1 (Pedro Dias)	12 (Entrega/detenção)	7 (Factual)	3 (Neutro)	2 (Judicial)	11 (Não)
85	09/11	Pedro Dias Entrega-se Entrevista	2 (2:30)	4 (13:50:26)	3 (Peça)	2 (Duice Salzedas)	4 (Não)	8 (Imagens entrega, chegada à PJ)	3 (Contrária)	2 (Arouca)	1 (Pedro Dias + advogados + Polícia Judiciária)	12 (Entrega/detenção)	7 (Factual)	3 (Neutro)	2 (Judicial)	1 (Pedro Dias)

86	09/11	Direto cadeia Guarda	2 (2:30)	4 (13:52:56)	2 (Direto)	1 (Frederico Correia)	4 (Não)	8 (Imagens entrega, cadeia Guarda)	3 (Contraria)	11 (Guarda)	1 6 (Pedro Dias + amiga)	12 (Entrega/detenção)	7 (Factual)	3 (Neutro)	4 (Social)	11 (Não)
87	09/11	Filme Pedro Dias	3 (3:34)	4 (14:01:57)	3 (Peça)	2 (Miguel Mota)	4 (Não)	8 (Imagens buscas, entrega)	3 (Contraria)	11 (Aguar da Beira)	1 7 (Pedro Dias + vítima)	9 (Cronologia)	6 (Policial)	2 (Negativo)	4 (Social)	11 (Não)
88	10/11	Pedro Dias no Tribunal	3 (3:59)	1 (13:00:10)	3 (Peça)	2 (Elsa Gonçalves)	4 (Não)	8 (Chegada ao tribunal)	3 (Contraria)	11 (Guarda)	1 2 9 (Pedro Dias + policia judiciária + advogados)	12 (Tribunal)	7 (Factual)	2 (Negativo)	2 (Judicial)	9 (Advogado, Pedro Dias)
89	10/11	DR Tribunal Guarda	3 (4:10)	2 (13:04:09)	2 (Direto)	1 (Madalena Ferreira)	4 (Não)	8 (Chegada ao tribunal, P/S)	3 (Contraria)	11 (Guarda)	9 1 (Advogados + Pedro Dias)	12 (Tribunal)	7 (Factual)	3 (Neutro)	2 (Judicial)	11 (Não)
90	10/11	DR Arouca	2 (2:30)	2 (13:08:19)	2 (Direto)	2 (Miguel Mota)	4 (Não)	7 (Jornalista no local)	2 (Enfraquece)	2 (Arouca)	6 1 (Amiga + Pedro Dias)	12 (Entrega/detenção)	6 (Policial)	2 (Negativo)	2 (Judicial)	11 (Não)
91	10/11	Reportagem Arouca	2 (2:40)	2 (13:10:49)	4 (Reportagem)	2 (Nuno Figueiredo)	4 (Não)	6 (Arouca, casa onde estava escondido)	1 (Intensifica)	2 (Arouca)	3 1 (Populares + Pedro Dias)	7 (Reações)	6 (Policial)	1 (Positivo)	4 (Social)	3 (Populares)

92	10/11	Direto Tribunal Guarda	3 (3:10)	3 (13:52:17)	2 (Direto)	1 (Madalena Ferreira)	4 (Não)	7 (Jornalista no local)	2 (Enfraquece)	11 (Guarda)	9 1 2 (Advogados + Pedro Dias + GNR)	12 (Tribunal)	4 (Irónico)	1 (Positivo)	2 (Judicial)	11 (Não)
93	10/11	Reportagem Aguiar da Beira	3 (2:53)	4 (13:55:37)	4 (Reportagem)	1 (Patrícia Figueiredo)	4 (Não)	5 (Café na Quinta das Lameiras, aldeia deserta)	1 (Intensifica)	1 (Aguilar da Beira)	3 1 (Populares + Pedro Dias)	7 (Reações)	6 (Policial)	2 (Negativo)	4 (Social)	3 (Populares)
94	11/11	Pedro Dias Preventiva	2 (2:30)	2 (13:01:12)	3 (Peça)	2 (Elsa Gonçalves)	4 (Não)	8 (Saída tribunal, fotografias Diário de Coimbra)	3 (Contrária)	11 (Guarda)	9 1 (Advogados e juiz + Pedro Dias)	12 (Tribunal)	7 (Factual)	3 (Neutro)	2 (Judicial)	9 (Advogados)

ANEXO IV – ADJETIVOS POR UNIDADE DE ANÁLISE

A tabela abaixo apresentada contém os adjetivos atribuídos a Pedro Dias nas peças noticiosas emitidas no *Primeiro Jornal* da SIC. Diz respeito à variável número 16 (formas de tratamento), que tem em vista compreender quais as palavras utilizadas pelos jornalistas para identificar Pedro Dias e proceder depois à possível conotação das mesmas. Esta tabela contém ainda outras palavras, frases ou expressões, consideradas fortes ou marcantes, e que também são alvo de análise.

Tabela 10 - Adjetivos por notícia

ID	Adjetivos	Outras palavras ou expressões "fortes"
1	Suspeitos	"Caça ao homem"
	Assaltantes	
2	Suspeitos	"
	Assaltantes	
3	Suspeitos	"Gravidade do caso"
4	Agressor	"
	Suspeitos	
5	Suspeito	"Horas de muito receio"
6	Suspeito	"Habilidade para disparar friamente"
	Fugitivo	"Cenário perigoso"
7	Suspeito	"
8	Suspeito	"Arouca acordou anestesiada e incrédula"
		"Como é possível um homem cá da terra ter virado notícia?"
		"Olhar desconfiado"
		"Sentimento de segurança"
		Tensão
		"Não se via viva alma na estrada"
		"Caça ao homem"
		"Fortemente armado"
9	Suspeito	"Concelho de luto"
		Terror
		"Abatido a tiro"
		"Pessoa querida e respeitada"
10	Suspeito	"Semblante pesado"
		"A vida continua"
		"Lamentar a morte do filho da terra"
		"A alma e o estado de espírito é igual ao tempo, assim dizento"
11	Principal suspeito	Terror

12	Principal suspeito	"Caça ao homem"
		Medo
13	Fugitivo	"Sentimento que vai do 8 ao 80"
		"Foi embora o aparato, voltou a pacatez"
14	Suspeito	"Retomar a rotina diária"
15	-	"Concelho está de luto"
		"Dor e esperança"
16	Criminoso	"Dias de dor"
		Medo
	Suspeito	"Sobressalto garantido"
		"Tamanho crime"
17	Criminoso	"Estatuto figura pública"
18	Presumível homicida	-
19	Suspeito dos crimes de Aguiar da Beira	"Anda a monte"
	Presumível homicida	
20	Autor dos crimes de Aguiar da Beira	"Caça ao homem"
	Suspeito	
	Duplo homicida	
21	Suspeito	-
22	-	-
23	Suspeito	"Caça ao homem"
	Fugitivo	
24	Suspeito	"Resistência e coragem"
	Alegado homicida	"O destino de um casal"
25	Suspeito dos crimes de Aguiar da Beira	-
	Fugitivo	
26	Suspeito	"Demonstrou ser muito violento"

	Fugitivo	"É dado como perigoso"
27	Suspeito	-
28	Suspeito	"A população quer ver um fim a isto"
29	Suspeito	"Crime violento"
		"Caça ao homem"
30	Suspeito	"Investigação faz-se um pouco às escuras"
	Fugitivo	
31	Homicida de Aguiar da Beira	"Caça ao homem"
	Suspeito	
32	Suspeito	-
	Fugitivo	
33	Suspeito	-
34	Suspeito	"As pessoas estão naturalmente muito assustadas"
	Presumível homicida de Aguiar da Beira	
35	Suspeito	"A população está preocupada"
	Presumível homicida de Aguiar da Beira	Intranquilidade
36	Suspeito	"Pedro Dias afigura-se como excelente protagonista deste jogo do gato e do rato"
37	Suspeito	-
38	Suspeito dos crimes de Aguiar da Beira	-
	Fugitivo	
39	Fugitivo	"Homem considerado perigoso"
40	Fugitivo	Medo
		"Dias muito intensos e de muita receio"
41	Suspeito	"Caça ao homem"
42	-	-
43	Suspeito	"Homem que mata a sangue frio, violentamente"
44	Fugitivo	-

45	Suspeito	"O crime não é perfeito"
46	Suspeito	"
47	"	"
48	"	"Esta gente anda preocupada"
49	"	"
50	Suspeito	"
	Fugitivo	
	Alegado homicida	
51	"	"Caça ao homem mais procurado de Portugal"
52	"	"Não deixou rasto"
		"Caça ao homem mais procurado de Portugal"
53	Suspeito dos crimes de Aguiar da Beira	"
54	Suspeito	"Caça ao homem"
	Fugitivo	"Levanta dúvidas sobre a capacidade da GNR responder de imediato a situações como esta"
55	Suspeito	"
56	Fugitivo	"
57	"	"
58	Suspeito	"
59	"	"
60	Homicida de Aguiar da Beira	"
61	Suspeito	"
62	Suspeito	"
	Alegado homicida de Aguiar da Beira	
63	Suspeito	"As populações andavam assustadas"
	Homicida de Aguiar da Beira	
64	"	"
65	Fugitivo	"A ministra opta por pôr água na fervura"
	Homicida de Aguiar da Beira	

66	Alegado homicida de Aguiar da Beira	"Foge à polícia como o diabo da cruz"
67	-	-
68	Suspeito	-
	Fugitivo	
	Alegado homicida de Aguiar da Beira	
69	-	-
70	Suspeito	-
71	Suspeito	-
	Alegado homicida de Aguiar da Beira	
72	-	-
73	Suspeito	-
74	Principal suspeito	-
75	Suspeito	Medo
	Alegado homicida de Aguiar da Beira	
76	-	-
77	Suspeito	-
	Fugitivo	
	Alegado homicida de Aguiar da Beira	
78	Suspeito dos crimes de Aguiar da Beira	"Caça ao homem"
79	Suspeito dos homicídios de Aguiar da Beira	"Caça ao homem"
	Fugitivo	
	Homem mais procurado do país	
80	-	-
81	Presumível atirador de Aguiar da Beira	-
	Fugitivo	
82	Fugitivo de Aguiar da Beira	"O caso tornou-se uma novela"
83	Principal suspeito dos crimes de Aguiar da Beira	-
	Alegado criminoso	

	Alegado homicida	
	Fugitivo	
	Homem mais procurado do país	
84	Suspeito dos crimes de Aguiar da Beira	-
85	Suspeito dos homicídios de Aguiar da Beira	Medo
86	-	-
87	-	"Caça ao homem"
88	Suspeito dos crimes de Aguiar da Beira	-
89	Suspeito dos crimes de Aguiar da Beira	-
90	Suspeito dos crimes de Aguiar da Beira	-
91	-	"Ninguém mete as mãos no fogo por Pedro Dias"
92	-	-
92	-	-
93	Suspeito do duplo homicídio	-
94	Suspeito do duplo homicídio	-

ANEXO V – RESULTADOS QUANTITATIVOS CASO PEDRO DIAS

Com vista a compreender como foi realizada a cobertura da SIC ao *Caso Pedro Dias*, foi feita uma análise aos conteúdos emitidos no *Primeiro Jornal* sobre o caso. A maioria dos resultados é apresentada no corpo do trabalho (páginas 40-60), embora algumas das tabelas sejam aqui expostas por uma questão de falta de espaço.

No que respeita à localização onde os diretos, peças e reportagens foram realizadas, foi possível perceber que a maioria decorreu em outras localidades para além daquelas que foram categorizadas (22%). Isto acontece porque são várias as aldeias e vilas por onde se suspeitou que Pedro Dias estivesse, espalhadas pelos distritos da Guarda, Vila Real, Viseu e Aveiro. Aguiar da Beira (21%) foi um dos locais mais recorrentes uma vez que foi aí que os crimes decorreram, Arouca (11%) também visto ser a localidade de origem do suspeito e Constantim (11%) por ter sido um dos locais onde foi avistado. O outro país, de onde foi realizada uma peça (1%), foi Espanha, por Pedro Dias ter sido alegadamente aí avistado.

Tabela 11 – Localização dos conteúdos sobre o *Caso Pedro Dias*

Localização	Unidades de análise	Percentagem
Aguiar da Beira	20	21,3%
Arouca	10	10,6%
Candal	2	2,1%
Póvoa das Leiras	2	2,1%
Constantim	10	10,6%
Vila Real	9	9,6%
Carro Queimado	4	4,3%
Assento	4	4,3%
Sabrosa	5	5,3%
Paços	6	6,4%
Outras localidades	21	22,3%
Outros países	1	1,1%
Total	94	100%

Os conteúdos apresentados no Primeiro Jornal tiveram vários cenários, sendo que alguns deles intensificavam o medo das populações, enquanto outros enfraqueciam ou contrariavam essa tendência. No total, 26% das imagens que intensificavam o medo tinham como cenários as forças de segurança, 60% das imagens que enfraqueciam esse sentimento apresentavam somente o jornalista no local e 50% das que contrariavam o medo diziam respeito à entrega e detenção do suspeito.

Tabela 12 – Conotação das imagens em função do cenário

Cenário	Conotação das Imagens			Total
	Intensifica	Enfraquece	Contraria	
Local dos crimes				
Número de conteúdos	8	1	1	10
% em Cenário	80,0%	10,0%	10,0%	100,0%
% em Conotação das imagens	18,6%	2,7%	7,1%	10,6%
Corpos e viaturas a serem retirados				
Número de conteúdos	3	0	0	3
% em Cenário	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
% em Conotação das imagens	7,0%	0,0%	0,0%	3,2%
Funeral das vítimas				
Número de conteúdos	2	0	0	2
% em Cenário	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
% em Conotação das imagens	4,7%	0,0%	0,0%	2,1%
Forças de segurança				
Número de conteúdos	11	2	0	13
% em Cenário	84,6%	15,4%	0,0%	100,0%
% em Conotação das imagens	25,6%	5,4%	0,0%	13,8%
Aldeias/população				
Número de conteúdos	8	7	3	18
% em Cenário	44,4%	38,9%	16,7%	100,0%
% em Conotação das imagens	18,6%	18,9%	21,4%	19,1%
Locais onde foi avistado				
Número de conteúdos	5	4	2	11
% em Cenário	45,5%	36,4%	18,2%	100,0%
% em Conotação das imagens	11,6%	10,8%	14,3%	11,7%
Jornalista no local				
Número de conteúdos	5	22	0	27
% em Cenário	18,5%	81,5%	0,0%	100,0%
% em Conotação das imagens	11,6%	59,5%	0,0%	28,7%
Entrega/tribunal				

Número de conteúdos	0	0	7	7
% em Cenário	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
% em Conotação das imagens	0,0%	0,0%	50,0%	7,4%
Outros				
Número de conteúdos	1	1	1	3
% em Cenário	33,3%	33,3%	33,3%	100,0%
% em Conotação das imagens	2,3%	2,7%	7,1%	3,2%
Total				
Número de conteúdos	43	37	14	94
% em Cenário	45,7%	39,4%	14,9%	100,0%
% em Conotação das imagens	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

ANEXO VI – GUIÃO DAS ENTREVISTAS

ENTREVISTA SOBRE A COBERTURA DA SIC AO CASO PEDRO DIAS

Boa tarde. Este trabalho enquadra-se num projeto sobre a cobertura da SIC ao *Caso Pedro Dias*, para o qual a sua participação é indispensável. Muito obrigada pela disponibilidade e em caso de dúvida não hesite em contactar.

1. Durante os 28 dias em que Pedro Dias esteve desaparecido, muita coisa foi publicada e as ruas de Aguiar da Beira e arredores estavam repletas de jornalistas. Quais os motivos que tornaram este caso tão interessante para os *media*?

2. **Frederico Correia e André Antunes:** Estiveram vários correspondentes na zona, espalhados pelas diversas localidades. Como era organizada essa distribuição de tarefas?

Bento Rodrigues: Esteve no local durante dois dias. De que forma se prepara um trabalho desta natureza?

3. Falava-se de um homem que era capaz de matar e que estava à solta, o que coloca um certo medo às populações. Qual é o papel do jornalista neste caso?

4. Falou-se bastante do facto de Pedro Dias estar sempre “um passo à frente” das autoridades e chegou a apontar-se a comunicação social como causa disso. Qual é a sua opinião sobre o assunto?

5. Só no caso do *Primeiro Jornal*, foram para o ar 40 diretos sobre este caso durante um mês, sendo que alguns deles não acrescentavam informação nova. Esta exploração do caso justificou-se?

6. Enquanto profissional, qual é a sua opinião sobre a entrega feita em direto para a RTP?

7. Se tivesse sido o (nome do jornalista) a receber o telefonema da advogada de Pedro Dias, o que faria?

8. Em algumas das peças sobre o caso, são revelados os nomes e as fotografias das vítimas. Até que ponto isto é legítimo e porque foi tomada esta decisão?

9. A SIC é considerada um órgão de comunicação de referência. No entanto, existe inevitavelmente uma busca por audiências. A cobertura da CMTV influenciou de alguma maneira a forma como a SIC abordou este caso?

ANEXO VII – ENTREVISTA FREDERICO CORREIA

1. Durante os 28 dias em que Pedro Dias esteve desaparecido, muita coisa foi publicada e as ruas de Aguiar da Beira e arredores estavam repletas de jornalistas.

Quais os motivos que tornaram este caso tão interessante para os *media*?

Frederico Correia – Por ser um caso atípico. Juntam-se vários crimes. A partir do momento que há um crime é notícia e quando há vários crimes sucessivos, uma espécie de cascata de acontecimentos, acaba por ser ter ainda mais motivos de interesse. Por isso, o *Caso Pedro Dias* é um caso de relevo para todos media.

2. Estiveram vários correspondentes na zona, espalhados pelas diversas localidades.

Como era organizada essa distribuição de tarefas?

F.C. – Quando há uma região coberta por vários correspondentes, acaba por ser mais fácil. Se o Pedro Dias se espelhasse por várias zonas, cada zona dizia respeito a um correspondente, o que define a primeira linha. A segunda linha acaba por ser uma coordenação, em que há um determinado tópico do qual se quer falar e, estando por exemplo cinco pessoas no terreno, não vão falar essas cinco pessoas sobre o medo da população. Define-se a fuga, o medo da população, a estratégia das autoridades, as últimas provas investigadas, definindo-se o trabalho para cada um. Isso ultrapassa quem está no terreno, passa por coordenação.

3. Falava-se de um homem que era capaz de matar e que estava à solta, o que coloca um certo medo às populações. Qual é o papel do jornalista neste caso?

F.C. – O jornalista não tem que ter meias palavras, tem de dizer aquilo que é factual. E o que é factual é que uma pessoa que era suspeita de ter cometido quatro homicídios, três deles consumados, estava à solta e passou por aquelas zonas. Se as informações do jornalista são confirmadas, independentemente de o serem oficialmente ou não, e a SIC sabe que o indivíduo esteve em determinada zona, a nossa função passa por dizer que esta pessoa, que é suspeita destes crimes, e esteve aqui ontem ou anteontem, podendo ainda estar por aqui e cometer este delito. É a nossa função dizer aquilo que é nu e cru. Não podemos simplesmente não dar informação ou dá-la com barreiras, porque se o fazes estás a cometer um outro delito que é não avisar as pessoas que determinada situação está a ocorrer. É para isso que nós estamos no

terreno porque de outra forma simplesmente colocávamos o comunicado de uma autoridade qualquer, sem dizer qual é, a dizerem o que achavam que devia ser dito. Mas isso não é a função dos jornalistas, essa é dar a informação que sabem e aquilo que nós sabíamos fomos sempre dizendo, sem entrar em grande especulação.

4. Falou-se bastante do facto de Pedro Dias estar sempre “um passo à frente” das autoridades e chegou a apontar-se a comunicação social como causa disso. Qual é a sua opinião sobre o assunto?

F.C. – Nós nunca andamos à frente do suspeito, andamos sempre atrás, logo não poderíamos condicionar de alguma forma o trabalho das autoridades. Nós não dizemos o que as autoridades estão a fazer a jusante do Pedro Dias, apenas sabemos o que acontecia a montante. Isto para dizer que nós começamos o *Caso Pedro Dias* sempre um passo atrás das autoridades e do Pedro Dias. Primeiro aconteceram os homicídios, depois a fuga e só depois as notícias. A investigação acompanhou a fuga do Pedro Dias e a comunicação social investigou a fuga e a investigação. Aquilo que se diz e que muitas vezes se critica na comunicação social é que damos informação a mais, mas se nós tivéssemos essa informação, mais depressa as autoridades sabiam que nós tínhamos essa informação e mais depressa sabiam onde estava o Pedro Dias. Em relação àquilo que é o mais mediático, a entrega do Pedro Dias em direto para a televisão pública, ela acaba por acontecer porque a investigação em Portugal baseia-se muito naquilo que é uma ligação bastante próxima a determinados elementos da comunicação social. Mas isso não é regra, é exceção. O *Caso Pedro Dias* é todo ele uma exceção, pois não há caso semelhante ao dele e que terminasse como terminou o dele. Foi uma exceção do início ao fim. A mediatização da sua entrega acaba por ser uma anuência que deu a própria investigação e que permitiu que aquilo acontecesse. Se as coisas aconteceram exatamente como se contou, ou seja, os inspetores da Polícia Judiciária estavam naquela zona, estavam a rondar e a monitorizar a casa, se chega lá uma equipa de reportagem, ela teria de ser vista. Essa equipa de reportagem teria sido abordada e o Pedro Dias, eventualmente, teria sido abordado pela polícia antes de ser abordado pela comunicação social. Deveria ter sido feito, *à posteriori*, um inquérito rigoroso e independente para se perceber como foi possível chegar a este ponto em que a comunicação social quase apanhou Pedro Dias antes das autoridades, quando

supostamente, segundo as informações que vieram a público, a investigação já sabia que ele estava lá. Aqui tem que haver rigor, mas não é da comunicação social, porque eu acho que aqui cada um fez o seu papel e o seu melhor, mas sim da investigação que deveria ter antecipado esta questão.

5. Se tivesse sido o Frederico a receber o telefonema da advogada de Pedro Dias, o que faria?

F.C. – Teria feito as coisas de melhor forma, muito diferente e à minha maneira. Cada um tem a sua maneira e o jornalismo é subjetivo, cada um tem a sua maneira de trabalhar, o seu ponto de vista, e não há maneira de controlar isso. Eu faria as coisas de forma diferente e à minha maneira, mas se seria melhor não sei. Para mim seria melhor, mas para a colega se calhar seria muito pior, para uns colegas seria muito mau e para outros seria muito bom, haveria certamente também quem considerasse exagerado. Mas obviamente que o teria feito. Se a advogada tivesse ligado para uma equipa da SIC em vez de ter ligado para uma equipa da RTP, a SIC teria aproveitado essa chamada. Se teria aproveitado da mesma forma que a RTP aproveitou, não sei. Cada cabeça sua sentença. Mas faria. Temos de perceber que estamos a trabalhar na base do jornalismo, que é a fonte e o jornalista, o que neste caso funcionou perfeitamente, havendo uma coordenação entre a fonte e o jornalista até fazer a notícia.

6. Só no Primeiro Jornal, foram para o ar 40 diretos sobre este caso durante um mês, sendo que alguns deles não acrescentavam informação nova. Esta exploração do caso justificou-se?

F.C. – Acho que se justifica a partir do momento em que há uma coordenação e um diretor que entendem que se justifica. Falando em específico do *Primeiro Jornal*, que vive do imediato, se o jornalista está na rua há que explicar o que ele está a ver naquele momento. Por isso sim, acho que se justifica. Se tivessem sido feitos 80, eu diria exatamente a mesma coisa, justificava-se.

7. A SIC é considerada um órgão de comunicação de referência. No entanto, existe inevitavelmente uma busca por audiências. A cobertura da CMTV influenciou de alguma maneira a forma como a SIC abordou este caso?

F.C. – A CMTV surge depois dos outros três canais e, na minha modesta opinião, não veio fazer nada diferente daquilo que já se fazia. Se é feito em massa, com algum critério, uma linha editorial diferente, isso é uma coisa. Mas fazer algo diferente, novo, acho muito difícil porque já tudo foi feito. Para inventar algo novo é preciso mais do que criar uma televisão. Enquanto correspondente e ligado a uma casa como a SIC, eu acredito que nós fazemos aquilo que tem de ser feito, mostramos aquilo que há para ver. Se há outros canais que mostram de maneira diferente, é a linha editorial deles.

ANEXO VIII – ENTREVISTA BENTO RODRIGUES

1. Durante os 28 dias em que Pedro Dias esteve desaparecido, muita coisa foi publicada e muitos jornalistas se deslocaram para as ruas de Aguiar da Beira e arredores. Quais os motivos que tornaram este caso tão interessante para os *media*?

Bento Rodrigues – O facto óbvio de ser notícia.

2. Bento: Esteve no local durante dois dias. De que forma se prepara um trabalho desta natureza?

B.R. – Um jornalista, sobretudo um *pivot*, deve estar sempre preparado para tratar temas da atualidade, principalmente em acontecimentos muito ancorados no direto. Mais do que a preparação específica, este caso sublinha a importância da bagagem, da estrutura ética e do bom senso.

3. Falava-se de um homem que era capaz de matar e que estava à solta, o que coloca um certo medo às populações. Qual é o papel do jornalista neste caso?

B.R. – Informar, seja qual for o caso.

4. Falou-se bastante do facto de Pedro Dias estar sempre “um passo à frente” das autoridades e chegou a apontar-se a comunicação social como causa disso. Qual é a sua opinião sobre o assunto?

B.R. - "Falou-se" é um ponto de partida débil, seja o debate sobre cobertura jornalística prejudicial ou sobre ineficácia policial.

5. Só no *Primeiro Jornal*, foram para o ar 40 diretos sobre este caso durante um mês, sendo que alguns deles não acrescentavam informação nova. Esta exploração do caso justificou-se?

B.R. - Sim, com algumas exceções.

6. Enquanto profissional, qual é a sua opinião sobre a entrega feita em direto para a RTP?

B.R. – Não teria transmitido em direto.

7. Se tivesse sido o Bento a receber o telefonema da advogada de Pedro Dias, o que faria?

B.R. – Não aceitaria dar em direto.

8. Em algumas das peças sobre o caso, são revelados os nomes e as fotografias das vítimas. Até que ponto isto é legítimo e porque foi tomada esta decisão?

B.R. – Considero que não é essencial revelar nomes e sobretudo fotos.

9. A SIC é considerada um órgão de comunicação de referência. No entanto, existe inevitavelmente uma busca por audiências. A cobertura da CMTV influenciou de alguma maneira a forma como a SIC abordou este caso?

B.R. - Existe inevitavelmente uma busca pelo rigor e credibilidade, o que costuma atrair audiências.

ANEXO IX – ENTREVISTA ISABEL HORTA

1. Durante os 28 dias em que Pedro Dias esteve desaparecido, muita coisa foi publicada e as ruas de Aguiar da Beira e arredores estavam repletas de jornalistas.

Quais os motivos que tornaram este caso tão interessante para os media?

Isabel Horta – Ele cometeu vários homicídios, foi um crime violentíssimo. Ele ainda não foi condenado por isso, para já é só suspeito, mas de toda a maneira tratava-se de um indivíduo que estava desaparecido e que era suspeito de vários crimes violentos.

2. Falava-se de um homem que era capaz de matar e que estava à solta, o que coloca um certo medo às populações. Qual é o papel do jornalista neste caso?

I.H. – Os grandes responsáveis por essa situação e pelo caso se ter tornado conhecido foram os elementos da GNR que puseram cá fora a informação de que havia um indivíduo que era suspeito de crimes, colocaram cá fora a identidade dele. Antes mesmo de o indivíduo saber que estava a ser procurado, ficou a saber pela comunicação social porque a GNR o divulgou. Por isso, antes de mais, o que nos deveríamos perguntar é como é que as autoridades fazem uma coisa destas? Em vez de estarem preocupadas em fazer as suas diligências e deter um suspeito, põe logo cá fora, quem sabe a assustar as populações, a identidade e a imagem de um indivíduo. Calculamos que a GNR entendesse, bem ou mal, não tendo havido muito acordo com a Polícia Judiciária nesse aspeto, porque eles presumem que não se trata de um homicida que apenas mata determinada pessoa mas sim quem se apresentar como obstáculo à frente dele. Portanto, em primeiro lugar devemos questionar como as autoridades lidam com isto porque os jornalistas só vão atrás de uma informação que lhes é fornecida diretamente pela GNR. Quem divulgou a identidade dele, primeiro que tudo, foi a GNR e quem revelou todas as suspeitas também. Eu não sou apologista de assustar as populações, mas quem o fez foi a própria GNR.

3. Mas a verdade é que se falou bastante do facto de Pedro Dias estar sempre “um passo à frente” das autoridades e apontava-se a comunicação social como causa disso.

I.H. – Pois é, mas foram sempre as autoridades que forneceram a informação que levou os jornalistas a divulga-la. Eram eles quem dizia “vamos para aqui, vamos para

ali” e o que o jornalista fazia era tornar público essa informação que era fornecida pelas autoridades.

4. Só no Primeiro Jornal, foram para o ar 40 diretos sobre este caso durante um mês, sendo que alguns deles não acrescentavam informação nova. Esta exploração do caso justificou-se?

I.H. – Eu acho que teve demasiados diretos, em muitos casos não se justificava. Mas essa é uma decisão que não me cabe a mim, mas sim ao coordenador do noticiário em causa. Eu sou contra os diretos em excesso, acho que não se justifica, mas muitas vezes existem estas diferenças de opinião entre a editora de sociedade e os coordenadores.

5. Enquanto profissional, qual é a sua opinião sobre a entrega feita em direto para a RTP?

I.H. – Ele entrega-se porque está encurralado e sabe que aquela é a forma mais segura de o fazer. Trata-se de um homem que corria o risco de levar um tiro se aparecesse junto da polícia. Nas imagens via-se a GNR armada e pronta a disparar ao primeiro movimento. Este homem fez o que fez, no ato da entrega, para se proteger e para garantir a sua segurança. Foi um ato inteligente da parte da defesa.

6. Em algumas das peças sobre o caso, são revelados os nomes e as fotografias das vítimas. Até que ponto isto é legítimo e porque foi tomada esta decisão?

I.H. – Estão mortas, não estão em perigo, por isso não existe problema em divulgar, é até uma forma de homenageá-las. Se se tratasse de pessoas que estivessem em perigo, particularmente crianças, não se poderia divulgar. Eu sou contra, em circunstância alguma, que se divulgue fotografias de menores. Ainda há pouco tempo, quando se deu o desaparecimento daquela rapariga de 14 anos, houve bastante discussão sobre a divulgação da sua identidade e fotografia. Na minha opinião não deve ser feito. Neste caso não é prejudicial para ninguém, são vítimas que já morreram.

ANEXO X – ENTREVISTA ANDRÉ ANTUNES

1. Durante os 28 dias em que Pedro Dias esteve desaparecido, muita coisa foi publicada e as ruas de Aguiar da Beira e arredores estavam repletas de jornalistas. Quais os motivos que tornaram este caso tão interessante para os media?

André Antunes – No que diz respeito à SIC, em particular a parte que eu coordeno, acho que há vários fatores que contribuem para isso. Em primeiro lugar é o não perceber exatamente o que aconteceu. Quando há um certo mistério em torno de uma história, quando não se percebe imediatamente o que aconteceu, isto prende as pessoas. Prende em primeiro lugar a nós porque também somos pessoas e queremos perceber o que aconteceu. À medida que a história se vai desenrolando, com o passar das horas, percebe-se que foi um crime que terá sido cometido pelo Pedro Dias e que foi de uma frieza, brutalidade e com um rasto de violência deixado, o que é fora do comum em Portugal. Portanto, por um lado é o interesse em perceber o que terá acontecido, o mistério à volta da história, e a verdade é que até hoje ainda não se sabe o que o motivou a cometer aqueles crimes, se é que foi mesmo ele a cometê-los. Porquê tanta violência, porquê a morte de pessoas inocentes, porque fez aquilo com os dois guardas da GNR. São temas apaixonantes para o público, e isso confirmou-se depois com as audiências. Por outro lado, são fenómenos de grande violência fora do comum no nosso país.

2. Falava-se de um homem que era capaz de matar e que estava à solta, o que coloca um certo medo às populações. Qual é o papel do jornalista neste caso?

A.A. – Temos a preocupação de ter um papel pedagógico e tranquilizador. No caso específico do Pedro Dias, demos bastante esse ângulo. Por um lado dávamos as circunstâncias, dizíamos que ele estava em fuga e divulgávamos a informação que tínhamos na nossa posse. Sabíamos que tinha fugido numa carrinha branca e estava a dirigir-se para ali. Mas, por outro lado, dizíamos que estavam montados perímetros de segurança, que andavam a ser feitas patrulhas e que havia uma autêntica caça ao homem. Ou seja, tentávamos contribuir no sentido de dizer às populações daquelas zonas “atenção, o Pedro Dias está aí”, dávamos eco aos apelos que as autoridades faziam para as pessoas não saírem de casa, não ajudarem, para evitar que viessem a

ser vítimas do Pedro Dias, tentando também não contribuir para o alarme social. Essa é uma das nossas funções, tentar ter um papel pedagógico e de informar e não contribuir para o alarme social. Julgo que conseguimos fazer isso da forma que nos era possível. Nem sempre é possível da melhor forma porque não temos a informação toda e ali era difícil porque a informação que nos chegava não era assim tanta. Mas tento em conta a informação que tínhamos tentámos fazer esse papel o melhor que pudemos. Por um lado, tranquiliza-las, dizendo que havia militares da guarda e que a Polícia Judiciária também estava aí, fazendo com que as pessoas não se sentissem abandonadas, e por outro lado não contribuir para o alarme, dizendo “cuidado, ele está à solta, ele é um louco”. Isso as pessoas já sabiam.

3. Só no *Primeiro Jornal*, foram para o ar 40 diretos sobre este caso durante um mês, sendo que alguns deles não acrescentavam informação nova. Esta exploração do caso justificou-se?

A.A. – Isso aconteceu porque há ali várias histórias. Isto é um caso que nos faz lembrar um pouco as séries de televisão, há um *spin-off*. Aquela história tem tantos componentes, tantas vítimas e tantas circunstâncias, algumas delas misteriosas, que acabam por ter histórias derivadas. Se formos pegar no caso, por exemplo, do Palito, também teve muitas peças e muitos diretos, mas se calhar não tantos como o Pedro Dias. Estamos a falar de uma fuga no tempo muito prolongada, há um alarme social, há perigo, com um rasto de violência brutal e onde haverá um tipo que é um assassino a sangue frio, que não quer saber se as pessoas são inocentes ou culpadas, isto partindo do pressuposto que foi ele. Estamos a falar de um crime fora do comum. Depois começamos a conhecer alguns pormenores à volta e que acabam por justificar essas peças e esses diretos. Por um lado, as vítimas, que têm uma história particularmente trágica. Estamos a falar de um casal que vinha de uma consulta de fertilidade. É uma história super humana, que nos leva a compreender ainda menos o porquê daquelas pessoas terem sido vítimas, estavam no local errado à hora errada. Por outro lado, a própria história do Pedro Dias, a família dele, a relação conturbada que teve com os vizinhos, as autoridades, o que deu origem a uma série de pequenas histórias. Depois, a partir do momento em que é detido, há ali um processo judicial. Portanto estamos a falar de um caso que não se pode dizer que tenha apaixonado as

peessoas, mas que lhes interessou, que atraiu a opinião pública, e nós vimos isso através dos resultados que obtivemos. Mas tratou-se de um caso que, sobretudo, foi prolongado no tempo. Todas as histórias que não têm uma resposta óbvia, que são um mistério para a nossa compreensão, interessam. Um exemplo que não tem muito a ver, o avião da Malaysia Airlines. Foi um mistério e ainda hoje as pessoas se interrogam sobre o que aconteceu. Agora já foram encontrados uns destroços e já se começa a perceber mais ou menos o que aconteceu, as nossas cabeças já vão sossegando um bocado. Mas durante muito tempo também se falou daquela história, precisamente por ser um mistério prolongado no tempo. À medida que vamos escavando, mas encontrando mais histórias e isso permite-nos ir alimentado a história.

4. Enquanto profissional, qual é a sua opinião sobre a entrega feita em direto para a RTP?

A.A. – Não me choca nada. Vamos supor que tinha sido com um jornalista da SIC, se calhar caíam-nos todos em cima como caíram à Sandra Felgueiras. Isso não diz bem nem mal de ninguém. Foi uma decisão inteligente da parte do Pedro Dias e dos seus advogados, é uma saída segura e faz sentido. Ter uma câmara de televisão no momento em que ele se entrega é ter a garantia de que ninguém lhe vai fazer mal, ninguém lhe vai dar um tiro, sobretudo porque ele é suspeito de ter morto, para além de inocentes, forças da autoridade. Havia sempre o medo de represália, mas tendo ali uma equipa de televisão, isso é uma garantia que a sua segurança está salvaguardada. Não faço ideia porque terá sido a Sandra Felgueiras a ser escolhida, pode ser um contacto antigo da advogada, pode ser uma relação de confiança que a advogada tem com ela de outros casos. A verdade é que ela tem um programa, o Sexta às Nove, em que trabalha com alguma frequência casos deste género, portanto a escolha não é fora do baralho. Achava muito mais estranho se o Pedro Dias se tivesse entregado na presença do Manuel Luís Gocha, isso não faria sentido. Sendo à Sandra Felgueiras faz sentido. Podia ter sido ao Hernâni Carvalho, à Amelia Moura Ramos ou à Ana Leal, a qualquer outro profissional. Cá, se nós recebêssemos esse telefonema, é claro que nós íamos. Se calhar faríamos as coisas de maneira diferente, mas é muito fácil olhar para as coisas depois e dizer o que teríamos feito, mas nessa matéria não julgo ninguém.

Foram decisões tomadas de parte a parte que fazem um certo sentido. Não vejo isso com maus olhos.

5. A SIC é considerada um órgão de comunicação de referência. No entanto, existe inevitavelmente uma busca por audiências. A cobertura da CMTV influenciou de alguma maneira a forma como a SIC abordou este caso?

A.A. – Influencia sempre. Seria hipócrita dizer que nós ignoramos os nossos concorrentes. No caso do Pedro Dias, eu acho que nós chegámos lá primeiro. Uma coisa é quando uma estação concorrente dar uma notícia que ainda não temos conhecimento. Isso obviamente influencia porque tomámos conhecimento daquela notícia através de um concorrente teu. Não se vai ignorar porque foi dada por um concorrente, vais transmiti-la e, se possível, dá-la melhor que os concorrentes, é sempre essa a nossa obrigação e o objetivo, tratar as notícias melhor que os outros. Depois, no desenrolar da notícia, nós não queremos tanto saber o que o concorrente está a fazer, seguimos o nosso caminho e tratamos as notícias o melhor que pudermos. Temos essa pressão mas tentamos não a transparecer cá dentro, entre os nossos repórteres, mas estamos obviamente atentos a todos os nossos concorrentes. Mas tentamos que eles não nos condicionem nem influenciem, o que é difícil. Mas tentamos que não aconteça.